



Universidade Federal  
de São João del-Rei



PALOMA BIANCA LOPES DE ASSIS

**A REFORMA AGRÁRIA COMO ARENA POLÍTICA: O CONFLITO DE  
NOMEAÇÕES ENTRE MST E NOVA DIREITA NA NOVA REPÚBLICA  
BRASILEIRA (1985-2019)**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA  
DA CULTURA

**São João del-Rei**

**2021**

PALOMA BIANCA LOPES DE ASSIS

**A REFORMA AGRÁRIA COMO ARENA POLÍTICA: O CONFLITO DE  
NOMEAÇÕES ENTRE MST E NOVA DIREITA NA NOVA REPÚBLICA  
BRASILEIRA (1985-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Letras.

**Área de concentração:** Discurso e Representação Social

**Orientador:** Prof. Dr. Argus Romero Abreu de Moraes

**São João del-Rei**

**2021**

PALOMA BIANCA LOPES DE ASSIS

**A REFORMA AGRÁRIA COMO ARENA POLÍTICA: O CONFLITO DE  
NOMEAÇÕES ENTRE MST E NOVA DIREITA NA NOVA REPÚBLICA  
BRASILEIRA (1985-2019)**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Argus Romero Abreu de Moraes (UFSJ) – Orientador

---

Prof. Dr. Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ) – Titular Externo

---

Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo (UFSJ) – Titular Interno

---

Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini (UFSJ) - Suplente

---

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção (UFSJ) –  
Coordenador Pro Tempore do PPG em Letras

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA  
DA CULTURA

2021

À minha amada avó Carmen Teixeira da Silva  
*in memoriam.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais Maria e Orlando, pelo amor, carinho, compreensão e pela formação que contribuem no meu desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico.

Ao meu companheiro Rafael, pelo incentivo, apoio, carinho e amizade.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Argus Romero Abreu de Moraes, pelo enorme carinho, dedicação, presteza, paciência, apoio, ensinamentos e parceria durante o desenvolvimento deste mestrado e de maneira especial desta pesquisa. Impossível descrever a importância do Prof. Argus na minha trajetória acadêmica.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo, Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini e Prof. Dr. Luiz Paulo da Moita Lopes pela disponibilidade em participar da defesa da dissertação e por contribuir a essa pesquisa.

Aos professores do Promel, em especial, Cláudio, Edmundo e Toninho, pela dedicação e brilhantismo na condução das aulas.

Aos colegas do mestrado, pela troca de informações, experiências e amizade, em especial, à Camila, por me ajudar com a Análise do Discurso durante a pandemia.

A Universidade Federal de São João del-Rei, em especial, aos amigos da reitoria, por possibilitarem e apoiarem a realização deste mestrado.

## RESUMO

O acesso à terra no Brasil situa-se numa arena de disputa semântica a partir da qual emergem nomeações que constituem pontos de vista conflitantes entre si e que buscam (res)significar os sujeitos e o referente, de acordo com as diferentes perspectivas de mundo. Nesse intuito, na presente dissertação, investigamos, de modo qualiquantitativo, o conflito de nomeações a respeito da reforma agrária constituído no embate ideológico entre os sujeitos sem-terra e proprietário rural no período da Nova República brasileira (1985 a 2019), com foco na constituição dos saberes sociais circulantes na e pela sociedade civil. Para tanto, nossos dados são formados por 88 (oitenta e oito) textos produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Nova Direita em 4 (quatro) momentos distintos desse período da história nacional, a saber: o primeiro engloba o que entendemos ser a instituição da Nova República e a organização política dos atores sociais avaliados (1985 a 1989); o segundo considera a crescente adesão estatal e das elites nacionais à política econômica neoliberal e o aprofundamento do modelo agrícola capitalista (1990 a 1999); o terceiro contempla a intensificação do neoliberalismo (2000 a 2009); por último, o quarto compreende o contexto histórico recente caracterizado pelo fortalecimento do ultraneoliberalismo da Nova Direita na cena pública e pelas práticas autoritárias de perseguição aos movimentos sociais (2010 a 2019). Desse modo, vinculamo-nos à interface entre as concepções de discurso, imaginário e ideologia na AD materialista, a abordagem lexicométrica, os estudos da nomeação e as contribuições para a análise enunciativa para investigarmos as formas de nomear – nas quais estão incluídas as nominalizações – a terra e os atores sociais envolvidos nos sentidos da reforma agrária. Ademais, analisamos a construção discursiva da legitimidade, autoridade e credibilidade das práticas sociais desses dois grupos. Com isso, almejamos contribuir para o campo dos estudos do discurso sobre o tema, considerando esse diálogo assíncrono, porém contemporâneo, entre as distintas posições discursivas sobre a terra como procedimento teórico-metodológico privilegiado para observar os sentidos da reforma agrária e as implicações que os conflitos entre as nomeações trazem para o debate político. Tendo isso em mente, organizamos a nossa investigação em três capítulos, quais sejam: o Capítulo 1 traça um panorama histórico sobre a distribuição/concentração de terras e sobre o debate da reforma agrária no país; o Capítulo 2 destina-se ao desenvolvimento da nossa perspectiva teórico-metodológica para a análise do debate público sobre a reforma agrária; o Capítulo 3 traz as análises do conflito semântico de nomeações e do processo de ressignificação da reforma agrária entre MST e Nova Direita na Nova República brasileira (1985 a 2019).

**Palavras-chave:** Disputa semântica. Nomeação. Reforma Agrária. Nova Direita. MST.

## ABSTRACT

Access to land in Brazil is located in an arena of semantic dispute where nominations emerge and constitute conflicting points of view with each other and that seek to (re)signify the subjects and the referent according to different perspectives of the world. Therefore, in the present dissertation, we investigate, in a quali-quantitative way, the conflict of nominations regarding agrarian reform constituted in the ideological clash between landless subjects and rural landowners in the period of the New Brazilian Republic (1985 to 2019), focusing on the constitution of social knowledge circulating in and by civil society. Therefore, our data are formed by 88 (eighty-eight) texts produced by the Brazil's Landless Workers Movement (MST) and the New Right in 4 (four) distinct moments of this period of national history: the first encompasses what we understand to be the institution of the New Republic and the political organization of the social actors evaluated (1985 to 1989); the second considers the growing state and national elite adherence to neoliberal economic policy and the deepening of the capitalist agricultural model (1990 to 1999); the third contemplates the intensification of neoliberalism (2000 to 2009); finally, the fourth comprises the recent historical context characterized by the strengthening of New Right ultraneoliberalism on the public scene and by authoritarian practices of persecution of social movements (2010 to 2019). In this way, we link to the interface between the conceptions of discourse, imaginary and ideology in the materialistic Analysis of Discourse, the lexicometric approach, the studies of and the contributions to the enunciative analysis of nominalization to investigate the ways of naming - in which nominalizations are included - the land and the social actors involved in the meanings of land reform. Furthermore, we analyze the discursive construction of legitimacy, authority, and credibility of the social practices of these two groups. With this, we aim to contribute to the field of discourse studies on the theme, considering this asynchronous, yet contemporary, dialogue between distinct discursive positions on land as a privileged theoretical and methodological procedure to observe the meanings of land reform and the implications that the conflicts between the nominations bring to the political debate. With this in mind, we organize our research in three chapters, namely: Chapter 1 outlines a historical background on land distribution/concentration and on the land reform debate in the country; Chapter 2 is aimed at the development of our theoretical-methodological perspective for the analysis of the public debate on land reform; Chapter 3 brings the analyses of the semantic conflict of nominations and the process of resignification of land reform between MST and New Right in the New Brazilian Republic (1985 to 2019).

**Keywords:** Semantic dispute. Nomination. Agrarian reform. New Right. MST.

*Classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classe.*

**Valentin Volochínov & Mikhail Bakhtin**

Marxismo e Filosofia da Linguagem

*Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro.*

**Michel Pêcheux**

Discurso: estrutura ou acontecimento?

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AD	Análise do Discurso
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
CEDES	Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais
CF/88	Constituição Federal Brasileira de 1988
CLG	Curso de Linguística Geral
CONTAB	Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IA	Instituto Atlântico
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IEE	Instituto de Estudos Econômicos
IL	Instituto Liberdade
IMIL	Instituto Millenium
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
LIDE	Grupo de Líderes Empresariais
MASTER	Movimento de Agricultores Sem Terra
MDU	Movimento Democrático Urbano
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ND	Nova Direita
NMÇ	Nomeação
NMZ	Nominalização
OESP	O Estado de São Paulo
PCB	Partido Comunista do Brasil
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
STF	Supremo Tribunal Federal
UB	União Brasileira de Empresários
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Mudanças de nomeações	33
Quadro 2 – Modalidades de ativismo público	35
Quadro 3 – Formações Imaginárias	51
Quadro 4 – Projeções dos protagonistas sobre o referente do discurso	51
Quadro 5 – Paradigma da nominalização	72
Quadro 6 – Quantitativo de unidades lexicais por período e por locutor	78
Quadro 7 – Fontes de dados textuais	80
Quadro 8 – Relação (mês e ano) dos textos que compõem o <i>corpus</i>	86
Quadro 9 – Formações Imaginárias do Proprietário Rural	93
Quadro 10 – Projeções Proprietário Rural sobre o referente do discurso	93
Quadro 11 – Formações Imaginárias do Sem Terra	96
Quadro 12 – Projeções Sem Terra sobre o referente do discurso	96
Quadro 13 – Entre a memória e a atualidade	98
Quadro 14 – As principais formas de nomear o proprietário (MST)	118
Quadro 15 – As principais formas de nomear o sem-terra (MST)	119
Quadro 16 – As principais formas de nomear o sem-terra (ND)	120
Quadro 17 – As principais formas de nomear o proprietário (ND)	121
Quadro 18 – Memória produtor - lógica do disc. meritocrático	125
Quadro 19 – Trabalhador x Latifundiário	127
Quadro 20 – Relações com a terra	128
Quadro 21 – Relações com a terra por período	128
Quadro 22 – Memória da nomeação trabalhador	129
Quadro 23 – Memória e o sentido (proprietário rural)	130
Quadro 24 – Memória e o sentido (sem-terra)	130

Quadro 25 – Uso da nomeação <i>terra</i> na Nova República	132
Quadro 26 – Uso da nomeação <i>terras</i> na Nova República	133
Quadro 27 – Termos que mais se relacionam com a nomeação terra e terras	134
Quadro 28 – Nomeação que mais se destaca no discurso	134

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	22
1.1 A luta histórica pelo acesso à terra no Brasil.....	22
1.2 A questão agrária: da ditadura ao regime democrático .....	26
1.3 O MST e o ativismo público na reforma agrária .....	33
1.4 A Nova Direita e a criminalização do acesso à terra .....	40
CAPÍTULO 2 – A REFORMA AGRÁRIA COMO OBJETO TEÓRICO DISCURSIVO .....	47
2.1 Entre a língua e a história: a subjetividade na produção discursiva de sentidos .....	47
2.2 A Nova Direita e o MST como campos discursivos .....	56
2.2.1 Processos de nomeação na disputa agrária no Brasil.....	63
CAPÍTULO 3 – OS SIGNIFICADOS DA REFORMA AGRÁRIA: A DISPUTA SEMÂNTICA PELA TERRA ENTRE MST E NOVA DIREITA (1985 – 2019).....	76
3.1 Qual <i>corpus</i> para análises contrastivas da nomeação? .....	76
3.2 Padronização do <i>corpus</i> .....	77
3.3 Condições de produção do <i>corpus</i> .....	79
3.4 Metodologia .....	87
3.4.1 Procedimentos.....	88
CAPÍTULO 4 – OS SENTIDOS DA REFORMA AGRÁRIA: A DISPUTA SEMÂNTICA PELA TERRA ENTRE MST E NOVA DIREITA (1985 -2019) .....	90
4.1 Reforma Agrária: estrutura e acontecimento.....	90
4.1.1 A estrutura: constituição e interação dos campos discursivos do MST e da ND.....	90
4.1.2 O acontecimento: a instauração da Nova República e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no Governo José Sarney (1985 a 1989).....	97
4.2 O conflito nas formas de nomear os acontecimentos e os sentidos de reforma agrária .....	98
4.2.1 1985 a 1989 .....	98
4.2.2 1990 a 1999 .....	102
4.2.3 2000 a 2009 .....	107
4.2.4 2010 a 2019 .....	113
4.3 As formas de nomear os atores da reforma agrária.....	117
4.3.1 Como o sem-terra nomeia o proprietário rural na Nova República? .....	117
4.3.2 Como o sem-terra se automeia na Nova República? .....	118
4.3.3 Como o proprietário rural nomeia o sem-terra na Nova República? .....	119
4.3.4 Como o proprietário rural se automeia na Nova República? .....	120
4.4 As formas de nomear a terra e os sentidos da reforma agrária .....	131
4.4.1 A frequência da nomeação terra nos discursos do sem-terra e do proprietário rural	132
4.4.2 A frequência da nomeação terras nos discursos do sem-terra e do proprietário rural .....	133
4.4.3 Os termos que se relacionam com mais frequência com a nomeação terra(s) nos discursos .....	134

4.4.4 A palavra-chave do discurso sem-terra e do proprietário rural .....	134
4.4.5 Os sentidos de reforma agrária e a (des)simbolização da terra .....	137
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>159</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge de duas inquietações teóricas, quais sejam: primeira, qual a relação entre os processos de nomeação (nmç)<sup>1</sup> e a disputa ideológica de sentidos entre grupos sociais antagônicos no debate sobre o acesso à terra na estrutura agrária brasileira? Segunda, como descrever linguístico-discursivamente o processo de ressignificação nesse embate? Tais questões pressupõem que, de um lado, o conflito a partir das nomeações almeja (re)orientar a prática social através da semantização de um mesmo objeto simbólico; de outro, que uma nomeação que atingiu um valor relativamente consensual pode ter seu significado modificado na/pela dinâmica das contradições sociais, a ponto de assumir uma outra valoração ao longo de um determinado período histórico.

Destarte, investigaremos, qualiquantitativamente, os processos de nomeação e ressignificação de alguns dos principais conceitos presentes nos discursos sobre a reforma agrária em 88 (oitenta e oito) textos produzidos por dois dos principais agentes políticos na construção da sociedade brasileira durante a Nova República (1985 a 2019), como são os casos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (doravante, MST) e da Nova Direita (doravante, ND). Interessa-nos, em especial, a oposição entre as nomeações fundamentais à disputa por hegemonia nos sentidos da reforma agrária no Brasil nos 34 (trinta e quatro) anos em análise.

Historicamente, a nomeação *reforma agrária* começa a produzir sentidos mais expressivos no contexto nacional com o aprofundamento da pobreza no campo, a partir da década de 1950. A adoção de um modelo de produção agrícola voltado para a exportação deu início a um regime de trabalho assalariado com baixa remuneração, levando camponeses em situação de miséria a questionar as relações de produção e de trabalho e a se organizarem para reivindicar melhores condições de vida. Deram início, assim, a um movimento coletivo em prol da reforma agrária, simbolizada pela luta camponesa por acesso à terra (MEDEIROS, 2010).

No início da década de 1960, essas demandas foram, em alguma medida, integradas à política reformista encampada pelo governo do Presidente João Goulart (1961 a 1964), tendo sido, inclusive, ampliada no intuito de fazer parte de um programa nacional de mudança social que visava à redistribuição da riqueza, uma vez que o capitalismo industrial brasileiro se encontrava em crise. Com isso, a reforma agrária passa a não representar apenas a luta por terras, mas a transformação social em escala maior, materializada na esfera política pela

---

<sup>1</sup> Quando nos referirmos à nomeação como categoria de análise, utilizaremos a forma abreviada: nmç.

apresentação, por parte do Presidente João Goulart, de uma lei que a regulamentava com esses significados (PRIETO, 2017).

Essa ação legislativa incomodou latifundiários e outros grupos da elite nacional, os quais passaram a questionar tais ideias e a própria reforma agrária, já que elas afetavam diretamente seus interesses de classe. Contando com o apoio de organizações estadunidenses, distintos setores do capital nacional começaram a se organizar para avaliar as implicações que essas mudanças acarretariam a desejada integração do Brasil ao projeto capitalista internacional (PRIETO, 2017).

Nesse período, a carga emocional adquirida – e mobilizada – pela nmç “reforma agrária” tornou-a forte o bastante para ativar sentimentos de esperança e empatia na sociedade, tornando difícil rechaçá-la. Como forma de reação, distintos grupos de elite no país passaram a se engajar mais intensamente na reorientação semântica – i.e, ressignificação – dessa fórmula nominal, alinhando-a com os significados encampados pelo projeto capitalista internacional, o qual possuía uma perspectiva diametralmente oposta à de redistribuição de terras. Nesse viés, buscava-se manter a estrutura social inalterada, propondo-se a resolver a miséria causada pelo modelo de produção adotado por meio do aperfeiçoamento do mesmo, sem gerar prejuízos ao padrão capitalista de sociabilidade. Nessa conjuntura histórica, esses dois pontos de vista antagônicos se estabeleceram sobre a reforma agrária, orientando a disputa semântica pela terra (PRIETO, 2017).

O golpe de 1964 impediu o avanço do debate em torno dos significados dessa política pública, apropriando-se da força afetiva dessa nomeação para tentar controlar os conflitos causados pela miséria no campo. Para os militares, era importante vincular-se enunciativamente à realização de uma reforma agrária, ainda que autoritária, pois sem a prerrogativa da discussão pública via mecanismos democráticos de associação e deliberação. Apesar disso, não conseguiram evitar a instauração de um dissenso em torno do tema no Estatuto da Terra, promulgado pelo regime no mesmo ano (PRIETO, 2017).

O texto do Estatuto da Terra regulava a reforma agrária nos moldes da redistribuição de terras a partir do interesse social, ao mesmo tempo em que destinava recursos públicos para a agropecuária e agricultura industrial, modernizando, no sentido capitalista, as técnicas de produção e as relações de trabalho no campo com base no modelo de latifúndio. A contradição dessa legislação – que, a um só tempo, previa o fim do latifúndio e concentrava a posse da terra – foi desfeita por um conjunto de ordenamentos jurídicos posteriores, responsáveis por inviabilizar a redistribuição de terras por interesse social, garantindo apenas o desenvolvimento do programa agrário capitalista (PRIETO, 2017).

Podemos dizer que a prática política militar esvaziou os significados de reforma agrária contidos no Estatuto da Terra, o que acabou por aumentar os problemas no campo. Prova disso é que, ao final da Ditadura, em 1985, esses significados retornaram com força e foram reinscritos pelas novas formas de organização campesina na luta fundiária.

Surge, então, o MST, um dos resultados mais expressivos da reorganização sociopolítica no país naquele período, afirmando-se como movimento de ativismo público cujas ações objetivam mobilizar a sociedade como forma de pressionar o Estado para promover a reforma agrária, utilizando-se, dentre outras formas de negociação, de *lobby* parlamentar, marchas, greves de fome e ocupações de terra. A agremiação campesina passa a atuar, também, no campo doutrinário, difundindo os valores do movimento através da mística<sup>2</sup> e de uma escolarização específica para as crianças sem-terra, contando, para tanto, com a Escola do Campo (CARTER, 2010; INDURSKY, 2019).

No final da década de 1980, no contexto da redemocratização do Estado brasileiro, o MST fez com que os significados sociais dessa nomeação buscassem, pela via do discurso político, sua consolidação no ritual legislativo da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 a 1988. A fim de evitar que isso ocorresse, os membros das elites latifundiárias – em associação com a burguesia, o empresariado e os industriais – se rearticularam para legitimar seu discurso e garantir a prevalência de seus interesses de classe na Constituição Federal Brasileira de 1988 (INDURSKY, 2019).

Nasce, então, a ND, como consequência da reorganização dos grupos que se adaptavam para atuar no recente contexto democrático que se instaurava no Brasil. Com ela, surgem associações sem fins lucrativos como a *União Democrática Ruralista* – UDR; a *Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais* – CEDES, transformada posteriormente no *Instituto Atlântico* – IA; o *Instituto de Estudos Econômicos* – IEE; o *Instituto Liberal* – IL; o *Instituto Millenium* – IMIL, dentre muitos outros<sup>3</sup>, os quais passaram a representar distintos interesses, notadamente do agronegócio, da indústria e do comércio. Em contrapartida, possuem em comum o papel de difusão e promoção do capitalismo neoliberal, almejando garantir que as políticas sociais instaladas no Brasil estejam sempre coordenadas em harmonia com esses

---

Segundo Indursky (2019), a mística é um ritual político baseado nos rituais religiosos trazidos pela Igreja Católica no início da formação do movimento, com o fito de promover a resistência e reafirmar a identidade sem-terra.

<sup>3</sup> Em sua pesquisa bibliográfica, Casimiro (2018) identificou que os grupos citados atuaram diretamente nas políticas de reforma agrária em distintos momentos da Nova República. Nossa análise focará apenas nos posicionamentos de classe desses grupos em prol da organização de um discurso relativamente coerente sobre a questão agrária no país, antagonizando com aquele sustentado pelo MST no espectro ideológico oposto.

valores (CASIMIRO, 2018).

Nesse intuito, a ND passa a atuar de modo pragmático através da montagem de *lobbies* políticos, do apoio e/ou lançamento de seus próprios pares a candidaturas eleitorais, tanto no que concerne ao Poder Executivo quanto ao Poder Legislativo, e de espaços de formação doutrinária, como é o caso dos *think tanks*<sup>4</sup>, responsáveis pela elaboração e disseminação dos conteúdos ideológicos desse grupo (CASIMIRO, 2018).

Diante desse novo quadro social, a Assembleia Nacional Constituinte (1987) expressa a luta em torno da nmç reforma agrária entre o *sujeito sem terra* e o *proprietário rural*, a qual se estende até os dias atuais. Cabe notar que, se nas décadas passadas esses sujeitos eram nomeados como *camponeses* e *latifundiários*, com a Nova República, eles passaram a ser referidos como *sem-terra* e *proprietário rural*, respectivamente (CARTER, 2010; INDURSKY, 2019).

As nomeações mudam para acompanhar o dinamismo das relações sociais, alterando o valor simbólico à medida que se alteram os significados. Os novos sentidos dos itens lexicais decorrem das novas relações associativas que estabelecem com os outros signos no campo semântico a partir do qual são enunciados (PÊCHEUX [1975] 1988). Isso nos permite explicar porque, no que diz respeito à reforma agrária, mesmo quando não há mudança em termos de unidade lexical, seu sentido é constantemente alterado, alçando essa nomeação a um campo de batalha ideológico entre esses grupos na disputa pela prevalência social dos seus interesses de classe.

Dessa maneira, considerando que o embate entre MST e ND pela versão mais aceita da Reforma Agrária é movido simbolicamente por palavras dentro da arena política de uma sociedade formalmente democrática, como é o caso da brasileira, são as nomeações as principais responsáveis por comporem suas estratégias nessa questão. Logo, as diferentes formas de nomear a disputa pela terra funcionam tanto como uma refração das contradições sociais pela ordem do simbólico (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV [1929] 2014) quanto como uma espécie de campo gravitacional semântico em torno do qual orbitam e se constituem tais práticas sociais.

Esse conflito nomeativo movido pelos sujeitos da sociedade civil torna-se mais expressivo na Nova República, a partir da institucionalização da reforma agrária nas esferas política, jurídica e legislativa, bem como das contradições que ela condensa. A perspectiva

---

<sup>4</sup> Coletivo de entidades sem fins lucrativos que formulam e disseminam seus projetos de sociabilidade. A esse respeito, consultar Casimiro (2018).

histórica dos trinta e quatro anos de Nova República avaliados nos permite, portanto, como analistas do discurso, observar a dinâmica das nomeações que compõem a zona de conflito pela reforma agrária. Mais uma vez, a evolução desse processo de disputa pelo sentido decorre tanto das mudanças sociais quanto em função do conflito pelos significados da reforma, em um movimento contínuo de mútua influência.

Os estudos discursivos produzidos sobre a reforma agrária, geralmente, abordam o tema por um viés unilateral na perspectiva do discurso midiático, da ND ou do MST. Isso impossibilita, a nosso ver, identificar certos pontos que só uma análise dialógica e contrastiva permitiria, na medida em que esta permite captar os movimentos, conscientes e inconscientes, subjetivos e coletivos, do eu e do outro na construção dos seus posicionamentos ideológicos.

Além disso, os trabalhos que abordam essa temática sob a ótica do discurso midiático focam, frequentemente, na análise dos principais veículos de comunicação do país, como são os casos das pesquisas de Ayoub (2008), Falcone (2008), Gonçalves (2008), Kubo (2003), Santos (2004) e Seixas (1996). Essas investigações revelam, dentre outras coisas, que essas empresas de comunicação possuem uma maior proximidade com o ponto de vista do proprietário rural.

É possível encontrar também trabalhos que se pautam em análises comparativas entre as mídias tradicionais e as alternativas. Nesse viés, Indursky (2019) salienta as opções que ambas fazem por certos discursos em virtude de outros, embora não haja uma homogeneidade ideológica, dado que os discursos antagonísticos estão sempre presentes e se atravessando, marcando as contradições nesse assunto.

De modo amplo, os estudos supracitados permitem observar a heterogeneidade presente nos discursos midiáticos. Partindo dessa constatação, surgiu o nosso interesse em pesquisar os discursos “anteriores” a eles, sem essa espécie de refração pelos meios de comunicação em massa. Assim, voltamo-nos para a análise dos discursos sobre a reforma agrária constituídos pelas próprias associações de classe sobre a temática em questão, procurando, desse modo, descrever e explicar as próprias vozes da sociedade civil brasileira na arena política nas últimas quase quatro décadas.

Em sua pesquisa sobre os Aparelhos Privados de Hegemonia da Nova Direita, Casimiro (2018) avalia o papel das associações de classe dos proprietários rurais, assim como o de outras, na Assembleia Constituinte, na escrita da Constituição Federal de 1988 e nas transformações da questão agrária durante a Nova República. Indursky (2019), por sua vez, além de demonstrar a heterogeneidade discursiva das mídias tradicionais e o contraponto dessas com as mídias alternativas, desenvolve discussões acerca da presença do MST como voz

representante do lugar simbólico do sujeito sem-terra, historicamente excluído do debate sobre a questão. Com a atuação do MST, segundo a estudiosa, passa-se a confrontar o discurso do sujeito proprietário rural, cuja dominância nessa discussão decorre do poder econômico de que dispõe, garantindo-lhe acesso privilegiado aos diferentes mecanismos de divulgação e legitimação das suas propostas políticas.

A materialização desse confronto na Carta Magna de 1988 fez desse texto legislativo um objeto permeado por contradições, as quais se apresentam até hoje. Não obstante, a Constituição Cidadã contribuiu para que o período pós-Ditadura trouxesse elementos novos e importantes para a reforma agrária, tema da presente pesquisa, como é o caso da consolidação do próprio MST como agente social organizado dotado de credibilidade na cena pública brasileira.

Em nossa busca para o entendimento da organização e funcionamento das distintas vozes da sociedade civil, pesquisamos os trabalhos produzidos com foco nos discursos do sem-terra que trataram direta ou indiretamente da reforma agrária. Através deles, compreendemos o lugar do discurso do sem-terra na estruturação ideológica campesina no país, notadamente o de Mendes (2012), Ribeiro (2014) e Rodrigues (2007).

Firmado esse aspecto, surgiu o interesse de confrontar esse lugar com o seu correspondente antagônico, a fim de comparar os sentidos construídos pelas distintas posições atravessadas pelas formações socialista e capitalista. Nossa busca, então, seguiu no caminho inverso, isto é, pelos discursos produzidos pelo outro lado do confronto: o proprietário rural. Novamente, as análises do discurso sobre a reforma agrária por esse viés pareciam focar, fundamentalmente, no discurso jornalístico ou midiático, convencendo-nos do nosso desafio em constituir um material de análise que possibilitasse o acesso à “voz direta” desses grupos políticos.

O estado da arte levantado reforçou o nosso entendimento de que há uma carência por trabalhos que analisem, em um só momento, a reforma agrária a partir de um debate diacrônico entre dois sujeitos antagônicos pertencentes à sociedade civil. A investigação mais próxima que encontramos nesse sentido foi a de Franco (2003), o qual realiza uma análise comparativa entre o Jornal Sem Terra (JST) e a Folha de São Paulo (FSP) no período de março a junho de 2000. Em nosso caso, confrontaremos os discursos do MST e da ND em um período maior, garantindo uma perspectiva de transformação temporal.

Além disso, cumpre-nos destacar que o levantamento sobre os estudos da reforma agrária na biblioteca virtual da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) registrou a ocorrência de 35 (trinta e cinco) trabalhos entre teses e dissertações nas

áreas de Letras e Linguística. A análise dessas produções permitiu-nos atentar para o universo de palavras que compõem a reforma agrária, elucidando que o estudo de seus significados passa por expressões como “assentamentos”, “lutas pela terra”, “MST” e “educação no campo”. Foi-nos possível, assim, pensar na relação entre os sentidos de reforma agrária e os diversos modos de nomear as práticas centrais que envolvem a questão.

De forma esquemática, a nossa investigação oporá, qualiquantitativamente, o campo discursivo do MST (CARTER, 2010; INDURSKY, 2019) e da Nova Direita (CASIMIRO, 2018) através das formas de nomear (DAHLET, 2015; GUILBERT, 2020; SIBLOT, 1997; 2001) a terra e os atores em disputa pelo seu acesso (CARTER *et al.*, 2010; CASIMIRO, 2018; LOREIRO; PINTO; 2005; MALERBA; TRECCANI; 2019; PRIETO; 2017). Feito isso, descreveremos a zona conflitiva pautada na interação semântico-ideológica de ambos e analisaremos os processos de ressignificação (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV [1929] 2014; PÊCHEUX [1969] 1997) da reforma agrária no período de 1985 a 2019.

Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014) sustentam que a palavra é o principal campo de disputas ideológicas em uma sociedade, alterando seus significados de acordo com os índices de valor que os grupos sociais em disputa lhe atribuem. Por conseguinte, para Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014, p. 33), tudo o que é ideológico possui um significado, sendo, portanto, um signo, o qual forma a arena semântica do conflito político; ou, no caso da nossa pesquisa, a arena política do conflito semântico, na qual os espectros ideológicos buscam continuamente ressignificar a reforma agrária nos seus termos, almejando dotar seus discursos de autoridade, legitimidade e credibilidade frente à sociedade da qual emergem.

Os processos de nomeação, nessa ótica, se constituem como aspectos privilegiados da relação entre linguagem e sociedade para o entendimento das tomadas de posições e da dinâmica dos conflitos na contínua busca por se afirmar como sujeito social com direito à voz em uma sociedade democrática (BAKHTIN; VOLCHÍNOV, [1929] 2014).

De forma semelhante, segundo Pêcheux ([1969] 1997), a produção de sentido(s) envolve, necessariamente, a relação do real da língua com as *condições de produção* e distribuição das riquezas de uma dada sociedade. Isso significa que o sentido é um efeito resultante da inscrição da língua na história, mudando de acordo com as posições-sujeito em uma dada formação ideológica e com as *condições sociais de produção* do discurso.

Dessa forma, são elaborados as formações imaginárias e os efeitos de condensação e deslocamento semântico, ensejando a centralidade da metáfora e da metonímia para o entendimento dos conflitos sociais nos/pelos discursos. O discurso é definido, por conseguinte, como a produção de efeitos de sentido entre as posições-sujeito cujos lugares são determinados

na estrutura de uma formação ideológica. Esse diálogo – presencial ou não – somente funciona mediante as projeções que um interlocutor faz do outro, assim como do próprio referente (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 82).

Ainda de acordo com Pêcheux ([1975] 1988), retomando a filosofia althusseriana, o sentido é preenchido pela ideologia, sendo ela indissociável da linguagem na constituição do sujeito. O analista do discurso a concebe, portanto, como a representação de uma relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.

Essa relação decorre da interpelação, o modo pelo qual a ideologia atravessa o indivíduo e o torna sujeito. Logo, a condição de existência do sujeito é a ideologia, assim como a ideologia só existe pelo sujeito, sem o qual não seria possível o seu funcionamento (ALTHUSSER, 1998, p. 85). Ademais, o discurso é o responsável por estabelecer essa relação com a língua, como prática social, de modo que realiza a ideologia na língua e, nessa relação, a ideologia tem a “tarefa” de articular os sentidos.

Para Siblot (2001), a nomeação não é um mero processo de rotulagem. Ao contrário, ela possui a capacidade de referenciar os objetos do mundo e, com isso, atua como um instrumento fundamental na produção de sentidos. Consoante o autor, a nomeação possui uma relação dialética entre a linguagem e a realidade, sendo esta construída a partir do ponto de vista que o locutor tem da coisa nomeada. Nesse viés, a nomeação, como ato de categorização, nunca é neutra, visto que ela é revestida dos posicionamentos daqueles que a enunciam. É por meio das nomeações que os sujeitos produzem os efeitos de sentido de acordo com suas visões de mundo, provocando acordos e controvérsias

Quando uma determinada nomeação é produzida e passa a circular massivamente como senso comum na sociedade, ela se naturaliza como evidência da realidade. É por esse efeito ideológico que as nomeações estudadas disputam a *memória discursiva*, a partir da qual a análise é capaz de recuperar os aspectos dialógicos da linguagem (SIBLOT, 2001). Butler (2002), por seu turno, descreve a ressignificação como sendo a apropriação de um termo cujo significado insultuoso é redirecionado e passa a assumir uma valoração positiva.

A partir da aproximação desses autores, compreendemos que a *ressignificação* ocorre quando há uma *alteração de valor ideológico oriunda da incorporação das lexias a um novo campo semântico, o qual significa pelas relações imaginárias que exerce com os grupos sociais que o organizam*<sup>5</sup>. Sendo assim, quando um termo é ressignificado, podemos dizer que ele

---

<sup>5</sup> Gostaríamos de agradecer ao professor doutor Cláudio Márcio do Carmo (Promel/UFSJ) pela sugestão de formalizarmos com mais clareza o conceito de ressignificação, dada a sua importância para as pesquisas no campo do discurso.

recebe um novo sentido em decorrência da nova cadeia de significantes na qual ele é integrado, produzindo novas relações semânticas explícitas e implícitas. No nosso entendimento, para observar o movimento de ressemantização lexical, deve-se avaliar como os protagonistas do discurso estão posicionados e como eles projetam pontos de vista contrários sobre si mesmos e sobre o referente do discurso.

Para finalizar, no caso da nossa pesquisa, os discursos sobre a reforma agrária correspondem à relação dos seus protagonistas com o referente, em que os sentidos da reforma se dão em função das posições daqueles que a movimentam. O signo “reforma agrária” funciona, portanto, como um fragmento material da realidade, algo que é tangível, constituído na interface entre língua e história. Podemos pensar, inclusive, no signo “terra”, como terreno destinado à agricultura, em relação à reforma agrária, uma vez que os conflitos pela posse da terra, a um só tempo, surgem no “mundo exterior” à linguagem e com ela estabelecem uma relação de reflexão e refração semântica da reforma agrária, orientando ações, reações e a geração de novos signos no meio social.

As nomeações e nominalizações empregadas representam campos discursivos em oposição, onde a reforma agrária se constitui como um objeto discursivo em constante tensão, dada a sua importância para a organização política, jurídica e econômica da sociedade brasileira. À medida que o MST busca renovar a questão frente às constantes mudanças do cenário histórico e social, a Nova Direita visa legitimar e conservar o sentido de concentração necessária da estrutura fundiária nacional e esvaziando as funções da reforma. Como em um jogo de xadrez, cada movimento – simbólico – de um jogador implica a movimentação do adversário.

Para operacionalizar a análise, investigaremos como as nomeações em conflito produzidas pelo MST e pela ND contribuem para a constante tentativa de estabilização e ressignificação desse sintagma no Brasil durante a Nova República, realizando um trabalho que se pauta na interface entre a análise histórica do simbólico e a análise simbólica do histórico, facetas necessariamente interdependentes, o que entendemos ser propriamente as contribuições que o escopo teórico-metodológico discursivo lega ao grande campo da Linguística.

Ao fim, esperamos contribuir, especialmente, para a descrição linguístico-discursiva desse processo tão fundamental à linguagem, qual seja: a ressignificação. Consideramos que esse conceito ainda carece de maior sistematização epistemológica no campo da Linguística do Texto e do Discurso, notadamente no que se refere à Análise Materialista do Discurso.

# CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS

## 1.1 A luta histórica pelo acesso à terra no Brasil

Os conflitos em torno da propriedade da terra estão materializados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, principalmente, através de duas lexias, quais sejam: *direito de propriedade* e *direito à propriedade*. Como podemos notar, ambos diferem entre si pela marca da regência nominal, assim como pelo significado. Se o primeiro trata do direito à posse da terra, o segundo considera o direito universal ao acesso à terra, antagonizando-se em polos distintos de um conflito instaurado no Brasil durante a sua formação territorial, de maneira que as desigualdades de acesso à terra e os conflitos por ela gerados têm origem no período do Brasil Colônia (1500 a 1808), avançando até chegar ao período atual (INDURSKY, 2019).

No contexto agrário do país, de acordo com o Relatório Anual de Conflitos no Campo<sup>6</sup>, divulgado pela Comissão de Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2019, 859.023 pessoas se envolveram em conflitos no campo<sup>7</sup>, dentre as quais 578.968 se envolveram em conflitos relacionados à terra<sup>8</sup>. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a estrutura fundiária manteve-se praticamente inalterada de 1985 a 2006, tendo crescido no último levantamento. Conforme o índice Gini, padrão utilizado para medir as desigualdades na distribuição de terras, foi registrado 0,867 pontos de concentração de terras, patamar mais elevado em relação aos dados de pesquisas anteriores, cujas pontuações foram as seguintes: 0,854 em 2006, 0856 de 1995 a 1996 e 0,857 em 1985. Cabe ressaltar que quanto mais próxima essa medida está do número 1, maior é a concentração.

A situação fundiária retratada nos dados supracitados é resultado de um processo histórico que se inicia na forma da colonização implementada pelos portugueses, os quais não

---

<sup>6</sup> O relatório em questão considera conflitos no campo como sendo as ações de resistência e enfrentamento que acontecem no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção.

<sup>7</sup> Conforme o relatório, as pessoas envolvidas nesses conflitos são: (i) as classes proprietárias identificadas como Empresários, Fazendeiros, Mineradoras, Madeireiros e (empresas) Hidrelétricas ou pseudo-proprietários, como os Grileiros; (ii) o Poder Público, seja pelos governos em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal) por iniciativa (ação-inação) no despejo de famílias e comunidades, seja pelo judiciário com mandados de reintegração de posse ou mesmo de prisões e por agentes públicos, como policiais e políticos; (iii) os grupos sociais não-proprietários em luta por terra e território, com ações de ocupações e retomadas de terras-territórios, seja por grupos sociais em posse real de uso tradicional das terras.

<sup>8</sup> Ainda de acordo com o relatório, conflitos por terra dizem respeito a ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc. As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

objetivavam construir uma civilização agrícola, mas, sim, explorar os recursos naturais do território brasileiro. Isso fez com que as políticas de divisão de terras instituídas pelos portugueses privilegiassem as elites colonizadoras e excluíssem a parcela pobre da população colonial. Associada a esse sistema, o escravismo e a dependência das exportações constituíram as bases estruturantes das nossas relações econômicas, políticas e sociais (SAMPAIO, 2010).

Sampaio (2010) assevera que a primeira política de divisão de terras instituída nesse período foi a de divisão administrativa do território no sistema de capitanias hereditárias, em 1534, a qual repartiu os novos domínios em quinze grandes faixas de terra destinadas aos nobres e comerciantes portugueses com a contrapartida de que tinham o dever de garantir o desenvolvimento e a segurança das capitanias. Cumpre-nos destacar que, apesar de os donatários terem o direito a usufruir dos lucros das propriedades capitaneadas, as terras continuavam a pertencer à coroa portuguesa. No entanto, as dificuldades de gerir as grandes extensões territoriais originadas por esse sistema, bem como o receio de que outros povos pudessem invadir a colônia, criou a necessidade de intensificar a povoação do território brasileiro (SAMPAIO, 2010).

No intuito de enfrentar esses problemas, em 1532, instituiu-se a Lei de Sesmaria, a qual permaneceu em vigor até 1822. O objetivo desse instrumento jurídico era garantir poderes aos donatários para que repartissem suas terras com colonos, os quais teriam um prazo de cinco anos para começar a pagar os impostos pelas terras cultivadas. Embora, vale ressaltar, essa obrigação raramente fosse cumprida. Desse sistema surge o latifúndio, que consiste em uma alta concentração de terras nas mãos de poucos proprietários (SAMPAIO, 2010).

Com a Proclamação da Independência, em 1822, os problemas da Sesmaria começaram a surgir e o latifúndio, assim como o escravismo, passaram a ser apontados como entraves ao progresso do Estado moderno, sendo esse o primeiro pensamento associado à necessidade de reestruturação agrária. Entretanto, o poder econômico dos senhores de terras foi fator determinante na influência dessas classes sobre as decisões políticas a partir desse período (SAMPAIO, 2010).

Sampaio (2010) aponta como uma das consequências dessa influência a criação da Lei de Terras (em vigor de 1850 a 1965), instrumento que decretou a compra o único meio de acesso às terras públicas, além de conceder o título formal de terras doadas aos membros da alta aristocracia da Corte Portuguesa durante o sistema das Capitanias Hereditárias. Assim, fundamentou-se a propriedade privada da terra sob os argumentos de dar segurança jurídica aos títulos de propriedade e de garantir aos senhores de terras maior autonomia sobre suas propriedades.

No entanto, o autor sustenta que um dos principais motivos para a elaboração dessa política de regularização fundiária foi a iminência da abolição do regime escravista, reforçada pela vinda dos imigrantes ao Brasil. Nesse intuito, a lei de terras decretou a comercialização de terras públicas para favorecer a geração de mão de obra agrícola, uma vez que a população mais pobre, constituída em sua maioria por ex-escravos, indígenas e imigrantes, não teria condições financeiras de adquirir suas próprias terras (SAMPAIO, 2010).

Um outro problema ocasionado por uma política descontrolada de formalização da transferência das terras públicas a proprietários privados foi o surgimento da prática de grilagem. Isso significa o desenvolvimento de um processo sistemático de falsificação de documentos públicos com o intuito de adquirir de maneira fraudulenta grandes extensões de terras públicas ou de posseiros para comercialização. A grilagem acirrou os conflitos por terra no Brasil, uma vez que propriedades habitadas por posseiros, que ocupam terras para a subsistência sem ter registro legal sobre elas, passaram a ser invadidas pelos grileiros para se tornarem objeto de fraude de títulos de posse (SAMPAIO, 2010).

Nesse período, surgem os jagunços e pistoleiros, grupos armados de proteção da terra grilada, os quais contribuíam para o aumento do quadro de violência no campo contra as populações mais pobres. Esses conflitos se davam à margem da lei e do poder público, aumentando o quadro de precariedade e exclusão no campo. Em resumo, tendo durado cento e quinze anos, a Lei de Terras possibilitou a ampliação e consolidação da concentração de terras no país (SAMPAIO, 2010).

Nesse cenário de exclusão, conflitos gerados pelo acesso à terra ocasionados pela situação de miséria durante o período da Primeira República, de 1889 a 1930, eram tratados como questão privada e qualquer manifestação popular, considerada afronta ao poder militar, era duramente reprimida pelo poder policial. Episódios de violência conhecidos na história do Brasil, como é o caso da Guerra de Canudos, em 1896 e 1897, no sertão da Bahia, e a Revolta do Contestado, em 1912, em Santa Catarina, foram gestados nesse contexto social (POLETTI, 2010).

As relações de trabalho que se estabeleceram no campo com o fim do regime escravista e com a privação dos meios de produção eram diversificadas: foreiros, rendeiros, meeiros agregados eram nomeações utilizadas para aqueles que, não possuindo a terra, vendiam sua força de trabalho ou pagavam taxas em troca de um terreno para o cultivo de subsistência. A partir de 1950, a racionalização da produção para exportação enfraqueceu esse modelo e muitos desses trabalhadores passaram à condição de assalariados ou migraram para as cidades, sendo expulsos das terras que cultivavam (MEDEIROS, 2010).

Isso acabou por intensificar os conflitos pela permanência nas terras trabalhadas e, em paralelo, o direito à terra começa a ser reivindicado como reforma agrária. A partir do momento em que essa heterogeneidade de sujeitos se reúne em torno dessa pauta, eles adquirem uma identidade comum, a qual lhes garante paulatinamente mais força política, passando a serem nomeados como camponeses (MEDEIROS, 2010).

De acordo com Medeiros (2010), as distâncias geográficas e o contato com distintos grupos políticos que passaram a organizar a pauta política dessa classe levaram a formação de diferentes formas de associação em torno da reforma agrária. No Norte e Nordeste, surgem as Ligas Camponesas (1945 a 1964), lideradas pelo advogado Francisco Julião; no Sudeste, ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), organiza-se a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ULTAB<sup>9</sup> (1954 a 1963). Mais tarde, no Rio Grande do Sul, já na década de 1960, surge o Movimento de Agricultores Sem Terra – MASTER (1960 a 1964), fundado pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Em 1961, em Belo Horizonte, aconteceu o Congresso Nacional Camponês. O evento reuniu as diversas organizações do campesinato, o Presidente João Goulart e um conjunto de autoridades em torno do debate sobre os significados da reforma agrária (MEDEIROS, 2010). Segundo Indursky (2019, p. 19), neste período, a reforma agrária fazia parte de um contexto nacional de mudança social que visava à redistribuição da riqueza, uma vez que o capitalismo industrial se encontrava em crise. A redistribuição de terras representava uma alternativa para superar a crise através da geração de mercado interno para a indústria. Assim, no Governo João Goulart, a reforma agrária passa a figurar com força no cenário político, tendo como auge o encaminhamento do projeto de reforma ao Congresso Nacional (INDURSKY, 2019).

Segundo Medeiros (2010), os latifundiários eram contrários a uma reforma agrária redistributiva como forma de reduzir a pobreza do campesinato, bem como rejeitavam a nomeação *latifundiário*, autodenominando-se *produtores*. Propunham como política de redução da pobreza no campo o fortalecimento da produção agrícola por meio de investimento de capital governamental, o que supostamente geraria mais lucro à agricultura nacional e, assim, permitiria a melhoria salarial dos trabalhadores.

Conforme Novaes (1997), o *latifúndio* significava extensão territorial até final dos anos 1950. A partir das crescentes reivindicações por acesso à terra e do questionamento da concentração de propriedade, essa nomeação passou a significar violência, opressão,

---

<sup>9</sup> Transformada em Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas – CONTAB, em 1964.

exploração e improdutividade.

Ao longo do tempo, ela foi convencionalmente apagada, como aponta a pesquisa quantitativa de Avelar (2020), que identificou o desaparecimento das nomeações *latifúndio* e *latifundiário* dos três principais jornais nacionais a partir da segunda metade dos anos 80. No seu lugar, surgiu a designação *ruralista*, um termo com maior elasticidade, capaz de agregar pequenos proprietários rurais ou trabalhadores do campo, identidades que não caberiam no conceito de latifundiários.

Conforme Prieto (2017), no período que antecedeu o golpe de Estado de 1964, latifundiários, burguesia urbana e industrial, parte da classe média, militares e grupos conservadores chegaram a um consenso de que os valores da tradição – Deus, família e propriedade privada – estariam sendo ameaçados pelas reformas de base do Governo João Goulart e por um possível avanço do comunismo através dos movimentos camponeses. Com o intuito de defender essas ideias e de implantar um projeto de modernização capitalista, esses grupos organizaram-se em instituições, criando associações de classe como o *Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais* (IPES) e o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD), ambos alinhados ideologicamente ao programa estadunidense “Aliança para o progresso” na elaboração de um projeto nacional de reforma agrária.

O Aliança para o progresso, cumpre-nos destacar, foi um programa político-econômico criado pelo governo estadunidense, em 1961, com o discurso de promoção do desenvolvimento da América Latina. Esse programa tinha por objetivo conter possíveis revoltas influenciadas pela Revolução Cubana, auxiliando, para tanto, os países latinos a realizarem uma reforma agrária cujo sentido era bem diferente do idealizado pelo movimento camponês. Com a entrada dos militares no poder, esse projeto norteou o que veio a ser denominado Estatuto da Terra (PRIETO, 2017). Dito isso, passemos à análise mais detalhada da questão agrária durante o regime militar brasileiro.

## **1.2 A questão agrária: da ditadura ao regime democrático**

A ditadura civil-militar brasileira encerrou monocraticamente os debates sobre a redistribuição de terras no campo. A partir de 1964, todo tipo de organização política dos trabalhadores do campo foi dissolvido, assim como os significados de reforma agrária construídos por esses grupos foram silenciados e interditados.

Segundo Indursky (2019), a designação reforma agrária manteve-se durante a ditadura militar, alterando, contudo, seu sentido, uma vez que passara a propor a distribuição de terras

em distintas áreas sem desconcentração do latifúndio. Sobre esse novo sentido, Prieto (2017) destaca a importância para o regime em propor uma reforma agrária que controlasse os conflitos rurais, ainda que, para o projeto militar, o desenvolvimento rural dependesse de uma redistribuição de terras; até porque um dos pilares desse regime era promover a ampla defesa da propriedade privada, o que divergia fundamentalmente do projeto inicial das Ligas Camponesas.

Conforme Prieto (2017), as contradições em torno da nomeação *reforma agrária* resultaram no texto do Estatuto da Terra, que promove a garantia da propriedade privada ao mesmo tempo em que a condiciona ao cumprimento da função social, conforme mensagem n. 33, de 26 de outubro de 1964, encaminhada junto ao Projeto de Lei que dispõe sobre o referido Estatuto:

A opção democrática baseia-se no estímulo à propriedade privada, no direito do agricultor proprietário aos frutos de seu trabalho e, naturalmente, ao aumento da produtividade, reintegra a propriedade em sua natural função social, condicionando seu aproveitamento ao bem-estar geral; cria, com base no conceito modular de área do estabelecimento rural, um sistema que permite a formação de propriedade, de tamanho econômico em relação ao conjunto familiar (BRASIL, 1964, p. 121).

Não obstante, a previsão de reforma agrária a partir do interesse social foi inviabilizada por um conjunto de ordenamentos jurídicos que dificultavam sua execução. Cumprindo apenas a função de garantir uma retórica democrática característica desse governo e necessária à legitimação da implementação do programa agrário militar baseado no estímulo à propriedade privada, privilegiava investimentos para a agropecuária e agricultura industrial, “modernizando” o latifúndio. Tal modelo favoreceu a posse individual de grandes extensões de terras, a partir de programas de incentivos fiscais e de políticas de crédito governamental, assim como projetos de colonização que incentivavam a migração de populações de outras regiões, principalmente do Nordeste, para a Amazônia (PRIETO, 2017).

O Estatuto da Terra institucionalizou a reforma agrária, embora na prática não a tenha executado. Em substituição, desenvolveu a política de modernização agrícola, descrita acima, e um projeto de colonização agrária parcial (ONDETTI; WAMBERG; AFONSO, 2010). Em ambos os casos, contribuiu para a manutenção e aumento da concentração de terras no país.

A expansão da fronteira agrícola e a colonização da Amazônia através do slogan “terra sem homens na Amazônia para homens sem-terra do Nordeste” atraiu camponeses para essas regiões periféricas do campo. O objetivo era assentar os sem-terra como forma de apaziguar os conflitos no Nordeste do país. Todavia, esse projeto não chegou a ser concluído, resultando, ao contrário, no aumento de conflitos com grileiros e grandes proprietários rurais que disputavam

o controle das terras públicas (ONDETTI; WAMBERG; AFONSO, 2010).

Aos militares, interessava integrar a Amazônia ao projeto capitalista nacional através do incentivo à pecuária, extração madeireira e mineração, atividades que estimulam a concentração de terras, o que acabou por fomentar o interesse de empresas nacionais e multinacionais em adquirir propriedades rurais (LOREIRO; PINTO, 2005).

Nessa época, a privatização de terras públicas gerou muitos confrontos e fraudes. Os lotes adquiridos diretamente nos órgãos do governo ou de particulares eram terrenos já habitados por populações locais. Em 1976, o governo regularizou por meio de Medidas Provisórias as terras adquiridas e demarcadas de forma ilegal sob argumentos de que os projetos promoveriam desenvolvimentos (LOREIRO; PINTO, 2005). Essas políticas intensificaram a grilagem, de maneira que, após a queda desse regime, a Constituição Federal de 1988 determinou a revisão da apropriação de terras públicas de 1962 a 1987<sup>10</sup>, que não chegou a ser executada pelo Congresso Nacional como previsto (PRIETO, 2017)<sup>11</sup>.

Além do aumento do conflito histórico pela posse de terra estimulado pelas medidas de mercantilização das terras públicas, a formação de milícias privadas contratadas por empresas, latifundiários e grileiros para expulsar comunidades e famílias das terras contribuiu para intensificar o quadro de violência rural (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010).

Durante o período militar, foram registrados 1.566 assassinatos de trabalhadores rurais; destes, 17 foram a julgamento e 8 sofreram condenação. Além disso, no decorrer desse período, foram registradas diversas chacinas e massacres. Somente na Zona da Mata Pernambucana, dos 40 sindicatos rurais existentes, 38 sofreram intervenção militar, sendo que 26 passaram por mais de uma intervenção. Nessa época, a luta por direitos ou reforma agrária era combatida com forte repressão (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010).

O balanço da reforma agrária militar demonstrou que era previsto para o projeto de colonização agrária assentar 100.000 famílias, mas somente 39.948 conseguiram esse status. Já a reforma agrária beneficiou apenas 9.327 famílias. O aumento da concentração fundiária durante o período revelou o fracasso desse projeto em termos de distribuição de propriedades rurais. De acordo com o índice Gini, a concentração de terras no Brasil passou de 0,731 em 1960 para 0,867 em 1975 (IBGE, 2019).

---

É o que consta na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, Art. 51. Serão revistos pelo Congresso Nacional, através de Comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

<sup>11</sup> Para mais informações sobre a institucionalização da grilagem durante a ditadura, consultar Prieto (2017).

Ainda na Ditadura Militar começaram a surgir episódios de resistência a despejos e ocupações de terra no Rio Grande do Sul. Um desses episódios deu início ao Movimento dos Sem Terra. Em 1979, um grupo de indígenas recuperou suas terras no norte do Estado expulsando posseiros que lá viviam. Essas famílias sem-terra desassistidas pelo poder público decidiram, com o apoio de padres da igreja local, ocupar uma fazenda do governo que estava alugada a grandes produtores rurais: a fazenda Macali. Com o auxílio da igreja, esse grupo formado por analfabetos ou com baixo grau de instrução começa a articular uma estratégia de pressionar o poder público para garantir seu direito à terra (CARTER, 2010).

Tratando-se de um regime ditatorial, o tom usado nessa ação era de súplica, visando sensibilizar a opinião pública para a pauta da questão agrária, que à época teve muita adesão, na esteira de crescimento de uma forte oposição ao governo. Aos poucos, a ocupação foi crescendo e ganhando novos adeptos e, em 1981, criou-se o acampamento Encruzilhada Natalino. Foram 23 atos de protestos e 18 viagens para negociar com parlamentares e funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em julho do referido ano, 15.000 trabalhadores rurais acamparam em frente ao Congresso Nacional em um ato de protesto que teve ampla visibilidade nacional (CARTER, 2010).

Dias após o ocorrido, o governo acionou a Lei de Segurança Nacional para intervir no acampamento. A opressão dos militares e o clima de reabertura democrática contribuíram para o êxito dos trabalhadores, que tiveram seu pleito atendido pouco tempo depois. Essa conquista fundou as bases do ativismo público que orientaria a identidade do Movimento Sem Terra, bem como a reintrodução da reforma agrária na pauta política (CARTER, 2010).

Findada a ditadura, os intensos conflitos no campo<sup>12</sup> e o clima de redemocratização do Estado fizeram com que o presidente José Sarney incluísse no Pacto Social para a transição, firmado no governo do ex-presidente Tancredo Neves, o I Plano Nacional de Reforma Agrária, o qual buscava aplicar o Estatuto da Terra com a meta de assentar 1,4 milhão de famílias em terras a serem desapropriadas. Todavia, a pressão dos proprietários rurais impediu que o governo aplicasse efetivamente o Plano, fazendo com que o programa não atingisse mais que 6% do esperado (FERNANDES, 2010, p. 166).

Indursky (2019, p. 23) pondera que o surgimento do Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra, em 1984, em meio ao retorno do debate sobre a reforma agrária, possibilitou um novo arranjo discursivo ao tema, pois, até então, não se ouvia a voz desse sujeito sem-terra. A inserção do discurso na esfera pública, mobilizado por esse sujeito, confronta os

---

<sup>12</sup> Segundo Carter (2010), entre 1985 e 1989, morreram 561 trabalhadores rurais, dentre eles lideranças e ativistas da reforma agrária.

discursos já consolidados, abrindo espaço para uma outra dimensão política à questão da terra no Brasil.

De acordo com Medeiros (2010), a reinserção da Reforma Agrária no cenário político foi acompanhada de uma forte oposição dos latifundiários, os quais argumentavam que uma distribuição de terras traria um retrocesso ao desenvolvimento da agroindústria. Neste combate às propostas reformistas, surge a *União Democrática Ruralista* (UDR), formada por uma ala mais radical de latifundiários.

Conforme Indursky (2019), a presença da UDR na Assembleia Nacional Constituinte em oposição aos grupos progressistas reorientou o debate sobre a reforma agrária, restringindo o objeto dessa política fundiária a propriedades improdutivas, definição dada ao conceito de função social. Isso contribuiu para a manutenção da concentração de grandes extensões de terras, conforme vimos na seção anterior, com os dados do Censo Agropecuário de 2017.

Payne (2000) define a atuação da UDR como própria de grupos direitistas que intervieram no processo de transição do autoritarismo para a democracia latino-americana, dificultando a consolidação de políticas democráticas através de estratégias que transformaram um conjunto de demandas particulares em ação política. Combinaram, para isso, características do estilo de mobilização dos movimentos sociais de esquerda mais tradicionais com a violência de grupos autoritários e ferramentas tradicionais utilizadas por partidos políticos.

Conforme mencionamos no início deste capítulo, a ambiguidade das lexias “direito de propriedade” e “direito à propriedade”, presente no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988<sup>13</sup>, resulta da tentativa de encontrar um significado único para a questão da reforma agrária no texto legal a partir de sujeitos pertencentes a lugares sociais distintos. Essa tarefa utópica fez com que a Carta Magna se tornasse o objeto normativo de litígio desses diferentes grupos sociais desde a década de 1990 (INDURSKY, 2019).

A nomeação *reforma agrária* passa agora a se associar à identificação de terras improdutivas para distribuição. Relacionadas a esse sentido, estão as nomeações *assentamento*, *ocupação* e *invasão*. Com base nisso, o governo exerce seu dever de criar assentamentos nas áreas identificadas, promovendo a reforma agrária de forma harmônica, pacífica e extremamente lenta. Os sem-terra, apoiados no direito à propriedade, que garante a todos cidadãos o acesso à terra, realizam ocupações como forma de reduzir a morosidade do Estado, denunciando as propriedades que não estão cumprindo a sua função social; ou seja, não estão

---

<sup>13</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade; (BRASIL, 1988, grifos nossos).

produzindo. Já os latifundiários se dirigem ao direito de propriedade como garantidor da posse da terra para nomear como invasão as ações do MST, entendendo-as como crime que viola esse direito (INDURSKY, 2019, p. 92).

Como identificou Indursky (2019), a nomeação *assentamento* não participa do litígio ocupação/invasão que marcou durante décadas e marca até hoje os conflitos por terras no Brasil. Contudo, veremos em nossas análises que o objeto discursivo dessa nomeação constituiu um outro conflito dentro do universo da reforma agrária.

Nos anos 90, a adesão do Brasil a uma política neoliberal intensifica o modelo de agricultura capitalista ou agronegócio, baseado no monocultivo em grandes extensões de terra. Essa adesão é acompanhada de um forte discurso contrário à realização da reforma agrária, alegando que ela constitui um entrave ao progresso nacional e atuando para justificar a morosidade dos processos de reforma existentes no INCRA. Em virtude disso, as ocupações do MST se intensificaram como forma de movimentar esse processo, gerando muitos conflitos no campo, dentre eles os massacres de Eldorado dos Carajás (1996) e Corumbiara (1995), amplamente divulgados pela mídia como eventos de extrema violência e injustiça social, levando o movimento a ganhar um grande apoio popular (DELGADO, 2010).

Esses eventos desestabilizaram a política neoliberal e seu discurso econômico desenvolvimentista reenquadrando o debate sobre a reforma agrária no âmbito da ética e da ordem social, movimentando a opinião pública e pressionando governantes a promoverem a reforma agrária através das desapropriações das áreas ocupadas. Depois de Eldorado dos Carajás e Corumbiara, o governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) dobrou a abrangência de áreas obtidas para a reforma agrária, passando de 2% a 4% de todo o território nacional (CARTER, 2010).

O dissenso<sup>14</sup> causado pelo discurso social do MST ao confrontar o discurso neoliberal impede a plena realização desta política, fazendo com que um processo discursivo de criminalização dos sem-terra fosse propagado como forma de enfraquecer o movimento para poder dar continuidade à agenda neoliberal. Para isso, a nomeação *invasão* origina uma nova forma de designar as atividades do MST: *terrorismo agrário*, conforme formulado por Graziano (2006)<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Indursky (2019) caracteriza o sem-terra como um sujeito do dissenso, concepção trazida pela autora a partir de uma citação feita por Jacques Rancière em entrevista concedida pelo autor à Folha de São Paulo, em 10/09/1995: “são sujeitos do dissenso aqueles que tomam a palavra quando e onde não deviam fazê-lo e apenas são sujeitos políticos quando o fazem”.

<sup>15</sup> De acordo com Carter (2010) e Casimiro (2019), Francisco Graziano é engenheiro agrônomo e um dos maiores críticos do MST, produzindo publicações acadêmicas e jornalísticas sobre o tema. Além disso, é colunista dos

A associação do MST a grupos terroristas encontrou bastante eco na grande imprensa<sup>16</sup>, aproximando a imagem do movimento das representações sociais dos atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, responsáveis por instaurar um clima de medo e insegurança mundial. Esse processo de *ressignificação por renomeação* encampado por parte da elite agrária gerou uma queda na popularidade do MST (CARTER, 2010).

Em 1997, uma pesquisa realizada pelo IBOPE<sup>17</sup> apontou que 83% da população apoiava a reforma agrária. Já em 2006, uma nova pesquisa afirmou que 56% da população acreditava que os sem-terra traziam mais resultados negativos que positivos para a reforma agrária e 53% dos brasileiros achavam que o governo deveria utilizar a polícia para retirar integrantes do MST quando esses ocupassem as propriedades rurais.

Conforme Fernandes (2010), se as ocupações impulsionavam a reforma agrária e minimizavam a intensidade da concentração de terras no Brasil, a expansão territorial do modelo de agricultura capitalista fez o oposto e deu início a uma nova fase de concentração de terras. Em meio a essa disputa de forças antagônicas, os governos do início do século XXI, ao mesmo tempo em que subsidiaram o agronegócio, financiaram as atividades do MST e evitaram o debate sobre a reforma agrária, silenciando-a.

De acordo com Carter (2010), o avanço da reforma agrária no Brasil após a reabertura democrática se deu de forma reativa, em resposta a conflitos e à pressão social, configurando-se também como uma política paralela ao desenvolvimento rural. A efetivação de uma política de reforma agrária passa pelo processo de implantação dos assentamentos, o qual envolve políticas públicas que objetivam garantir ao assentado autonomia para permanecer no campo. Tais políticas vão desde a alocação de recursos para a saúde, a instalação de redes de energia elétrica, a abertura de estradas e fomento à habitação e aquisição de maquinários agrícolas até à destinação de créditos financeiros para as atividades de produção e escoamento.

Conforme Malerba e Treccani (2019), entre a implementação e a emancipação de um projeto de assentamento, os assentados recebem a propriedade da terra em caráter provisório<sup>18</sup>. Por um lado, isso permite que o INCRA acompanhe o desenvolvimento do assentamento; por outro, impede a venda da propriedade por parte do assentado. Logo, um assentamento só pode ser considerado emancipado, status que concede ao assentado o título de propriedade e

---

jornais O Globo, Tempo e Estadão. Seus artigos já foram publicados nas entidades da Nova Direita, além de ter participado de eventos desses intelectuais, como o evento do Instituto Millenium em 2005 e do Instituto FHC, em 2015.

<sup>16</sup> Para saber sobre o processo de criminalização do MST no discurso midiático, consultar Ayoub (2008).

<sup>17</sup> Fonte: <https://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/antigos/opp025mstfv06.pdf//>

<sup>18</sup> Segundo Malerba; Treccani (2019), a transferência do imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório se faz por meio de um Contrato de Concessão de Uso/CCU).

consequentemente o direito de vendê-la, quando consegue autossuficiência social e econômica e não necessita mais de apoio do governo.

Até o ano de 2018, para que um assentamento fosse considerado autossuficiente era necessário que o governo implantasse todas as políticas e obras públicas previstas na legislação, além de observar um prazo de 10 (dez) anos de existência do assentamento. Após o decreto nº 9.311/18, esses termos foram alterados e passou a vigorar para fins de emancipação o período de 15 anos, retirando da legislação a obrigação do Estado de implantar as políticas públicas que possibilitavam o assentamento se desenvolver (MALERBA; TRECCANI, 2019).

### 1.3 O MST e o ativismo público na reforma agrária

Segundo Indursky (2019), o MST é um movimento político que, ao surgir, inscreve os sem-terra no espaço público, sendo o porta-voz desse segmento na luta pelo direito à terra, assim como antagonizando com outros sujeitos políticos sobre a questão fundiária no Brasil. O MST atua de maneira estratégica, visando manter a pauta da reforma agrária sempre em evidência na sociedade brasileira.

Na década de 1960, a nomeação *camponês* era utilizada como parte do movimento camponês latino-americano. Durante a ditadura militar, esse modo de nomear passou a ser combatido e reprimido, pois *camponês* significava aquele que luta por reforma agrária e essa luta passou a ser considerada como subversiva e comunista. Com isso, a nomeação foi perdendo força para *trabalhador rural*, como forma de apagar as memórias políticas da nomeação anterior (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 21). Ademais, conforme Medeiros (2010), após os anos 80, a nomeação *agricultor familiar* se sobrepôs a *pequeno produtor* em virtude do debate sobre agroecologia e a crítica ao modelo produtivo implementado no Brasil. Esquematizamos as mudanças dessas nomeações no quadro a seguir:

Quadro 1 – Mudanças de nomeações



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O termo trabalhador rural foi incorporado à sigla MST durante a sua consolidação em 1984, tornando-se Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>19</sup>. A acoplagem de “sem terra” marca a situação social desse grupo constituído de forma heterogênea por “pequenos produtores, assalariados agrícolas, posseiros, grileiros, boias-frias, extrativistas, arrendatários, parceiros, meeiros”, enfim, trabalhadores que, por não possuírem suas terras, mantêm outras relações de trabalho (INDURSKY, 2019, p. 29).

A prática do MST, que movimenta os discursos político e jurídico, pode ser entendida por meio do uso de uma modalidade particular de inserção na luta social intitulada ativismo público. Dentre as espécies de conflito social existentes, estão a “revolta dispersada, as formas cotidianas de resistência, a insurgência armada e o ativismo público” (CARTER, 2010, p. 203). Este último difere dos demais por ser uma forma organizada, politizada, visível, autônoma, periódica e não violenta de conflito social (CARTER, 2010).

A não violência é o atributo que confere ao ativismo público a legitimidade de atuar como instrumento democrático de mudança social dentro da sociedade civil. Uma ação coletiva que vise a violência utiliza-se de instrumentos para causar danos físicos a outras pessoas e ao patrimônio privado e público. Dentre as ações coletivas configuradas como ativismo público encontram-se as marchas, as petições, os protestos, as reuniões de discussão, as greves de fome, os acampamentos, as campanhas eleitorais e atos de desobediência civil como piquetes, bloqueios de estradas e ocupações de terras e prédios públicos (CARTER, 2010).

Além disso, o ativismo público tem como objetivo ganhar destaque popular como forma de pressionar o Estado a promover políticas públicas compatíveis com as necessidades identificadas pelos ativistas, organizando, para tanto, *lobbies* e negociações políticas (CARTER, 2010).

Essa espécie de luta social combina uma série de “recursos disponíveis para a mobilização, oportunidades políticas e percepções estratégicas” da conjuntura histórica do movimento (CARTER, 2010, p. 203). Recursos mobilizadores são compreendidos como “recursos externos ou internos de natureza humana e material” (CARTER, 2010, p. 203), já as oportunidades políticas dizem respeito à “atenção pública através da cobertura da imprensa, alianças políticas, tolerância do regime, capacidade do Estado, instabilidade das elites e disposição governamental” (CARTER, 2010, p. 203), fatores que compõem a construção das percepções estratégicas.

---

<sup>19</sup> De acordo com Fernandes (2010), durante a fase de gestação (1979 a 1984), o movimento era nomeado como Movimento dos Sem Terra.

Carter (2010, p. 206) sugere associar essa dinâmica pautada nos principais elementos do ativismo público – “pressão social e negociação com autoridades do Estado” – às três principais fases do MST para uma análise do desenvolvimento histórico do movimento. Para o autor, investigações sobre o movimento que desconsiderem esses aspectos históricos e sociológicos e que entendam a atuação combativa do MST apenas como parte de uma agenda ideológica irrefletida falham por não considerarem elementos centrais imbricados nessa questão. Pouco contribuem, portanto, para o entendimento do *modus operandi* do movimento na contemporaneidade.

Com base nisso, Carter (2010, p. 205) sugere um quadro que demonstra como a associação entre recursos mobilizadores e oportunidades políticas moldam as percepções estratégicas ao mesmo tempo em que são moldadas por elas, garantindo diferentes modos de ativismo público, a saber:

**Quadro 2** – Modalidades de ativismo público

<b>Modalidades de ativismo público</b>			
		Recursos mobilizadores	
		Baixos	Altos
Oportunidades políticas	Altas	Confrontação desordeira	Engajamento crítico sustentável
	Baixas	Pedidos suplicantes	Luta agressiva

Fonte: Carter (2010, p. 205).

Ainda para Carter (2010), esse arranjo comprova que a tendência do MST ao ativismo público não é de cunho dogmático, mas, sim, um desenvolvimento criativo de superação de obstáculos com foco estratégico voltado para alcançar objetivos. Desse modo, o ativismo público do MST empreendeu táticas e ações diversas que se dividem em três períodos, quais sejam: o primeiro é a origem do movimento (1979 a 1984); o segundo pode ser resumido como um intenso conflito e luta por sobrevivência (1985 a 1994); e o terceiro constitui a consolidação de um padrão de mobilização contínua (1995 a 2006). Esses três momentos convergem em relação aos elementos centrais do ativismo público, tais como pressão social e negociação com autoridades do Estado. No sentido contrário, divergem entre as táticas aplicadas de pedidos suplicantes, a luta agressiva e o engajamento crítico sustentável.

De modo geral, o primeiro período expressou-se por pedidos suplicantes que visavam atingir as demandas pela via da caridade e benevolência da Igreja e do Estado. O segundo

empreendeu a tática de luta agressiva, visando uma abordagem mais contundente dos componentes impeditivos das metas preteridas. Este momento consolidou a tendência identitária do movimento, mais voltada à exigência de direitos do que à súplica por caridade. O terceiro ensejou o engajamento crítico sustentado e demonstrou amadurecimento e estabilização nas tratativas com o poder público. Nesta fase, desenvolve-se a coesão entre as demandas do movimento e as demandas sociais, ampliando a agenda do MST em direção à mudança social. A chamada confrontação desordeira, que diz respeito aos conflitos desorganizados e turbulentos, não foi identificada pelo autor como constitutiva de nenhuma fase específica, podendo ocorrer por ações isoladas que, desviando-se do modo de atuação geral traçado em determinado momento, causaram situações episódicas à revelia da estratégia empregada pelo movimento de forma geral (CARTER, 2010).

O primeiro período, de 1979 a 1984, representa a fusão do período de gestação com o da fundação oficial do MST. Conforme visto nos tópicos anteriores, o grupo, neste momento formado por camponeses pobres, analfabetos ou com baixo grau de instrução, foi organizado, principalmente, por padres da Igreja Católica, por políticos de oposição ao governo militar, por ativistas dos direitos humanos e por membros da comunidade universitária. Essas pessoas contribuíram para a formação do embrião do MST no estado do Rio Grande do Sul. Foram esses grupos externos aos sem-terra que proporcionaram a formação desse sujeito social, englobando estudos religiosos, conscientização política e difusão de conhecimentos históricos, sociais e jurídicos sobre a reforma agrária (CARTER, 2010).

A coletividade empregada no processo deliberativo foi pensada nessa época como forma de proteger os integrantes sem-terra de possíveis perseguições por parte do governo militar e se consolidou como forma de organização do MST. As místicas realizadas pelo movimento no estímulo ao desenvolvimento de uma consciência coletiva surgem da influência dos religiosos<sup>20</sup> (CARTER, 2010; INDURSKI, 2019).

Embora esses processos tenham sido importantes para formar a identidade do movimento, os recursos mobilizadores disponíveis à época eram precários, pois, além da fragilidade dos camponeses, havia carência de recursos materiais. Precárias também eram as oportunidades políticas, uma vez que o país ainda estava sob uma ditadura, com uma forte repressão a tudo que fosse contrário ao proposto pelo regime. O Rio Grande do Sul era o cenário que dispunha das melhores condições para criar um conflito social se comparado com outras regiões do Brasil, visto que possuía um alto índice de desenvolvimento e um intenso fluxo

---

<sup>20</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre a mística do MST, consultar Coelho (2014).

imigratório vindo da Europa com interesse na lavoura (CARTER, 2010).

Diante da análise desses elementos conjunturais, conclui-se que o MST buscava pressionar por uma solução, ainda que caritativa, por parte do Estado através da comoção da opinião pública. Se vistos de forma isolada, cada um dos elementos do ativismo do movimento aponta para um baixo impacto na negociação e pressão pela reforma agrária. Todavia, caso analisados de forma combinada, torna-se possível compreender a formação de percepções estratégicas fundamentais à constituição de um espaço de luta, o qual se utiliza estrategicamente da súplica como forma de minimizar o embate com o regime autoritário. Nesse viés, o êxito obtido naquele período, embora localizado, foi fundamental para estimular a “vocação” do MST para o ativismo público (CARTER, 2010).

Carter (2010) definiu o segundo período, compreendido entre 1985 e 1994, como um intenso conflito e luta por sobrevivência. Do ponto de vista dos recursos disponíveis, nesse momento ocorre a expansão do MST para outras regiões do país. Para atender a essa demanda, o movimento passa a se organizar mais sistematicamente, criando conselhos coletivos, equipes de trabalho, cooperativas rurais e programas de formação.   medida que o MST conquista maior independência, ele passa a moldar uma identidade de classe, substituindo a ênfase no discurso religioso pelo discurso socialista, criando símbolos que representem seus ideais.

Novas táticas de protesto foram criadas nesse processo de reorganização, como a ocupação de prédios públicos, marchas e visitas a entidades civis como escolas e sindicatos, todas almejando obter o apoio da opinião pública. É nesse período também que surge a resistência como parte estruturante do lema do movimento: “Ocupar, resistir e produzir”. Mesmo que esses fatores tenham conduzido a um certo afastamento de grupos externos, os recursos disponíveis dessa fase são considerados altos, devido ao aumento do número de integrantes, organizados em torno de propósitos comuns (CARTER, 2010).

Vimos que a reabertura democrática propiciou o resgate do debate acerca da reforma agrária. Vimos também que, mesmo diante desse processo, as forç s contrárias à distribuição de terras continuaram a impedir a efetivação da reforma, como foi o caso da não efetivação do proposto pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo José Sarney (1985 a 1990). Com a edição da Nova Constituinte<sup>21</sup> não foi diferente. A volta do processo democrático trouxe muitas expectativas, mas fatores como perdas políticas<sup>22</sup>, morosidade no cumprimento de acordos firmados e governos com agendas neoliberais trouxeram baixas oportunidades políticas

---

<sup>21</sup> Os embates entre MST e UDR na Assembleia Constituinte estão descritos no t pico anterior.

<sup>22</sup> Segundo Carter (2010), o governo de Fernando Collor de Melo promoveu duras críticas ao movimento, iniciando nesse governo o processo de criminalização do movimento.

(CARTER, 2010).

Com o triplo de integrantes desde sua constituição, e na tentativa de pressionar autoridades políticas, o MST multiplicou suas ações entre 1985 e 1994, organizando 206 mobilizações e 71 ocupações, incluindo as ocupações do INCRA e da Assembleia Legislativa de Porto Alegre. O aumento da atuação do movimento e a introdução do processo de resistência, principalmente a ações de despejo, geraram embates com os latifundiários<sup>23</sup>, que se organizaram com a finalidade de coibir tais ações e de combater a própria existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (CARTER, 2010).

Segundo Carter (2010), o terceiro período do desenvolvimento histórico do MST, de 1995 a 2006, pode ser sintetizado como a consolidação de um padrão de mobilização contínua. Nessa fase, há a alta tanto dos recursos disponíveis quanto das oportunidades políticas, possibilitando um engajamento crítico sustentado. A experiência acumulada dos anos anteriores desenvolveu habilidades no movimento que permitiram um aperfeiçoamento nas negociações com autoridades do Estado, coalizões com outros movimentos populares e ampliação da luta pela terra com o alinhamento da reforma agrária a outras demandas da sociedade brasileira, tais como igualdade de gênero, direitos humanos, agroecologia e soberania alimentar.

O amadurecimento do MST contribuiu para lidar com os desafios dos governos deste período. No primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve grandes oportunidades políticas para táticas de acampamentos, dado que o governo promoveu uma ampla política de assentamentos rurais, mesmo que acompanhada de um discurso que negava a existência de latifúndios e o grande número de sem-terra no Brasil. O Governo FHC acreditava que a reforma agrária se resolveria como política de assentamento de famílias acampadas. A despeito disso, a demanda por acampamentos aumentava em demasia. Isso se deve ao alto índice de aprovação do movimento pela opinião pública, tendo o massacre de Eldorado dos Carajás<sup>24</sup> contribuído para essa adesão ao debate (CARTER, 2010; MST, JST, 1996). No segundo mandato de FHC (1998 a 2002), o incentivo dado ao agronegócio enfraqueceu os esforços do governo em continuar a promover a reforma agrária. Ademais, a política adotada acabou por valorizar o mercado de terras, contribuindo para esse arrefecimento (CARTER, 2010).

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002 a 2010), havia uma forte expectativa

---

<sup>23</sup> A ação organizada dos latifundiários se dava pela UDR, conforme capítulo anterior.

<sup>24</sup> Para saber sobre a cobertura da mídia ao massacre de Eldorado de Carajás, a pesquisa de Falcone (2008) contempla uma análise sobre a cobertura do massacre feita pelo Jornal Folha de São Paulo, no período compreendido entre 1996 e 2006.

de que mudanças substanciais seriam promovidas no processo de distribuição de terras. Por isso, as mobilizações aumentaram, como forma de aproveitar a oportunidade política que um governo de esquerda supostamente traria. Entretanto, a despeito do que o MST previa, o governo Lula não produziu grandes mudanças, mantendo o ritmo de assentamentos do governo anterior, embora tenha aumentado o apoio aos assentamentos e à agricultura familiar. Esse apoio decorreu da ampliação da demanda do MST, que, após a década de 1990, passou a reivindicar o desenvolvimento dos assentamentos, o aparelhamento técnico do INCRA e o financiamento às cooperativas, à agroindústria, às escolas do campo, dentre outros (CARTER, 2010).

Além disso, o MST incorporou à sua agenda uma forte crítica ao modelo de desenvolvimento rural e urbano brasileiro, principalmente no que concerne ao desenvolvimento e uso de transgênicos, à violação dos direitos humanos e às políticas de privatizações. Sustentava que esse modelo obstaculizava o avanço no sentido de uma reforma agrária efetiva. As formas de protesto empregadas nessas reivindicações visavam boicotar ações de empresas multinacionais, em sua grande maioria, como foi o caso da destruição de uma plantação de soja transgênica em uma estação experimental ligada à Monsanto no Brasil<sup>25</sup>. Essas ações foram amplamente condenadas tanto pela imprensa nacional quanto pelo governo Lula (CARTER, 2010).

Dito isso, diante dos estudos de Carter (2010), podemos observar que o MST utiliza o ativismo público como ferramenta prática para movimentar a questão da reforma agrária no país, utilizando uma dinâmica de contestação comum a todas as fases do movimento: a pressão social e a negociação com autoridades do Estado. Para que essa dinâmica ocorra a contento, a visibilidade social assume extrema relevância, haja vista que a opinião pública é um fator indissociável da pressão social sobre o Estado. É nesse ponto que a realidade discursiva se mostra fundamental aos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito à disputa social pelos sentidos circulantes.

Destarte, a prática do MST só se concretiza pelo discurso, modo pelo qual procura divulgar as suas ações na imprensa nacional, por exemplo. Os gêneros discursivos utilizados pela imprensa, como são os casos das matérias jornalísticas e das entrevistas, tornaram-se o modo privilegiado do MST para atingir a esfera pública no intuito de pressionar pela abertura do diálogo direto com autoridades do Estado. O objetivo é promover as mudanças sociais requeridas, “de uma forma em que outros mecanismos assimétricos da democracia brasileira

---

<sup>25</sup> Maior multinacional de tecnologia agrícola do mundo.

tornariam custosos ou inócuos demais” (CARTER, 2010, p. 229).

#### **1.4 A Nova Direita e a criminalização do acesso à terra**

Os latifundiários, fazendeiros, proprietários rurais são sujeitos que ocupam historicamente um lugar privilegiado dentro do espaço público. Dotados de autoridade na arena política, é-lhes permitido falar sobre a questão da terra e dela considerar-se donos. Ao final da ditadura militar, o surgimento do novo sujeito político sem-terra, seja pela sua emergência como designação discursiva, seja pela atividade social do MST, desestabiliza esse lugar simbólico consolidado. O *direito de propriedade*, pautado no discurso da ética conservadora, passa a conflitar com o *direito à propriedade*, que encontra respaldo na ética social para se legitimar como voz (INDURSKY, 2018).

Esse litígio em torno da questão fundiária brasileira durante o final dos anos 1980 faz parte de um contexto nacional em que movimentos populares protagonizaram uma intensa pressão pelo retorno à democracia. Diante dessas mobilizações, a burguesia nacional organizou-se em uma contraofensiva que visava controlar essas mudanças para que não afetassem os projetos capitalistas colocados em andamento durante o período militar e impedisse, com isso, que o Brasil se mantivesse no quadro internacional de expansão deste modelo (CASIMIRO, 2018).

Em torno dessa pauta comum e buscando atualizar suas bases de dominação, o ativismo político das elites agrárias pode ser entendido como parte desse processo de reorganização das classes dominantes, constituindo o que Casimiro (2018) intitula de Nova Direita (ND), devido ao novo *modus operandi* que adotou a partir dessa época.

A ND passou a se aglutinar em organizações da sociedade civil compostas por membros oriundos dos diversos grupos da classe dominante – como empresários urbanos e rurais, agropecuaristas, industriais e latifundiários – com o objetivo de se reunir em torno de projetos específicos, seja a longo, médio ou curto prazo, embora sempre orientados para a expansão do capitalismo e a difusão da ideologia de mercado. Essas entidades nem sempre conviveram em harmonia, podendo ter interesses distintos e até mesmo conflitantes. No entanto, possuem como regularidade seu modo de atuação sobre o Estado e a sociedade, visando garantir o alinhamento nacional ao projeto capitalista mundializado, o que implica a concentração de recursos sociais, a “recriação permanente das expropriações sociais” e a difusão desse projeto como universal, obtendo o consenso social em torno dessa pauta (CASIMIRO, 2018, p. 18).

Para isso, suas estratégias de atuação se materializaram de duas formas, quais sejam: i) *doutrinante*, através da disseminação dos valores liberais, da produção de consensos e da formação de novos intelectuais orgânicos<sup>26</sup>; e ii) *pragmática*, penetrando no Estado nas diferentes esferas e níveis do poder, seja diretamente, ao patrocinar representantes políticos e lançar intelectuais orgânicos; seja indiretamente, ao desenvolver diretrizes para a atuação estatal e propor políticas públicas; seja, ainda, estruturalmente, ao reconfigurar a estrutura do Estado e sua institucionalidade através da proposição e execução de reformas.

Além do âmbito político, esses aparelhos buscam dominar a vida social difundindo a lógica de mercado aos setores populares, significada como um processo natural e fatídico. Dessa maneira, disseminam seus discursos por distintos meios, com o fito de conseguirem consenso em torno de suas propostas e de reconfigurar as reivindicações por demandas sociais no âmbito da lógica liberal e de seus conceitos centrais. Como parte desse processo, promove-se a desqualificação de movimentos sociais e trabalhistas, contando ainda com o auxílio das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) para disseminar discursos de ódio, os quais têm por finalidade esvaziar os sentidos sociais desses movimentos e impor o modelo neoliberal como modelo legítimo e exclusivo da sociabilidade no país (CASIMIRO, 2018).

Diante do exposto, interessa destacar especificamente o modo como essa nova forma de organização incidiu sobre a questão agrária no país. Para tanto, torna-se relevante focar na participação das elites rurais nesse processo, já que, segundo Indursky (2018, p. 66), elas representam “um sujeito histórico instituído há muito tempo, desde o início da colonização do Brasil pelos portugueses e que sempre tiveram direito à voz”. Agora, elas passam a exercer seu ativismo político através dessas entidades, constituindo-se em relação ao MST como o polo ideológico antagônico na questão agrária brasileira, de modo a compor junto ao MST um litígio discursivo.

Baseando-nos na pesquisa de Casimiro (2018), observamos que as estratégias de atuação das elites rurais ganham maior incidência a depender do momento histórico. Podemos dizer que na década de 1980, no período que antecedeu à Assembleia Nacional Constituinte (ANC), foram implementadas as estratégias mais pragmáticas desse grupo social<sup>27</sup>. Nos anos 1990, houve uma maior tendência a desenvolverem táticas prioritariamente estruturais. A partir dos anos 2000, tais táticas assumiram teor mais doutrinante.

De acordo com Casimiro (2018, p. 26), a transição democrática não rompeu com as

---

<sup>26</sup> O conceito gramsciano de intelectuais orgânicos refere-se a membros de um determinado grupo ou classe social que executam a tarefa de repasse dos valores e ideias daquele grupo (CASIMIRO, 2018, p.22).

<sup>27</sup> Para uma análise específica sobre a atuação da Nova Direita na ANC, consultar Dreifuss (1989).

velhas forças dominantes. Operaram-se, ao contrário, ajustes como resposta às pressões sociais, os quais não geraram ganhos substanciais às classes populares. Essa operação foi consequência das lutas sociais pela redefinição das bases institucionais do Estado. Nesse bojo, as elites rurais, em parceria com o empresariado, fundaram a primeira organização para atuar na ANC e nas eleições legislativas: a *Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais* (CEDES)<sup>28</sup>.

A CEDES foi a responsável por elaborar a estratégia pragmática de garantia da representatividade dessa classe na Constituinte e nas eleições legislativas. Para isso, estabeleceu relações com a classe política através de *lobbies*, financiamentos de campanha e lançamento de candidatos próprios a mandatos eleitorais. Embora tenha sido esse seu maior objetivo, a Cedes se autodeclarava como instituição apolítica, de cunho acadêmico, visando “realizar um trabalho de conscientização sobre a economia de mercado, a importância do lucro, o risco e o liberalismo, de acordo com o presidente desta organização” (CASIMIRO, 2018, p. 47).

De modo mais específico em relação à reforma agrária, vimos anteriormente que a *União Democrática Ruralista* (UDR) atuou reconfigurando os termos da reforma agrária de acordo com os interesses dos latifundiários e empresários pecuaristas. No que diz respeito à representatividade de classe, a UDR figura como a ala mais radical em relação a outros setores do agronegócio, sendo considerada também a organização mais influente e perigosa nesse período devido ao uso de métodos violentos tanto para exercer *lobby* político quanto para coagir as ocupações dos sem-terra, organizando milícias e promovendo compra de armas entre os proprietários rurais (CASIMIRO, 2018).

Fundada em 1985, o objetivo inicial da UDR era obter um amplo número de representantes na ANC. Nesse intuito, utilizou-se do financiamento de campanhas eleitorais. Seus dirigentes visavam aumentar sua capacidade de mobilização, buscando apoio entre os médios e pequenos proprietários rurais. Posicionando-se veementemente contra a reforma agrária, essa organização desenvolveu ações de doutrinação através da difusão de teses contrárias à redistribuição fundiária, bem como favoráveis à defesa da propriedade privada (CASIMIRO, 2018).

Ademais, promoveu um amplo trabalho de base com atuação direta no espaço rural, realizando eventos no interior do país, recrutando associados e indicando os políticos que representavam seus interesses. Nesse processo, a UDR se associou a organizações do patronato

---

<sup>28</sup> O presidente da CEDES era o empresário do agronegócio Renato Ticoulat Filho, o vice-presidente era Fernando Vergueiro, acusado de grilagem, invasão de terras indígenas e uso de mão de obra escrava em suas propriedades. Dentre os sócios-fundadores, havia outros representantes das elites rurais, tais como: Olacyr Francisco de Moraes, maior produtor individual e dono da mais extensa plantação de soja do mundo na década de 1980, e os fazendeiros Flávio Telles de Menezes e Antônio Sobrinho (CASIMIRO, 2018, p. 44-48).

urbano, como é o caso do *Movimento Democrático Urbano* (MDU). Em paralelo, fundou uma ala mais jovem que combatia a Teoria da Libertação em instituições religiosas de ensino. Em 1989, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, lançou sua candidatura à Presidência da República. Na atualidade, Caiado ainda atua como político. Em 1996, essa organização foi desativada (CASIMIRO, 2018; DREIFUSS, 1989).

A *União Brasileira de Empresários* (UB) foi a entidade da Nova Direita que conseguiu reunir o maior número de setores do empresariado. A UB foi criada com o objetivo de promover a unificação das demandas das diferentes frações da burguesia em prol de uma maior influência na ANC. Para além do *lobby* econômico, a estratégia era penetrar na estrutura do Estado, exercendo pressão política, tendo em vista a alta expressividade de seus associados (CASIMIRO, 2018; DREIFUSS, 1989).

Houve, então, um investimento massivo em campanhas eleitorais, visando garantir sua expressividade na Constituinte, assim como a maior projeção de seus próprios representantes. Além de contar com a presença massiva de segmentos industriais e empresariais, a entrada da *Confederação Nacional da Agricultura* (CNA) atualizou o pacto social firmado desde o Brasil República entre aristocracia rural e burguesia urbana. Em relação à reforma agrária, a UB elogiou o discurso de defesa do direito de propriedade como forma de evitar a desapropriação de propriedades produtivas, ainda que configurassem grandes extensões de terras (CASIMIRO, 2018; DREIFUSS, 1989).

De modo geral, a Nova Direita organizou-se na década de 1980 de modo pragmático, buscando, especialmente, maior representatividade nos quadros políticos da Assembleia Nacional Constituinte e das eleições. A partir da década de 1990, seus objetivos mudaram e com eles as estratégias de atuação. No plano internacional, houve a necessidade de aperfeiçoar o projeto neoliberal no país; no plano nacional, existia o interesse em intensificar as relações com o Estado, não só através da influência exercida junto à classe política, mas também assumindo tarefas estatais com o objetivo de atualizar as bases de dominação e acumulação do capital (CASIMIRO, 2018).

Esses objetivos são estabelecidos diante de um cenário de expansão do capitalismo globalizado, propiciado pelas políticas neoliberais amplamente criticadas em virtude das desigualdades sociais que o modelo gerava. Devido a isso, as mudanças estruturais no Estado garantidoras do desenvolvimento desses projetos eram acompanhadas de discursos que pretendiam universalizar esses interesses (CASIMIRO, 2018).

Em 1993, surge o *Instituto Atlântico* (IA). Formado por um grupo de empresários que atuavam no antigo CEDES, voltava-se à criação de “diretrizes teóricas embasadas em um

projeto político-ideológico concreto e com execução de longo prazo” (CASIMIRO, 2018, p. 195). Visando o aprofundamento do processo de expropriações sociais e a disseminação dos seus projetos de poder, essa organização buscava acessar o Estado por meio de estratégias estruturais (CASIMIRO, 2018).

Nesse intuito, articulava alianças com outras entidades, com as instituições políticas e com os diferentes setores sociais. A reconfiguração do Estado se daria por meio de privatizações e contrarreformas institucionais. Almejando difundir seus projetos como se fossem dotados de representatividade universal, esse instituto agregava reivindicações das outras camadas sociais e as convertia de acordo com seus propósitos de mercado (CASIMIRO, 2018).

Nos anos 2000, o IA alia-se ao *Grupo de Líderes Empresariais* (Lide)<sup>29</sup>, e, em 2012, no Fórum Empresarial de Camanduba, lança o macroprojeto denominado Agenda Brasil, desenvolvida pelo Lide Economia com base nos pressupostos contidos nos projetos de mais de uma década do IA. A Agenda Brasil apresentou diretrizes específicas de adequação do Estado ao neoliberalismo. Ao apresentar-se como uma proposta de crescimento acelerado para o país, a Agenda Brasil propunha-se a ser uma forma de universalizar os interesses das classes dominantes como consenso, isto é, como um “projeto cujos elementos fundamentais caracterizam-se como parcelares, e, no entanto, é apresentado como de interesse geral da sociedade” (CASIMIRO, 2018, p. 205).

A socialização da riqueza nacional é um dos elementos tidos como fundamentais para que o Brasil se alinhe a esse projeto que pretende garantir o crescimento acelerado do país. Dentre as propostas para essa socialização, encontra-se a “titulação em massa da propriedade residencial e das posses rurais em assentamentos populares<sup>30</sup>”. Veremos mais adiante como esse projeto vem sendo implantado nos últimos governos nacionais, o que, segundo o autor, é um “mecanismo de conversão de recursos públicos à iniciativa privada” (CASIMIRO, 2018, p. 204-5).

Existem entidades que atuam especificamente de forma doutrinante a fim de construir e atualizar a hegemonia burguesa. É o caso do *Instituto Millenium* (Imil), fundado em 2005, cujo objetivo é difundir os valores liberais e conservadores. Para tanto, organiza eventos e treinamentos, além de recrutar intelectuais orgânicos para a ação política. Dentre seus membros fundadores e curadores, o Imil possui intelectuais orgânicos influentes na política e na mídia, os quais atuam como formadores de opinião, dando maior capilaridade e projeção a esse *think*

---

<sup>29</sup> Organização empresarial filiado ao Grupo Dória. O economista Paulo Rabello preside o IA e o Lide Economia.

<sup>30</sup> Mais informações sobre o tema da titulação de terras, consultar Malerba; Treccani (2019).

*tank*<sup>31</sup>, como são os casos de Paulo Guedes, atual Ministro da Economia do Governo Jair Bolsonaro; Henrique Meirelles, presidente do Banco Central no governo Lula; Pedro Bial, jornalista e apresentador na Rede Globo de Televisão; e Rodrigo Constantino, que atuou como colunista da revista Veja, O Globo e Valor Econômico, sendo hoje comentarista na Rádio Jovem Pan, colunista na Gazeta do Povo e no jornal Zero Hora, além de presidente do Conselho do Instituto Liberal (CASIMIRO, 2018).

O Imil se define como entidade sem fins lucrativos desprovida de vínculo político-partidário cujos princípios são a defesa da propriedade privada, da economia de mercado e da redefinição do papel da estrutura institucional do Estado. Um dos primeiros eventos do Imil, realizado no ano de sua criação, contou com a presença de importantes políticos, empresários de grandes grupos e acadêmicos das principais universidades privadas e públicas do país, o que demonstra a capacidade de articulação dessa entidade (CASIMIRO, 2018).

Nesse evento, foram os temas debatidos foram divididos em sete seções, sendo uma delas relativa à prática de ocupação do sem-terra, cujo título era: *O Estado e a segurança – propriedade privada e o MST*. Essa sessão foi conduzida por Paulo Brossard (ministro aposentado do STF), Xico Graziano (ex-chefe do gabinete pessoal de FHC, articulista dos jornais OESP, O Globo e O Tempo), Carlos Sardenberg (jornalista econômico e analista convidado do Jornal da Globo e membro do quadro de especialistas do Imil) e Yeda Crusius (ex-ministra do Planejamento, deputada federal pelo PSDB) (CASIMIRO, 2018, p. 365).

Diante do exposto, o processo de reestruturação e mesmo de “reinvenção” das direitas no Brasil deve ser entendido em sua materialidade histórica, ou seja, como um processo que foi sendo construído de acordo com os embates locais e específicos, mas sempre em relação com a totalidade, sob a influência das determinações internacionais do capital e da economia de mercado. Fundamentais à circulação do ideário neoliberal no país, os aparatos de atuação política e ideológica de frações da classe burguesa nacional, como são os casos das associações de classe e dos *think tanks*, planejam sua doutrinação e os mecanismos necessários para operacionalizar seu projeto político-econômico.

A burguesia nacional, em meio a conflitos e cisões intraclasse, oscila entre os partidos no poder. A posição característica da extrema-direita pode até não ser necessariamente a concepção que a burguesia gostaria de ver concretizada. Todavia, se em determinada conjuntura esse for o espectro ideológico de que a burguesia necessita para garantir hegemonia política, então essas posições mais extremadas, e mesmo protofascistas, são convenientemente acatadas

---

<sup>31</sup> Centros de pensamento.

em nome da garantia daquilo que é essencial ao seu projeto de dominação e acumulação. Prova disso, resalta Casimiro (2018), são as eleições presidenciais de 2018, na qual houve a convergência dos segmentos da direita brasileira em direção a uma candidatura de extrema-direita.

## CAPÍTULO 2 – A REFORMA AGRÁRIA COMO OBJETO TEÓRICO DISCURSIVO

### 2.1 Entre a língua e a história: a subjetividade na produção discursiva de sentidos

O *Curso de Linguística Geral* (CGL)<sup>32</sup>, de Ferdinand Saussure, constitui-se como um dos principais marcos fundacionais da Linguística Moderna, tendo como contribuição central a definição da língua como sistema, elencando-a como objeto de estudo desse novo campo de pesquisas. Antes de Saussure, a ciência da linguagem focava no estudo da gramática e da semântica, buscando compreender as relações práticas dos indivíduos com o texto, bem como preocupando-se com questões relacionadas ao sentido em relação à dimensão textual (PÊCHEUX [1969] 1997, p. 61).

Com Saussure, a língua passa a ser separada dessas práticas e a ser definida como sistema alheio à fala individual, sendo esta compreendida como fator acessório com o qual a Linguística não deveria se preocupar. Isso fez com que a ciência da linguagem reduzisse o seu campo de atuação. Se, antes de Saussure, esses estudos se preocupavam com questões mais abrangentes que envolviam os meios de expressão, ainda que voltados para o texto, com o CLG, essa orientação teórica se perde, uma vez que a Linguística passa a atuar em um nível que não lhe permitia o acesso às questões do sentido. Em vista disso, as questões semânticas acabaram por perder relevância, decorrente da carência de estudos sobre outros pontos de vista que não o do sistema linguístico (PÊCHEUX [1969] 1997).

No intuito de obter as ferramentas para poder trabalhar com a produção de sentidos, Pêcheux ([1969] 1997) investiga os meandros ou as lacunas que, segundo ele, estavam presentes no CLG. A partir desse estudo, almeja constituir o seu objeto de investigação, qual seja: o discurso. Em específico, Pêcheux ([1969] 1997) retoma as exclusões que ele observou nas definições do objeto saussuriano: a exclusão da fala e das demais instituições sociais. No seu dizer:

A língua é pensada por Saussure como um objeto científico homogêneo (...) cuja especificidade se estabelece sobre duas exclusões teóricas:  
- a exclusão da fala no inacessível da ciência linguística;  
- a exclusão das instituições não-semiológicas para fora da zona de pertinência da

---

<sup>32</sup> Em recente tradução do *Curso de Linguística Geral*, Bagno (*apud* SAUSSURE, [1916] 2021) faz uma crítica ao fato de não ter sido Saussure o autor de todos os conceitos encontrados no Curso. De acordo com Bagno (2021), muitas das teses apresentadas no livro publicado postumamente pelos alunos de Saussure são de outros autores, os quais não receberam a devida citação, como são os casos dos linguistas Hermamm Paul e William Witney.

A primeira exclusão, decorrente do corte entre língua e fala, origina duas implicações, a saber: (i) a emergência de um sujeito falante que através da fala aplica os recursos da língua para se expressar: “esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções [...]” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 70). Vale ressaltar que Pêcheux ([1969] 1997) critica a concepção de sujeito livre em Jakobson, o qual gradativamente manipulava a língua até chegar o momento em que lhe é permitido combinar recursos linguísticos deliberadamente, isto é: “avançar no caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar gradativamente da necessidade do sistema à contingência da liberdade”; (ii) o grau de especificação pelo qual operavam as pesquisas linguísticas, sempre no nível inferior da escala linguística, inviabilizava estudar outras instâncias da linguagem (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 71-2).

Diante dessas implicações, Pêcheux ([1969] 1997, p. 71) considera a necessidade de se considerar um sujeito falante, que, embora não goze em momento algum de liberdade plena, conforme concebia Jakobson<sup>33</sup>, se utiliza da língua como forma de expressar o mundo. Sobre isso, Pêcheux ([1969] 1997, p. 73) formula a hipótese de que, para que se avance no “alto da escala”, seria necessário um “deslocamento da perspectiva teórica que faça intervir conceitos exteriores à região da linguística atual”. É nessa mudança de perspectiva que está o *discurso*, um objeto teórico que permite acessar a *questão do sentido*. Esse objeto está inscrito entre a língua e a fala, em um registro particular entre o universal da língua e a singularidade da fala (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 74).

Na perspectiva discursiva, acessar o sentido exige a investigação dos modos de operação dos mecanismos discursivos. Pêcheux ([1969] 1997, p. 75) sustenta que o estudo dos processos de produção dos sentidos se organiza no cruzamento de *duas ordens de pesquisas*: as de base linguística e as das circunstâncias do discurso. Circunstâncias discursivas é a terminologia que introduz o conceito de *condições de produção* (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 75). Através desta categoria, o analista do discurso desenvolve a crítica à segunda exclusão operada por Saussure, proveniente da definição de língua como instituição social.

Segundo Pêcheux, ([1969] 1997, p. 75), Saussure separa e exclui a língua das demais instituições sociais, acarretando a seguinte “consequência para a teoria dos processos discursivos”: o discurso não pode ser pensado do ponto de vista saussuriano, apartado das

---

<sup>33</sup> Sobre a liberdade do sujeito falante, Jakobson ([1963] 2010, p. 39) propõe a existência de uma liberdade gradual, a qual decorre da combinação das unidades linguísticas de modo escalonado.

demais instituições sociais, pois o discurso é “parte de um mecanismo em funcionamento” e, como tal, relaciona-se com os aspectos linguístico e social. É no aspecto social que estão as circunstâncias a partir das quais o discurso se produzirá: “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 76-7).

Dessa maneira, a compreensão das *condições de produção* migra das circunstâncias para a posição a partir da qual “um discurso é sempre pronunciado”, ganhando, assim, um contorno mais político-ideológico. Com o exame crítico do conceito saussuriano de instituição, Pêcheux ([1969] 1997) recupera os aspectos sociais da linguagem. Isso leva o estudioso a pensar o discurso como sendo atravessado por uma estrutura ideológico-política que provém de um determinado lugar social.

É nesse sentido que ele esclarece que o discurso é condicionado a uma determinada posição, o que justifica sua crítica à liberdade do sujeito conforme proposta por Jakobson. Se o discurso se coloca na instância intermediária entre língua e fala ou entre o sistema linguístico e a singularidade do falante e estando esse discurso situado em um lugar *no interior de uma formação social dada* (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 77), não há que se falar em liberdade do sujeito falante, haja vista que essa liberdade é condicionada pelo lugar que o discurso ocupa na formação social. Sobre esses aspectos, Pêcheux ([1969] 1997, p. 78. Grifos do autor) formula a seguinte proposição geral:

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos *condições de produção* do discurso.

Ao denominar as *condições de produção* como mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso e informar que o funcionamento dos fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase ocorre em referência a essas *condições de produção*, o pesquisador estabelece uma relação de dependência dos fenômenos linguísticos com as *condições de produção*, isto é, os mecanismos de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso. Para tanto, Pêcheux ([1969] 1997) posiciona o discurso e suas respectivas *condições de produção* em oposição tanto a um esquema reacional de estímulo-resposta (no sentido do comportamentalismo ou *Behaviorismo*) quanto a um esquema informacional (no sentido de uma teoria da comunicação), os quais buscavam compreender os aspectos linguísticos extrínsecos (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 79).

Sobre o esquema reacional, Pêcheux ([1969] 1997) critica a perspectiva de linguagem – como parte do comportamento humano – compreendida como uma comunicação verbal, isenta de qualquer intervenção subjetiva. Esse esquema é descrito como S (estímulo) O (organismo) R (resposta) – SOR. Baseando-se nas teorias psicofisiológicas e psicológicas, esse esquema representa o comportamento verbal humano entre um estímulo físico e outro orgânico. Para o autor francês, essa abordagem é deficiente por desconsiderar os aspectos subjetivos e contextuais que envolvem a comunicação verbal. Logo, o sujeito falante e o referente a ser comunicado (PÊCHEUX, [1969] 1997).

Sobre o esquema informacional, por sua vez, critica a redução desse processo à presença do destinador, do destinatário e da mensagem a ser transmitida. Essa mensagem seria composta por um contexto (referente) verbal ou verbalizado e um código comum. No lugar da troca de informações entre destinador e destinatário, Pêcheux ([1969] 1997, p. 81-2) propõe as *condições de produção* do discurso. Sustenta, portanto, que o discurso não é mera transmissão de informações, visto que o sentido não é um dado pronto a ser transmitido, mas um processo que produz efeitos a partir de posições determinadas dentro da formação social.

Nesse viés, Pêcheux define discurso como efeito de sentidos entre os pontos A e B, os quais ocupam determinados lugares na estrutura de uma formação social (p. ex., o lugar do funcionário, o do patrão etc.). Esses lugares não correspondem ao real, visto que são constituídos em *formações imaginárias* que somente funcionam mediante as projeções do sujeito falante sobre o outro. Essas projeções valem tanto para os protagonistas quanto para o referente (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 82). Por conseguinte, o(s) efeito(s) de sentido se dá(ão) tanto de A para B quanto de B para A. Não sendo fixo(s), ele(s) muda(m) a depender do lugar em que A ou B se posicionam ou são posicionados. O processo discursivo desenvolve-se com base nesse jogo de imagens, fruto das projeções feitas entre os protagonistas e o referente, conforme os quadros descritos por Pêcheux ([1969] 1997, p. 83-4) e reproduzidos abaixo:

**Quadro 3 - Formações Imaginárias**

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da Expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A { Ia(A) Ia(B)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B { Ib(B) Ib(A)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele para que me fale assim?"

Fonte: Pêcheux ([1969] 1997, p. 83).

**Quadro 4 – Projeções dos protagonistas sobre o referente do discurso**

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da Expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A IA(R)	"Ponto de vista" de A sobre R	"De que lhe falo assim?"
B IB(R)	"Ponto de vista" de A sobre R	"De que ele me fala assim?"

Fonte: Pêcheux ([1969] 1997, p. 84).

Ainda como parte dessas formações imaginárias, Pêcheux destaca a influência exercida pelos processos discursivos anteriores nas relações de sentido:

As diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras *condições de produção*) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a tomadas de posição implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 85. Grifos do autor).

Pêcheux ([1969] 1997) reconhece, então, a existência de uma anterioridade às *condições de produção* que traz resquícios de processos discursivos anteriores, os quais, por sua vez, são provenientes de outras *condições de produção*, mantendo laços que não se rompem, ainda que se transformem nesses processos (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 87).

Em obra posterior, Pêcheux ([1983] 2015) afirma que o discurso pode ser compreendido tanto como uma estrutura quanto como acontecimento. Como estrutura, o discurso se organiza como uma sucessão de repetições que permite identificar as redes às quais os enunciados se filiam. Nesse viés, o discurso constitui-se como um todo estruturado pertencente a um determinado lugar. No entanto, ainda que disponha dessa regularidade, o discurso é mutável, deslocando-se para outros lugares ao abrir-se para outros sentidos.

Quando um fato surge na sociedade, discursos “são lançados” sobre ele para dotá-lo de significação, de modo que a forma como um acontecimento será significado dependerá da memória à qual ele se vincula. Com base nisso, Pêcheux define o acontecimento como “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, [1983] 2015, p. 16). Em alguns casos, um acontecimento social gera um acontecimento discursivo, como é o caso de quando um enunciado se destaca e toma para si a representação do acontecimento, sobre determinando-o. Isso ocorre quando a língua capta a dimensão da atualidade, fazendo com que esse enunciado ganhe notoriedade e produza efeitos ao longo do tempo (PÊCHEUX, [1983] 2015, p. 19-24).

Sendo assim, o discurso como estrutura mantém uma regulação, mas é enquanto acontecimento que o improvável se manifesta, resultado de uma série diferente daquela que vinha sendo estruturada, proporcionando a manifestação de um outro sentido. “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de se tornar outro”, afirma Pêcheux ([1983] 2015, p. 53).

O acontecimento discursivo é um objeto controverso, pois as discursividades nele presentes ao mesmo tempo em que aparentam formas mais estáveis, permitindo construir convicções sobre algo, também exibem *formulações irremediavelmente equívocas* (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 28), que produzem oscilações sobre essas certezas aparentes. Estas últimas parecem depender mais do discurso que as outras, ainda que a aparência mais estável das primeiras seja regida por discursividades que formulam lógicas disjuntivas (PÊCHEUX [1983] 2015).

Para Pêcheux ([1983] 2015, p. 29), objeto e discurso são elementos indissociáveis, sendo a aparência de estabilidade do objeto obtida pelos modos como determinados domínios tratam do real, que se apresenta como “pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser assim”. Mesmo que um objeto pareça mais estável que outro e, portanto, tenha um aspecto mais próximo desse impossível, ele ainda assim não será mais real do que outro objeto que não disponha dessa aparência, pois a estabilidade é fruto de uma discursividade pautada em universos logicamente estabilizados, privilegiados por alguns domínios teóricos para lidar com o real. São os casos, por exemplo, da física e matemática, das áreas dedicadas à gestão e controle

da vida dos indivíduos, das tecnologias e das esferas jurídicas e econômicas, caracterizadas por se organizarem por meio de proposições lógicas (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 30).

A tentativa de administrar o real e controlá-lo pela criação de lógicas unívocas também é adotada pelos indivíduos no desenvolvimento de padrões na vida cotidiana. O desejo de fixar os modos de existir e se relacionar no mundo faz com que uma estrutura discursiva arbitrária constitua universos estáveis para regular o convívio em sociedade (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 34).

O sujeito pragmático deseja um “mundo semanticamente normal”, afirma o estudioso. Arelado a isso, esse sujeito mantém um repositório de saberes pactuados em um dado momento e reproduzido para que os indivíduos possam recorrer a ele a fim de suprirem suas demandas existenciais. Esses saberes – descritos como “coisas-a-saber” – se associam à tentativa de construir um conhecimento que permita lidar com situações incontroláveis que dizem respeito à intimidação que o real provoca por ser irreprímível, podendo ameaçar os indivíduos a qualquer tempo, como no caso de uma doença, por exemplo. A fim de lidar com esse *mal-estar*<sup>34</sup>, os saberes vão sendo formados e repassados através das gerações (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 34).

Tratando-se do discurso, as coisas-a-saber que envolvem o real histórico e o linguístico não funcionam da mesma forma que os saberes vinculados aos universos logicamente estabilizados, dado que não possuem a mesma lógica unívoca. O real histórico não dispõe de estabilidade, e seu contato com a língua o faz móvel e múltiplo de sentidos, tornando-o sujeito a equívocos. O que não deve ser considerado um problema, alerta Pêcheux ([1983] 2015, p. 43):

A pesquisa linguística começaria assim a se descolar da ‘obsessão da ambiguidade [...] para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta etc. Esse jogo de diferenças, alterações, contradições não podem ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico [...]’ (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 50).

O trecho acima trata de uma espécie de elogio do autor aos equívocos do discurso. É justamente por ser um mecanismo falho, sempre prestes a se deslocar e tornar-se outro, ou seja, “um processo de retificação potencialmente infinito” (PÊCHEUX, [1983] 2015, p. 40), que o discurso (re)produz o dinamismo das sociedades. Fator que implica uma organização social complexa, não reduzida a “uma justaposição caótica (...) de animais humanos em interação” (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 56).

A *interpretação* é a alternativa metodológica adequada ao tratamento desse real. São

---

<sup>34</sup> A esse respeito, consultar Freud ([1929] 2011).

os equívocos que tornam observáveis os rearranjos discursivos, de maneira que o exercício analítico pautado na alternância – no batimento de ir e vir – entre a descrição e a interpretação, entre os dados e a teoria possibilita o acesso às discursividades. O “novo” aqui não deve ser entendido como algo inédito e destituído de vínculos, mas, sim, como a emergência de um outro sentido, vindo de outros lugares já existentes, que se manifesta e reorganiza as “redes de memórias e trajetos sociais” (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 56).

Por ser uma disciplina de interpretação, a AD procura entender a construção do sentido de um determinado discurso. Construção essa que envolve a “interação entre as formas – palavras, construções sintáticas” e as determinações externas (BARATS; SITRI, 2017, p. 13). De modo sintético, a AD caracteriza-se pela centralidade dada às formas de linguagem, postulando que o sentido de um discurso não se acessa diretamente, uma vez que o discurso não é simples reflexo de uma ideologia, mas sua realização material.

Guilbert (2014), por seu turno, sugere que a abordagem metodológica baseada em AD se utilize da análise quantitativa como um complemento da análise qualitativa, praticando um “vai e vem” entre as duas. Com isso, o uso de *softwares* para análise de dados textuais passa a ser considerado uma ferramenta adicional à função heurística, permitindo diferentes olhares para o *corpus* e trazendo meios adicionais de acessar o funcionamento do discurso e a materialidade dos fenômenos observados.

Em um cenário onde os avanços tecnológicos ampliaram o acesso a dados textuais, seja pela produção de dados digitais, seja pela digitalização de documentos, pode-se notar uma mudança nos modos de se fazer pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. O volume de dados fornecidos pela internet tornou cada vez mais comum o uso de tecnologias de informação para o processamento de dados computadorizados (GUILBERT, 2014).

Nesse sentido, o uso dessas tecnologias tem demonstrado que há um interesse por parte de pesquisadores das Ciências Humanas, Sociais e Políticas em estudar a linguagem como forma de acessar o funcionamento psicológico, sociológico, antropológico e político dos atores no âmbito cognitivo, social e comunicacional (GUILBERT, 2014).

É o caso, por exemplo, do trabalho desenvolvido por Carmo (2018), o qual mescla a Análise Crítica do Discurso (ACD), a Linguística de *Corpus* (LC) e as Ciências Sociais para investigar os sentidos atribuídos ao sincretismo em textos midiáticos. Conforme o autor, o léxico constitui-se como um elemento que auxilia na construção e representação de uma determinada realidade. Para tanto, sua pesquisa observou as ocorrências da palavra *sincretismo* e suas relações lexicais em textos midiáticos em um *corpus* computadorizado de pequena dimensão. Os resultados obtidos subsidiaram a análise dos discursos sobre o sincretismo e a

questão racial brasileira.

Em trabalho mais recente, Camilo e Carmo (2021) utilizaram o quadro quali quantitativo construído na interface entre a ACD e a LC para investigar as representações odiosas sobre as mulheres. Novamente, o estudo utilizou um *corpus* de pequena dimensão composto por textos midiáticos, mas desta vez para verificar as ocorrências da *palavra-chave* ódio em relação à unidade lexical mulher(es). Para os pesquisadores, a combinação dos métodos quanti e qualitativos agregaram à análise discursiva em todos os níveis e de modo completar.

Dentre as vantagens em se trabalhar com ferramentas informáticas para analisar dados textuais, está a possibilidade de mobilizar um alto volume de dados, automatizando parte da análise dos dados. Além disso, para Tournier (1996), essas ferramentas auxiliam um certo afastamento do analista do *corpus*. Segundo Barats e Sitri (2017), retomando as contribuições de Pêcheux, o benefício consiste em fazer com que a descrição seja rigorosamente explicitada, uma vez que é ela que garante a consistência dos objetos teóricos.

Em vista disso, diversos *softwares* têm sido criados para auxiliar pesquisadores na tarefa de processar os dados textuais. A análise de dados textuais (ADT), cumpre-nos destacar, engloba diversas correntes de pesquisa, lançando mão de distintas ferramentas teórico-operacionais, como o método *matemático-estatístico-computacional*, desenvolvido por Camlong para a análise lexical, textual e discursiva; ou a pesquisa desenvolvida por Camlong e Zapparoli sobre a análise quali quantitativa do português culto falado de São Paulo (CAMLONG; ZAPPAROLI, 2002).

Ainda nesse sentido, podemos encontrar a *estatística linguística lexical*, desenvolvida por autores como Muller (1992) e Brunet (2000), cujo objetivo é estudar a estrutura vocabular de textos literários; a *lexicometria* de Tournier (1996), a qual dialoga com a AD pelo interesse nas particularidades do discurso em relação às determinações ideológicas, diferindo-se dela pelo foco específico no texto e no léxico, posto que a AD, ainda que atente para a abordagem lexical, volta-se prioritariamente para a sintaxe, como é o caso do estudo das nomeações; a *semântica interpretativa* de Rastier (1995), para a qual o significado das palavras é considerado em relação a um texto específico, diferenciando-se da AD por não considerar a dimensão histórica e as limitações da linguagem na produção de sentidos (BARATS; SITRI, 2017).

No caso da LC, ela prioriza a descrição dos usos da língua em grandes *corpora*, considerando o contexto em que o sentido é construído. Essa disciplina se distancia tanto da ADT quanto da AD no que tange aos objetivos de pesquisa, uma vez que trabalha a descrição da língua na qual o *corpus* constitui uma amostra (BARATS; SITRI, 2017, p. 11).

Ainda segundo Barats e Sitri (2017), o propósito interpretativo da Análise do Discurso

e sua dimensão interdisciplinar faz dela uma abordagem capaz de orientar e subsidiar uma análise informatizada de dados textuais, desde a constituição do *corpus* até a interpretação dos fenômenos e a escolha das ferramentas e funcionalidades da análise. Importante destacar que, embora as análises em AD sejam em grande parte qualitativas, o uso da informática e dos recursos estatísticos faz parte da disciplina desde seus primórdios.

O trabalho com AD, portanto, requer a observância de seus pressupostos epistemológicos. Assim, o foco da AD encontra-se na esfera social de onde partem os discursos. A exterioridade de um discurso – o contexto e a situação de uso – o condiciona e estabelece diálogos com ele. Ou seja, o caráter interdiscursivo está sempre permeando o entorno de um discurso, produzindo “ressonâncias de um discurso para o outro”. A AD, enfim, se interessa pelo modo como o exterior se manifesta no discurso e na forma como ele o determina (BARATS; SITRI, 2017, p. 12).

## **2.2 A Nova Direita e o MST como campos discursivos**

De acordo com Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014, p. 36), a ideologia é uma superestrutura que reflete e refrata a realidade social e natural, a um só passo, construindo e sendo construída por uma base econômica: a infraestrutura. Toda ideologia é composta de signos, na medida em que o signo estabelece a ligação entre pensamento e realidade. O pão e o vinho, por exemplo, são, ao mesmo tempo, produtos de consumo com valor próprio e parte de uma realidade material quando em um ritual religioso, momento no qual passam a simbolizar algo com valor externo a eles mesmos. O processo ideológico ocorre, portanto, quando produtos físicos se transformam em produtos imaginários; isto é, em signos, fazendo com que a ideologia não seja uma mera abstração, mas a “encarnação” de uma realidade material.

A ideologia localiza-se na materialidade social, diferentemente do que postulam as correntes idealistas e psicologistas da cultura. Assim, seu lugar é o lugar do signo, instância na/pela qual ocorre a simbolização das relações sociais. Ainda segundo Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014, p. 34), o idealismo e o psicologismo entendem a ideologia como uma construção do mundo interior, como parte da consciência individual, desvinculando-se do social. Para elas, o signo seria um mero instrumento de externalização da compreensão (ideológica) interior.

Para os autores soviéticos, a própria consciência é constituída de signos, de modo que, sem eles, não haveria como ela se formular em sua própria interioridade. Para que a interpretação de um signo possa se efetivar, é necessário que a criação ideológica convoque outros signos e os coloque em relação associativa. Por exemplo, o signo “casa” poderia ser

compreendido como propriedade privada, lar, asilo inviolável do indivíduo, dentre outras possíveis combinações que a elaboração ideológica possa permitir.

A proposta de uma análise linguística da enunciação – como fato social – provém da crítica ampliada ao *objetivismo abstrato* e ao *subjetivismo individualista*. De forma ampla, a crítica ao primeiro se concentra na sua exclusão da fala e no conseqüente isolamento da língua. Conforme o postulado saussuriano, a língua como sistema seria a decisão metodológica mais assertiva para compreender os fenômenos da linguagem, uma vez que a linguagem abrange diversos domínios, o que acaba por dificultar sua delimitação como objeto único. A fala, por sua vez, seria uma manifestação do pensamento individual. Destituída dos componentes da língua, a fala tornar-se-ia apenas um residual acessório e acidental (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014, p. 89).

Essa perspectiva “cientificista” ou “formalista” do fenômeno linguístico acabou por conduzir ao isolamento da língua em um sistema fechado e, conseqüentemente, ao isolamento do signo, ensimesmado em torno do significante e do significado<sup>35</sup>, impedindo que a língua pudesse se estender a uma perspectiva histórica. Opondo-se à abordagem saussuriana, Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014) destacam a impossibilidade de existência da língua como um sistema abstrato. A Linguística deve, ao contrário, preocupar-se com a compreensão e explicação dos fatos linguísticos como fatos vivos e em constante evolução, no sentido de adaptação às condições sociais de uso. A língua, neste viés, seria um fenômeno puramente histórico.

No caminho inverso, o subjetivismo idealista reduz a enunciação à construção individual, afastada do social, impedindo qualquer aproximação da fala ao fato social. Nessa perspectiva, acredita-se que a língua é uma atividade criativa que provém da fala, enquanto ato individual (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014, p. 74).

Como proposta teórica, os autores defendem uma síntese dialética entre elas, através da qual a fala e a enunciação possuiriam uma natureza social e a língua seria integrada ao fluxo contínuo da comunicação verbal, permitindo sua constante evolução histórica. “A língua viva evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes, asseveram Bakhtin e Volochínov ([1929] 2014, p. 128).

Bakhtin e Volochínov ([1929] 2014, p. 34) concluem, então, que a filosofia idealista e o psicologismo cultural erram ao desconsiderar o aspecto material e social da criatividade ideológica. Ao relegarem a ideologia à consciência interior, apartam-na da sua base

---

<sup>35</sup> A esse respeito, conferir Saussure ([1913] 2012).

sustentadora: a realidade material. Para os filósofos da linguagem, a ideologia é social e a consciência é socioideológica, sendo ambas constituídas por signos oriundos do processo de interação verbal (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014, p. 34-6)

Durante a *interação verbal*, os sujeitos falantes estão a todo momento mobilizando ideologias através dos signos para representarem suas relações socioeconômicas e materiais. É pelo signo que as superestruturas se relacionam com a infraestrutura e é por meio dele, no sentido inverso, que essa infraestrutura determina a ideologia (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014, p. 39).

Essa relação, contudo, não se estabelece de forma mecânica. Seria um equívoco compreender a determinação da infraestrutura sobre a superestrutura como uma incidência direta, já que elas estão em planos distintos, operando de forma complexa e variante, devido aos desníveis nas esferas de influências, os quais impedem a linearidade nessas relações. O modo como essa determinação opera só pode ser pensado por meio de um “processo de evolução social realmente dialético” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014, p. 40). O signo é o que permite estabelecer essa dialética, possibilitando que o fenômeno ideológico se realize em toda sua complexidade, sem que seja reduzido a nenhuma delas (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014).

Ainda segundo Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014, p. 42), deve-se pensar a relação recíproca entre infraestrutura e superestrutura em interface com o signo, ou melhor, com a palavra, conforme veremos. Sendo assim, a problemática se estabelece no modo como “a realidade (infraestrutura) determina o signo e como o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014, p. 42). Os pensadores propõem, com isso, aproximar o escopo teórico marxista do viés da filosofia da linguagem, investigando como a sociedade evolui juntamente com o signo, sendo que este perpassa todo o processo de comunicação social, constituindo-se na interação entre os indivíduos organizados socialmente e determinando a consciência individual, uma vez que a consciência necessita de signos para se fundar como um signo interior.

A palavra é a principal manifestação semiótica humana, configurando-se também como principal material semiótico articulador da consciência (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV [1929] 2014, p. 37). Dito de outro modo, a possibilidade de interiorização é a propriedade da palavra que a torna um instrumento da consciência, organizando o discurso interior, tornando-a o “fenômeno acompanhante obrigatório em todo ato consciente” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014, p. 37-38). Ela acompanha, enfim, toda criação e compreensão ideológica.

Tal como Saussure ([1913] 2012, p. 158) concebeu anteriormente, sem a matéria fônica, o pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta, e sem o pensamento o som não passa de ruído. Os autores soviéticos, por sua vez, entendem que a consciência necessita das palavras para que as manifestações da criação ideológica, os signos não verbais, não se tornem amorfas e confusas. Fundamental à compreensão ideológica, a palavra filtra todos os signos para que eles possam ser compreendidos pela consciência, mesmo que essa compreensão não se dê como totalidade. Por isso, o termo “filtrar”, uma vez que as palavras não substituem os signos não verbais. Não se pode exprimir totalmente um quadro, um ritual em palavras, como ressaltam Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014, p. 38).

É pelas palavras, enfim, que o signo “torna-se parte da consciência verbalmente constituída”, permitindo-nos compreender e interpretar o mundo, o que equivale a dizer que “toda refração ideológica” se apoia em uma “refração ideológica verbal” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, ([1929] 2014, p. 38). Essas duas propriedades – possibilidade de interiorização e fenômeno acompanhante em todo ato consciente – demonstram a centralidade da palavra dentre os demais signos. Sua relevância para o estudo das ideologias demonstra-se pelo que os estudiosos chamam de “pureza semiótica, neutralidade ideológica e implicação na comunicação humana ordinária” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014, p. 38).

Ademais, “o valor exemplar, a representatividade como fenômeno ideológico e a excepcional nitidez de sua estrutura semiótica” são as expressões utilizadas por Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014, p. 36) para ilustrar a propriedade da pureza semiótica. Se retirarmos dos outros signos seu valor simbólico, eles retornam à sua condição de objetos do mundo, diferentemente da palavra, cuja existência está exclusivamente ligada à sua função de signo; ou seja, de materialização da comunicação social. Isso faz com que o contorno ideológico fique mais definido na palavra do que em qualquer outro signo. Ela é, asseveram os estudiosos, o fenômeno ideológico por excelência.

A palavra é um signo neutro. Tal afirmação de Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014, p. 37) pode soar controversa à luz do que discutimos logo acima, quando tratamos da sua relação com a ideologia. No entanto, o que os autores pretendem demonstrar pela propriedade da neutralidade ideológica é que os signos são formulados para desempenhar uma função determinada em um campo de criação ideológica específico. Pertencendo a um domínio específico, o signo reflete e refrata uma realidade, sendo sua função ideológica indissociável dele.

O exemplo do pão e do vinho permite esclarecer o que entendem por transformação sígnica. Ambos são símbolos religiosos, sua função ideológica é única nesse domínio

(religioso). Já as palavras em si, pão ou vinho, podem desempenhar função ideológica em qualquer campo, seja religioso, científico ou outro. É deste modo que a palavra exerce sua neutralidade, não pertencendo a um campo de criação ideológica específico, podendo, ao contrário, circular em qualquer um desses campos (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV [1929] 2014, p. 32-7).

Para Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014, p. 38), a comunicação humana ordinária tem na palavra seu material privilegiado. É através dela que podemos compreender “todas as profundidades e todas as sutilezas das estruturas ideológicas imanentes”. Importante ressaltar também a distinção didática que propõem entre os *sistemas ideológicos*, organizados institucionalmente, e a *ideologia do cotidiano*, como exercício de expressão da atividade mental voltada para a vida cotidiana; isto é, a *doxa*. Apesar dessa divisão, Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014, p. 52) ressaltam que toda atividade mental ocorre em função de uma expressão, de modo que:

Toda atividade mental é exprimível, isto é, constitui uma expressão potencial. Todo pensamento, toda emoção, todo movimento voluntário são exprimíveis. A função expressiva não pode ser separada da atividade mental sem que se altere a própria natureza desta.

Logo, toda atividade mental possui um potencial de expressão, seja ela externalizada ou não. É para realizar seu potencial expressivo que a atividade mental se organiza. Disso conclui-se que todo pensamento é orientado socialmente, pois sua motivação é a expressão. Sendo a atividade mental socialmente orientada, podemos afirmar que há um território social regendo todas as suas etapas, desde o conteúdo a exprimir até a sua objetivação externa, a enunciação. A diferença entre uma atividade mental como expressão interior – a palavra interior – e uma atividade mental enunciada – a palavra exterior – está na adaptação desta última ao contexto social imediato do ato de fala, o qual surge na enunciação e se torna socialmente mais forte (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, ([1929] 2014).

A consciência sem a concretude do contexto de enunciação se torna fictícia, comprometendo a construção ideológica. Mas, quando a consciência realiza as adaptações suscitadas durante a enunciação, conformando-se à orientação social concreta, ela cria um fato objetivo e uma força social imensa. Quando essa força alcança sua plenitude, na enunciação, ela exerce uma ação de retorno sobre a infraestrutura, além de retornar à atividade mental, exercendo-lhe, nesse momento, uma forte influência como expressão ideológica consolidada, fazendo com que o “nosso mundo interior se adapte às possibilidades de nossa expressão, aos

seus caminhos e orientações possíveis” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV [1929] 2014, p. 122-3).

O processo que acabamos de descrever, relacionado à estrutura social da atividade mental e de sua expressão, é a perspectiva sociológica de uma psicologia social, a qual se importa com a consciência e o psiquismo em termos ideológicos; portanto, determinados por fatores sociohistóricos. Uma vez executados esses refinamentos sociológicos na teoria da expressão, a ideologia do cotidiano demonstra como as palavras se organizam na consciência dos falantes, podendo se fortalecer e se constituir como uma arena de luta fora dela (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV [1929] 2014).

A ideologia do cotidiano é formada por palavras em processo de evolução, são palavras interiores e exteriores que se diferem pelo grau de força, de capacidade de objetivação social e externa e, ainda, pela definição do contorno ideológico. Todos esses fatores operam de forma diretamente proporcional. As palavras que circulam pela vida cotidiana são confusas e recebem, a depender do nível social em que estejam inseridas, a influência dos sistemas ideológicos já constituídos, além de serem determinadas pela base econômica, em última instância (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014).

A *ubiquidade social* é o que garante a palavra essa primazia na vida cotidiana. Ela está presente em todas as relações sociais, com seus fios ideológicos tecendo relações desde as conversas mais banais às mais complexas. Seja na leitura de um livro, seja assistindo a um filme, seja até mesmo no silêncio dos pensamentos, estamos sempre tratando com as palavras. Isso as torna sensores das transformações sociais, detectam o menor sinal de mudança que poderá desencadear futuras alterações nos sistemas ideológicos consolidados. Nas palavras, então, se acumulam as mais incipientes mudanças sociais, registrando todas as fases de um possível produto ideológico que venha a ser consolidado no futuro (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014).

A ideologia cotidiana se divide em dois níveis que observam a evolução das palavras em termos de amplitude do *horizonte social* e de *força social potencial*. No primeiro ponto, quanto mais a atividade mental estiver orientada socialmente, ou seja, passando por uma objetivação externa, mais amplo será seu horizonte e maior será seu grau de clareza ideológica, que culminará em novas forças sociais. Já no segundo ponto, a força social vai aumentando à medida que a palavra vai definindo seu contorno ideológico (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014).

No nível inferior, encontram-se as palavras fortuitas, que não possuem potencial de enunciação e, por isso, não evoluem na escala social; e as palavras efêmeras e confusas, que mudam a cada momento, por possuírem uma orientação social muito restrita. Quanto mais

afastada do contexto social imediato da enunciação, mais a palavra torna-se confusa (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014).

No nível superior, o grau de amadurecimento das palavras é maior no que se refere à orientação social obtida na enunciação. As palavras estão mais atentas aos sistemas ideológicos estabelecidos e às ideologias constituídas, além de repercutirem mais facilmente as mudanças na infraestrutura. Isso tudo favorece a capacidade de criação ideológica que atua na revisão dos sistemas ideológicos constituídos. Quando as novas forças sociais saem desse nível para iniciar uma luta na arena da ideologia oficial, à medida que tentam penetrar os sistemas ideológicos, elas recebem, em contrapartida, a influência deles ao incorporarem seus modos ideológicos (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014).

A ligação existente entre a ideologia cotidiana e os sistemas ideológicos é o que garante a atualidade dos produtos ideológicos constituídos. A ideologia cotidiana os renova num processo ininterrupto de avaliação crítica que os ajusta frente à contemporaneidade. A palavra aprimorada durante as etapas da objetivação social atinge seu auge e disputa seu espaço como ideologia oficial. Com isso, penetra nas instituições, recebe a influência dos sistemas de ideias consolidados estabilizando-se ao máximo nesses sistemas e tornando-se uma forte expressão ideológica. “A ‘palavra’ e sua situação no sistema são a parada de uma luta inflamada somente comparável àquela que, na Idade Média, opôs realistas, nominalistas e conceitualistas”, afirmam Bakhtin; Volochínov ([1929] 2014, p. 26).

No conflito de forças sociais, a luta pela palavra provoca a colisão dos valores grupais, fazendo com que o movimento de refração imponha uma maior deformação à realidade da palavra, uma resposta autoritária da ideologia dominante para legitimar uma monovalência do signo. Mas é somente pela enunciação que a palavra obtém essa força social. Sem ela, a palavra perderia seu valor por carecer de contato com o contexto social imediato do ato de fala. Ao mesmo tempo em que a enunciação fornece uma concreta orientação social para que a palavra possa se estabilizar, ela também é resultado do meio social, da interação verbal (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, [1929] 2014).

Destarte, a enunciação faz parte do todo ininterrupto da comunicação verbal, que, por sua vez, está vinculado a um processo global de comunicação social. Esse vínculo permite à comunicação verbal acompanhar toda ação social semiótica, desempenhando uma função de apoio nesse processo. Nisso encontra-se o papel da palavra no acompanhamento do ato consciente, estabelecendo esse elo de apoio com os demais signos (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV [1929] 2014).

Para finalizar, a comunicação verbal é o que permite aos sujeitos falantes se integrarem

em sociedade, através de um fluxo constante por onde a palavra passa e é compartilhada por eles no âmbito externo em conversas corriqueiras, reuniões de trabalho, livros e música; e interno, na compreensão, interpretação e criação ideológica, formando a própria consciência. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV [1929] 2014). Uma criança, por exemplo, formará sua consciência somente quando for integrada à comunicação verbal. Assim, é pela comunicação verbal que a palavra se mantém ativa, sendo atualizada a cada enunciação. Distante da enunciação, uma vez mais, a palavra cairia em desuso e perderia suas funções vitais.

### 2.2.1 Processos de nomeação na disputa agrária no Brasil

Denominar um ser, objeto ou realidade material é uma atividade comum sobre a qual pouco se reflete. Em geral, apenas atribuímos um nome a algo e pronto, aquele nome já passa a ser o objeto (SIBLOT, 2001). Justifica-se essa visão de nome como rótulo dos seres e coisas como sendo uma característica própria do nome: a natureza do nome<sup>36</sup>. Essa visão essencialista do nome faz com que ele ocupe uma posição de destaque nos planos epilinguísticos e metalinguísticos. E está presente no conceito de *denominação*, a partir do qual estabelece uma suposta relação direta entre a linguagem e o real. Investigando essa natureza, Siblot (2001) propõe a categoria de *nomeação*<sup>37</sup>, conceito distinto do anterior por atribuir ao nome uma outra natureza.

Em virtude da visão arquetípica do nome, primeiramente é importante compreender a posição de poder concedida ao nome pela mítica e reproduzida nos planos epilinguísticos e metalinguísticos. Ademais, devemos atentar para o elo de designação<sup>38</sup> e a natureza do nome, bem como para as perspectivas distintas de estabelecimento da relação entre a linguagem e o real. Por fim, no que tange a essa proposta, falar em ato de nomeação significa inseri-lo em uma dinâmica de atualização discursiva.

De acordo com Siblot (1997, p. 43; 2001, p. 17), a visão arquetípica do nome está presente desde o surgimento das narrativas consagradas historicamente. Nesse sentido, o discurso mítico legitima o caráter essencialista do nome, atribuindo a ele a própria divindade:

[...] [O] relato bíblico estabelece o nome no cerne de todas as verdades. *Yaveh*, geralmente traduzido como *eu sou aquele que é* ou *o que é* [...]. Ele é de fato “Nome

---

<sup>36</sup> No original: Le propre du nom.

<sup>37</sup> Os conceitos que surgem no texto original como: *dénomination*, *nomination*, traduzimos como: *denominação*, *nomeação*.

<sup>38</sup> No original: *lien désignationnel*

entre todos os nomes”, a primeira condição de qualquer denominação que é uma celebração de Sua criação e de Sua onipotência. Essência de todas as coisas, Ele é o nome por excelência<sup>39</sup> (SIBLOT, 2001, p. 20, tradução minha).

A relevância dada ao nome também está presente nas explicações epilingues, seja no lugar de destaque que ele ocupa nos livros de gramática, seja na euforia familiar causada pelos primeiros balbucios dos bebês, como se aqueles sons, os primeiros nomes, fossem a realidade em si comunicada pela criança. Ou, até mesmo, quando a aprendizagem da língua é feita por associações de um nome a uma imagem, como nas cartilhas escolares. Esses exemplos demonstram a importância do nome na língua como essência das coisas, uma forma de compreensão *espontânea* de linguagem como processo de rotulagem (SIBLOT; 1997, p. 39; 2001, p. 17).

Do ponto de vista metalinguístico, o estudo da sintaxe coloca o nome acima das demais classes gramaticais. Enquanto as outras classes estabelecem uma relação solidária na construção frasal para poderem significar, o nome é supostamente dotado de autossuficiência semântica. Nos termos de Guilhaumou (1994), o nome possui a “incidência final<sup>40</sup>” sobre o significado, pois as classes gramaticais se apoiam umas nas outras para contribuir para o significado textual. Dessa relação em cadeia, o nome é o termo que estabelece, em última instância, o significado, pois o seu suporte não estaria nos demais elementos, mas em si mesmo ou em sua referência.

Por isso, ele “é a ferramenta linguística em que a relação da linguagem com o real é mais manifesta, porque é a própria função da categoria nominal realizá-la”<sup>41</sup> (SIBLOT, 1997, 39-40, tradução minha). Desse modo, a visão arquetípica que predomina na compreensão epilingue e na primazia sintática culmina no estabelecimento de uma relação direta entre o real e a linguagem (SIBLOT, 1997). No sentido inverso, Siblot (2001, p. 14) ironiza esse entendimento da linguagem afirmando que:

[A] linguagem do Paraíso transmitiu essa verdade, mas desde a queda de Babel e a consequente queda do homem em sua condição humana, só podemos dizer as coisas como são “para nós”; não como elas são “em si” de maneira intrínseca e absoluta<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> No original: le récit biblique établit le nom au cœur de toutes les vérités. *Yaveh*, généralement traduit par *je suis celui qui est* ou *ce qui est*, se pose littéralement comme le « prédicat de réalité », comme fondement de toute réalité, de tout être et de leur désignation. Il est bien « Nom entre tous les noms », condition première de toute dénomination qui est célébration de Sa création et de Sa toute-puissance. Essence de toute chose, Il est Le Nom par excellence.

<sup>40</sup> No original: Incidence finale.

<sup>41</sup> No original: Il est l’outil linguistique dans lequel la relation du langage au réel est la plus manifeste parce que c’est la fonction même de la catégorie nominale que de la réaliser.

<sup>42</sup> No original: a langue du Paradis livrait cette vérité, mais depuis la chute de Babel et celle conséquente de l’homme dans son humaine condition, nous ne pouvons dire les choses que telles qu’elles sont « pour nous »; non telles qu’elles sont « en soi », de manière intrinsèque et absolue.

(SIBLOT, 2001, p. 14).

O autor recusa essa perspectiva espontânea da relação da linguagem com o real. Para ele, tal relação está baseada em uma relatividade linguística. Nesse intuito, Siblot (2001, p. 2) retoma Ferdinand Saussure para afirmar que a forma *simplista* de se conceber a linguagem é um equívoco e, em seguida, apresenta uma discussão sobre o princípio da arbitrariedade:

[...] [A] língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. [...] Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe ideias completamente feitas, preexistentes às palavras. [...] [E]la faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade (SAUSSURE, [1913] 2012 *apud* Siblot, 2001, p. 105-6).

Siblot (2001, p. 2) reafirma a complexidade da relação entre a linguagem e o real retomando as reflexões realizadas por Platão no Crátilo sobre a natureza do vínculo que une um nome a uma coisa. Desde a Antiguidade, portanto, já se questionava se essa relação poderia ser intrínseca ou arbitrária. Para o pesquisador francês, a arbitrariedade é a proposta para pensar essa relação, desde que seja reestabelecido o componente referencial ou extralinguístico que fora retirado do triângulo aristotélico, fazendo com que o princípio da arbitrariedade recaísse sobre as partes do signo linguístico na relação entre o significante e significado, como consta no *Curso de Linguística Geral*, de Saussure ([1913] 2012).

Para Benveniste (1966), a arbitrariedade não está localizada entre o significante e o significado, mas entre o signo e o real. No entanto, o princípio da arbitrariedade deve ser aplicado apenas como recurso metodológico, sem que haja pretensão de abordá-lo, haja vista que ele retoma o problema metafísico da relação entre mente e mundo; por isso, pertence à filosofia da linguagem.

Todavia, Siblot (2001, p. 3) discorda do tratamento oferecido por Benveniste (1966), acreditando ser inútil delegar à filosofia da linguagem essas questões, pois a cada vez que se pergunta pelo elo existente entre o signo e o real ou entre o nome e a coisa, a problemática é reestabelecida. No seu dizer, essa problemática entre linguagem e real reside no ponto de convergência entre todas as terminologias relacionadas à denominação: o elo de designação.

Como consequência do fato de a denominação ser um conceito comumente mal definido, por vezes, tal categoria é compreendida como designação, chamamento, denominação e nomeação, indistintamente. O que há de comum em meio a essa confusão epistemológica e terminológica é que, independentemente do termo, denominar se faz por um elo de designação. Isto é, denominar é designar algo (SIBLOT, 2001, p. 5).

Para Siblot (2001), essa justificativa tautológica que os estudos da denominação se contentam em apresentar não contribui muito para elucidar uma questão fundamental aos estudos semânticos: a ligação entre linguagem e real. Desse modo, a alternativa proposta por Siblot (2001) é examinar essas terminologias que surgem das diferentes compreensões da denominação. Ao final do exame, Siblot (2001) conclui que há um consenso entre as teorias afins em inserir a *denominação* no campo da linguagem e a nomeação no campo do discurso.

Dessa análise, observa-se que o elo de designação está presente em todos os termos, o que comprova ser impossível não considerar a relação entre linguagem e real para os estudos do nome. Em outras palavras, há que se observar a natureza do nome, *le propre du nom*, como expressa Siblot (2001). Resta saber como a nomeação e a denominação incorporariam essa questão e em que consistiria essa natureza.

Seguindo esse desafio, Siblot (1997; 2001) se dedica ao estudo da natureza “essencialista” do nome para compreender o que o torna capaz de evocar as coisas como tal, ou seja, o que o torna a essência de algo. Para isso, ele traz a reflexão de Benveniste (1976) sobre o predicado da realidade, sobre a frase nominal<sup>43</sup>, que é definida como expressão correlata à forma verbal que possui o verbo ser na terceira pessoa do presente do indicativo, “é”, como no exemplo: a casa (é) grande.

Em enunciados assertivos finitos<sup>44</sup>, o verbo possui uma dupla função: a função coesiva, como organização estrutural dos termos do enunciado; e a função assertiva, como um enunciado que possui um predicado de realidade<sup>45</sup>. Nos termos de Benveniste (1976, p. 176), o verbo é o elemento indispensável à constituição de um enunciado assertivo finito, visto que possui ao menos dois caracteres formais independentes: 1º é produzido entre duas pausas; 2º tem uma entonação específica, ‘final’, que se opõe em cada idioma a outras entonações igualmente específicas (suspensiva, interrogativa, exclamativa etc.).

Toda asserção requer que o enunciado se referencie a uma ordem da realidade. Nessa união, está implícito um “isso é” para marcar a ligação entre os termos do enunciado e o sistema da realidade. Esse sistema é um componente invariável. Já os termos do enunciado, em se tratando da forma verbal, variam tanto na forma semântica quanto nas modalidades de tempo e

---

<sup>43</sup> No original: *Prédictat de dénomination*.

<sup>44</sup> Nos termos de Benveniste: definiremos o verbo como o elemento indispensável à constituição de um enunciado assertivo finito. [...] Possui ao menos dois caracteres formais independentes: 1º é produzido entre duas pausas; 2º tem uma entonação específica, “final”, que se opõe em cada idioma a outras entonações igualmente específicas (suspensiva, interrogativa, exclamativa etc.) (BENVENISTE, 1976, p. 166).

<sup>45</sup> A grafia “predicado de realidade” surge dessa forma em Benveniste (1976, p. 166). Em Siblot (1997), aparece como “*prédictat d’existence*” e, em Siblot (2001), “*prédictat de réalité*”, sendo assim, optamos por predicado de realidade.

pessoa (BENVENISTE, 1976, p. 166-7).

Já na frase nominal, o enunciado não varia em função dessas modalidades. Existe apenas a forma semântica, ficando desprovido de determinações de tempo, das relações com o meio e das pessoas que constituem o fenômeno, tornando-se um objeto de pensamento, um conceito. A ausência de um elemento variante na frase nominal faz com que ela seja desprovida de marcas que apontem a presença de uma subjetividade locutória e a localizem no tempo e no espaço, como ocorre na frase verbal. Deste modo, essas relações acabam sendo omitidas (SIBLOT, 2001). Como consequência desse comportamento genérico, a frase nominal passa um efeito de “verdade proferida como tal, uma asserção absoluta” (BENVENISTE, 1976, p. 179).

Assim, o exame do “isso é” no predicado de realidade faz com que esse elo referencial existente entre os termos do enunciado e a ordem da realidade seja a bifurcação por onde caminhos opostos vão em direção a distintos tratamentos dados ao verbo “ser”, quais sejam: a) o verbo *ser* enquanto existência se aproxima de vida, presença, natureza, universo e real. Essa perspectiva conduz a um realismo da existência, no qual a categoria nominal concebe o objeto como ele é para quem o visualiza, dado que considera todas as modalidades que a forma nominal suprimiu, e o nome passa a ser um instrumento de produção de sentidos; b) o verbo *ser* aproximado a uma noção de essência diz respeito à alma, à entidade, à abstração e ao essencialismo. Expressa uma visão idealista da qual a categoria nominal visualiza o objeto como tal. O nome não passa, então, de mero rótulo. O primeiro caminho é o da nomeação, lugar onde a produção do sentido ocorre na atualização discursiva; o segundo, o da denominação, através da qual o sentido é tido como um dado, uma concepção imanente (SIBLOT, 1997, p. 48; 2001).

Diante do exposto, percebemos o modo pelo qual tanto a nomeação quanto a denominação abordam a natureza do nome. Resta trazer mais alguns esclarecimentos apresentados por Siblot (2001) sobre o embasamento dessa natureza. Afinal, em que consiste a natureza do nome? Segundo o autor, a natureza “essencialista” do nome não passa de uma ilusão, posto que é um efeito de representação nominal fabricado pelo comportamento genérico e abstrato da categoria nominal. Nas palavras de Siblot (2001, p. 23, tradução minha):

A atualização nominal permite, assim, evocar o objeto como tal, sugerindo que ele é concebido em si, fora do tempo e de qualquer relação antropológica. As relações necessárias à elaboração da categorização já se encontram inscritas em seu semantismo, mas são apagadas por causa de seu apagamento na categoria nominal,

por causa da natureza do nome<sup>46</sup>.

Sendo assim, a natureza do nome como essência das coisas e dos seres nada mais é do que um “mecanismo de essencialização-reificação”<sup>47</sup>, o qual suprime as marcas temporais e pessoais e apaga toda construção em perspectiva do nome para proporcionar um efeito generalizante e abstrato de verdade intrínseca (SIBLOT, 2001).

Embora a natureza do nome seja distinta a depender do seu enquadre nos conceitos de denominação e de nomeação, isso não torna esses conceitos excludentes. Ao contrário, os estudos da nomeação podem contribuir para a problemática da denominação, proporcionada, como vimos, pela atualização nominal (SIBLOT, 2001). Além disso, para reenquadrar a problemática da linguagem com o real, Siblot (2001) propõe um movimento dialético entre a denominação e a nomeação, partindo da visão imanente do nome para uma concepção deste como produção de sentido.

Siblot (2001, p. 12) afirma que a ideia de denominação “como rotulagem e linguagem como nomenclatura” é reforçada pelo posicionamento dado ao elo de designação na caracterização da denominação proposta por Kleiber (1984). Nela, o elo de designação que se estabelece entre o nome e o objeto a ser nomeado é anterior, posto que ocorre através de um ato de nomeação anterior ao registro da denominação<sup>48</sup>, o que Kleiber (1984) define como “predicado de denominação”<sup>49</sup>. O elo de designação entre o nome e o objeto nomeado pode ter sido gerado anteriormente pelo uso, como ocorre na “certidão de batismo”<sup>50</sup>, em se tratando de nomes próprios ou no “hábito associativo”<sup>51</sup> para nomes comuns.

Siblot (2001) concorda, então, que há uma anterioridade, porém ela não é dada de forma lógica. Para ele, ela é estabelecida pelo uso como prática de linguagem. Trata-se de uma anterioridade processual, fruto do que Lafont (1978 *apud* Siblot, 2001, p. 14, tradução minha) coloca como sendo uma “dialética da linguagem e do real que não é da ordem de uma relação abstrata, mas das relações práxicas do sujeito falante com seu meio. Evidenciado pelo ato de nominação”<sup>52</sup>.

---

<sup>46</sup> No original: L’actualisation nominale permet ainsi « d’évoquer l’objet en tant que tel », prêtant à croire que celui-ci est conçu « en soi », hors du temps et hors de toute relation anthropologique. Les relations nécessaires à l’élaboration de la catégorisation sont en réalité déjà inscrites dans son sémantisme, mais se trouvent effacées du fait de leur effacement dans la catégorie nominale; du fait du propre du nom.

<sup>47</sup> No original: Le mécanisme de l’essentialisation-réification.

<sup>48</sup> No original: Acte antérieur à l’entregistrement de la dénomination.

<sup>49</sup> No original: Prédicat de dénomination.

<sup>50</sup> No original: Acte de baptême.

<sup>51</sup> No original: Habitude associative.

<sup>52</sup> No original: dialectique du langage et du réel» (Lafont, 1978) qui n’est pas de l’ordre d’une relation abstraite mais des rapports praxiques du sujet parlant avec son environnement. En témoigne l’acte de nomination.

É exatamente esse o movimento pretendido por Siblot (2001, p. 14-6), abandonar a ideia de uma anterioridade como uma espécie de evidência, aproximando-se de uma anterioridade formada pelo registro que a língua faz das interações do falante. Essa dialética do falante com o objeto nomeado constitui-se pelas interações, que operam constantes readaptações nas representações, categorizações e no sentido. Isso ocasiona uma relatividade linguística ao elo de designação.

Se nessa proposta o elo de designação é dado como um ato de nomeação prévio, podemos dizer que esse ato de nomeação é relativo, porque depende da perspectiva do falante sobre o objeto nomeado e das suas relações com outros nomes que estejam no eixo paradigmático desse real. Desse modo, nomeação é a expressão do posicionamento do falante sobre um determinado objeto, é uma tomada de posição, diz, portanto, mais sobre quem nomeia do que sobre o objeto nomeado. “Um locutor não pode designar sem se designar: Diga-me o seu nome, eu direi quem você é”<sup>53</sup> (SIBLOT, 2001, p. 15, tradução minha).

A relatividade se dá pela reprodução da relação da linguagem com o real a cada atualização discursiva. Essa dinâmica de constituição do sentido trabalha na ordem da perspectiva do falante. Uma nomeação não é escolhida ao acaso. Diferentemente disso, essa escolha parte de um ato de fala em um contexto situacional e comunicacional específico, com estratégias discursivas determinadas. Além disso, essa nomeação não é um dado em si mesmo, é um ponto de vista que o falante projeta mediante uma certa posição que ele assume, retratando o modo como ele se relaciona com o real (SIBLOT, 2001).

A nomeação expressa as perspectivas distintas sobre o mesmo objeto, além de revelar posicionamentos referentes a outros assuntos. As nomeações têm vozes, revelam as tomadas de posição do falante sobre outros assuntos por meio de um “índice de adesão”<sup>54</sup>. Siblot (2001, p. 16) cita o exemplo do discurso político francês, no qual termos como “*la France ou l’honneur de France, patron ou camarade, partage ou solidarité*” podem ser indicativos de posições identificadas como *gaulliste, marxiste ou Chrétien*. Essas remissões são possibilitadas pelo dialogismo, conceito oriundo do escopo teórico bakhtiniano, mas, para que isso ocorra, ele deve estar armazenado na linguagem, aguardando uma possível atualização discursiva para ser ativado (SIBLOT, 2001).

O armazenamento é feito na *memória discursiva*, capaz de registrar, junto com a nomeação, os pontos de vista e os posicionamentos interdiscursivos de quem nomeia, assim como outros nomes vindos de outros posicionamentos (SIBLOT, 2001). A propósito,

---

<sup>53</sup> No original: Dis-moi comment tu nommes, je te dirai qui tu es.

<sup>54</sup> No original: L’indice de l’adhésion.

utilizaremos a definição de *memória discursiva* como um “espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”, onde a língua entra no fluxo da história, “no espaço de coerência próprio de uma memória” (PÊCHEUX [1984] 2015, p. 50). Ademais, compreendemos que a memória estabelece uma relação imaginária do sujeito “com o real histórico que ele está inserido” (FONTANA, 2014, p. 168).

De acordo com Dahlet (2015), a nominalização (nmz) é um procedimento enunciativo de nomeação (nmç) que constrói argumentos que condensam ideias, mascaram relações e direcionam o sentido de maneira oculta. Esse procedimento se baseia em três propriedades distintas, tais como: i) cristalização de uma relação entre uma forma e outra; ii) desaparecimento mais ou menos integral das marcas de enunciação; iii) indução a um efeito de pré-construído (DAHLET, 2015).

A primeira propriedade remete à função de condensação que dá origem à produção do nome, onde uma forma verbal, adjetival ou mesmo nominal é compactada em um nome. Ao reunir diversos enunciados que estão ligados a discursos exteriores, a nominalização se torna produto de todos eles, cristalizando-os. Disso resulta a densidade da sua forma, no esforço de tornar essencialistas relações que lhe são exteriores, característica que faz dela constitutivamente paráfrase (DAHLET, 2015).

Em relação a essa primeira propriedade, Guilbert (2020, p. 57) esclarece que a nominalização admite um complemento do nome que, a um só momento, cumpre a função de determinar e produz um pressuposto de evidência. Como no exemplo dado pelo autor, em “o rombo da previdência”, à medida que se determina o “rombo”, pressupõe-se sua existência e sua preexistência ao que se vai dizer; no caso, sobre a previdência.

Já a segunda propriedade refere-se à não identificação dos agentes e pacientes, bem como das relações de causa e consequência devido à forma nominal que permite esse apagamento. Essa não identificação das posições e circunstâncias envolvidas gera formulações que, por um lado, induz o reestabelecimento daquilo que não foi identificado, por meio de uma operação de percurso; e, por outro, mantém imprecisas certas lacunas geradas em torno dos elementos que foram apagados (DAHLET, 2015).

No que se refere à terceira e última propriedade, Dahlet (2015) afirmar que a nominalização induz sempre um efeito de pré-construído. Ao atribuir a essa operação o conceito pêcheutiano, o autor esclarece que os discursos exteriores suscitados pela nominalização – ou seja, os “já ditos” construídos em um outro lugar, ainda que nela estejam presentes de forma implícita – exercem a tarefa de direcionar seus sentidos, sem explicitar que assim o fazem, podendo resultar em verdades irrefutáveis que não são passíveis de verificação (DAHLET,

2015).

As propriedades acima constituem a base para que a nominalização possa atuar como um mecanismo de produção de verdades incontestáveis, em que os argumentos não são colocados no intuito de inviabilizar qualquer contestação. A forma nominal é capaz de reunir e decidir o que deve ou não ser considerado como aceito, de modo que, quando ela surge, todas as decisões já foram impostas sem deixar rastros; restam apenas as “evidências”. Criar um nome mediante essas propriedades permite confeccionar verdades óbvias que se associam a acontecimentos, delimitando-os, reconfigurando-os e alterando-lhes a direção. Com isso, a nominalização opera o “funcionamento ideológico do discurso, onde ouve-se, lê-se e vê-se (...) mas não se repara”. (DAHLET, 2015, p. 206).

O mecanismo pelo qual argumenta-se sobre o mundo, estabilizando determinados modos de concebê-lo, produz formas incontestáveis de verdades, que, em consonância com as propriedades da nominalização, atuam de forma articulada por meio de quatro procedimentos distintos, porém que se complementam entre si, não sendo excludentes, esquematizados por Dahlet (2015, p. 212) da seguinte forma: a) reinterpretação globalizante obviamente pré-construída; b) autonomização do objeto produzido por uma determinação definida; c) configuração deôntica e d) naturalização de suas significações. A seguir, apresentamos um quadro resumido com as principais características desses procedimentos:

**Quadro 5 – Paradigma da nominalização**

<b>(RE)PRODUÇÃO DAS VERDADES ÓBVIAS OPERADAS PELO PARADIGMA DA NOMINALIZAÇÃO COMPOSTO POR QUATRO PROCEDIMENTOS</b>		
<b>Procedimentos</b>	<b>Funcionamento</b>	<b>Produção</b>
<b>Reinterpretação Globalizante</b>	Reclassificar os pontos de vista sobre o acontecido através da construção de uma nova entidade referencial procedente do percurso de homogeneização de dois objetos anteriormente dissociados.	Obviedade do dito pelas formas veladas de argumentação que impedem qualquer contra-argumentação.
<b>Determinação Definida</b>	Mesclar o saber instalado pela NMZ com um estágio mais conceitualizado e com valor generalizante de um saber que a determinação definida autentica como verdade.	Verdades óbvias construídas sobre a "denominação" de um fenômeno cujas especificidades são tomadas como genéricas, conferindo-lhe legitimidade.
<b>Configuração deôntica</b>	Estruturar a significação da NMZ por meio de um complemento cujo vínculo relacional é afetado por um dever-fazer.	Consenso construído de forma monolítica e homogeneizada que camufla contradições.
<b>Naturalização</b>	Preencher a relação de causa-consequência deixada vazia pela NMZ com uma explicação baseada em fenômenos da natureza .	Conformação perante as verdades incontestáveis.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O primeiro procedimento, intitulado *reinterpretação globalizante*, é dado pela criação de uma nominalização que une fragmentos distintos, vindos de outros discursos, os quais reorganizam o dito sobre o acontecido. A condensação de processos verbais em nomes inviabiliza a contestação deles, uma vez que a predicação fica anulada pela cristalização da forma nominal.

Ao aparentar ser uma relação constitutiva, os processos de predicação passam a representar pressupostos que vinculam de tal forma a inferência estabelecida sobre a nominalização que se torna difícil sua refutação. No exemplo dado por Dahlet (2015, p. 213), em “A redução da carga tributária”, a nominalização “carga tributária” dificulta a contestação do que foi dito, uma vez que a expressão já surge como pressuposto semanticamente negativado

que enseja uma redução. A indicação de um sentido negativo em torno de tributária constitui, por conseguinte, o cerceamento do que pode e deve ser dito, culminando na obviedade do dizer da qual o assujeitamento constitui o exato momento da interpelação ideológica do sujeito<sup>55</sup> (DAHLET, 2015, p. 212-4).

A determinação definida funciona pelo uso do artigo definido como forma de dar precisão à nominalização, indicando que o fenômeno se trata de algo identificável. A isso combina-se o apagamento das relações circunstanciais, ocultando a especificidade do acontecido e permitindo que algo que estava situado seja generalizado. A justificação do acontecido como global faz com que ele seja representado como um efeito natural das coisas, impossibilitando que se ergam perspectivas questionadoras sobre ele (DAHLET, 2015).

Uma construção que faz a transição entre simples possíveis do mundo em uma certa situação para leis do mundo, um reenquadre que não preconiza soluções, apenas induz à resignação do que foi denominado e que passa agora a ser constituído como verdade óbvia. No exemplo usado pelo autor para ilustrar essa operação, tem-se o contraste de duas enunciações: “Um desemprego tende a aumentar (...)” e “O desemprego tende a aumentar (...)”, onde é possível observar a mudança de um estado passageiro (uso do artigo indefinido “um”) para uma condição permanente (artigo definido “o”), a mudança para o artigo definido traz a hipótese de que aquilo que se enunciava foi verificado e confirmado, o que confere ao enunciado uma condição de constatação da verdade (DAHLET, 2015, p. 215).

Para Guilbert (2020, p. 55), a união do artigo definido à nominalização fixa um *sentido já lá*, como se aquilo sobre o qual se fala fosse algo já estabelecido e, portanto, inquestionável. Com isso, a nominalização impõe uma direção ao sentido, como na frase a seguir, dada como exemplo pelo autor: “O déficit das contas públicas é abissal” (GUILBERT, 2020, p. 55). Diante da impossibilidade de refutação da nominalização “déficit das contas públicas”, a discussão é encaminhada para a característica de ser ou não abissal ou, ainda, em qual medida o déficit é abissal. Isso ocorre porque o complemento determina o nome, e, assim sendo, ele pertence ao nome, do mesmo modo que o nome pertence ao complemento (GUILBERT, 2020).

A terceira operação que Dahlet (2015) trabalha é a configuração deôntica, definida como uma forma de enquadrar a resignação diante da verdade imutável ao indicar um *dever fazer* aplicado à nominalização. Ao transformar em imutáveis as situações que envolvem escolhas – e, por isso, poderiam ser evitáveis – cria-se um *dever fazer*. Segundo Dahlet (2015), em uma significativa quantidade de nominalizações, o vínculo estabelecido entre o

---

<sup>55</sup> A esse respeito, consultar Althusser (1998, p. 99-100).

complemento e a nominalização é do tipo relacional, ou seja, ao vínculo existencial já contido nessa relação, liga-se uma obrigação de fazer algo. Como podemos ver nos exemplos trazidos pelo autor: em “estrutura privada forte” e “desburocratização de projetos”, um vínculo relacional é acrescido à pressuposição de existência: “a estrutura é privada” e os “projetos são burocráticos”; de modo que essa obrigatoriedade se organiza como “a estrutura deve ser privada” e “os projetos devem ser desburocratizados”.

Esse funcionamento se desdobra em uma série de outros pressupostos, que, de forma autoritária, encobrem antagonismos e camuflam polêmicas, imprimindo, deste modo, à nominalização uma aparência consensual. Ainda seguindo o exemplo analisado pelo autor, podemos observar que o *dever fazer* da desburocratização dos projetos implica a concordância com a existência de projetos burocráticos, o que leva a concordar com a pejoração dada ao termo burocrático (DAHLET, 2015).

O efeito que se tem ao final desse percurso consensual é a adesão velada a um emaranhado ideológico que termina no assujeitamento imperceptível construído pelo engendramento de saberes, pelo qual é impossível questionar e para o qual só se pode consentir de modo compulsório. Ainda que compulsória, a adesão não é garantida pela força, visto que ela é feita sem se notar. É na propriedade da naturalização que a adesão ao que é posto pela nominalização segue evitando as contradições e conflitualidades que possam prejudicar esse processo (DAHLET, 2015).

A naturalização contribui para endossar esse mecanismo ao aplicar um sistema explicativo baseado em metáforas dos fenômenos da natureza, os quais significam os acontecimentos como fatalidades. Na atualidade, os campos da vida social política e econômica são especialmente permeados por essa metaforização, visando ocasionar o estado de impotência perante as situações que surgem em seus contextos. Desse modo, a relação causa-consequência que foi esvaziada pela nominalização é preenchida por uma naturalização das coisas (DAHLET, 2015).

Ao expor o modo como o incontestável é produzido pelo funcionamento da operação de nominalização, o autor reforça os interesses da análise do discurso em retomar a opacidade do discurso, campo de pesquisa que não se propõe a buscar o verdadeiro sentido das coisas. Até porque a AD não concorda com a existência de um sentido verdadeiro, visto que postula que as palavras não são reflexos das coisas do mundo em si. Diferentemente disso, busca o traço das construções discursivas dos sentidos, consciente da pluralidade semântica – i.e., da polissemia – dos signos. Com base nisso, refuta e questiona o que é dado como evidência (DAHLET, 2015).

Dito isso, ressaltamos, uma vez mais, que nossa pesquisa se constitui em torno dos conflitos de nomeação sobre a *reforma agrária*, uma nominalização que pode ser compreendida como uma *reinterpretação globalizante* dos conflitos sobre o acesso à terra no Brasil. Pela junção de dois objetos distintos, *reforma* e *agrária*, constrói-se o saber que podemos descrever como sendo o de reformar a estrutura agrária. Logo, em *reforma agrária*, temos o processo verbal a *reforma é agrária* reduzido a uma forma nominal, que, ao se apresentar como tal, dificulta o questionamento sobre a necessidade de se realizar uma reforma agrária, já que a nominalização pressupõe um dado pronto.

Desse modo, a nominalização contida em *A reforma agrária* pressupõe a fixação do sentido *já lá*, associado a uma perspectiva que defende a reforma da estrutura agrária brasileira. A estabilização dessa nominalização, enfim, é capaz de manter sua forma inalterada ao longo do tempo e mesmo entre os discursos. Inclusive, os antagônicos. Essa fixidez em torno da expressão faz com que as *nomeações* (nmç) associadas à reforma agrária formem a arena de disputa pelos sentidos dessa *nominalização* (nmz).

## CAPÍTULO 3 – OS SIGNIFICADOS DA REFORMA AGRÁRIA: A DISPUTA SEMÂNTICA PELA TERRA ENTRE MST E NOVA DIREITA (1985 – 2019)

### 3.1 Qual *corpus* para análises contrastivas da nomeação?

Nesta seção, trataremos das decisões tomadas durante a construção do *corpus* de análise, da geração dos dados para a pesquisa e dos critérios adotados na seleção dos dados. De acordo com Mazière (2005, p. 11-2), o *corpus* é a construção de um dispositivo de observação capaz de revelar e de apreender o objeto do discurso que permite interpretar. Com base nessa definição, nosso *corpus* foi construído com o interesse de observar o conflito nomeativo em torno da reforma agrária na sociedade civil, especificamente, entre o MST e a ND, no período da Nova República (1985 a 2019).

A opção por estudar o discurso do MST e da ND nesse recorte cronológico é para estudar a Reforma Agrária no Brasil em uma perspectiva histórica, onde observamos que, ao final da ditadura militar, sem-terra e proprietário rural assumiram preponderância no debate público a respeito da função e do acesso à terra, passando a se organizar em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Nova Direita (ND), respectivamente, com o fito de influenciar a ANC.

Consideramos, então, oportuno estudar a reforma agrária pela perspectiva desses sujeitos a partir da ANC, organizando os dados até o ano de 2019. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) acirrou ainda mais os antagonismos previamente existentes na questão agrária no Brasil, sendo que o texto constitucional abrigou sentidos políticos e jurídicos opostos sobre a reforma, os quais permanecem até os dias de hoje (INDURSKY, 2019).

Ir até o ano de 2019 nos permitiu observar como tais discursos se adaptam em contexto político marcado pelo fortalecimento da extrema direita. Além disso, o interesse em estudar de modo contrastivo esses discursos surgiram durante a coleta dos dados, chamando-nos a atenção o modo como as nomeações posicionam/inscrevem os sujeitos de acordo com os distintas perspectivas sobre a reforma agrária.

Surgiu, assim, a vontade de realizar um diálogo entre a análise de discurso e a lexicometria, almejando observar de modo quantiquantitativo as nomeações envolvidas nesse conflito, que o exercício lexicométrico de contagem de palavras permite perceber. Para a lexicometria, o contraste funciona como um componente integrativo da própria ferramenta, sendo ele a base dos cálculos probabilísticos (NÉE, 2017).

Para se fazer uma análise do discurso com foco no processo de produção de sentidos

é necessário observar as *condições de produção* dos discursos, a fim de conhecer os enunciadores, coenunciadores e suas práticas. Para tanto, ancoramo-nos nos estudos de Carter (2010) e Indursky (2019), no que se refere aos modos de organização do sem-terra, e de Casimiro (2018), no que diz respeito ao proprietário rural. Essas leituras forneceram as principais fontes utilizadas por esses sujeitos para organizar e difundir seus discursos, a saber: Jornal e Revista Sem Terra, Revista Leader (IEE), Revista *Think Tank* (IL) e sites do MST e IMIL, além de informações sobre os principais intelectuais orgânicos desses grupos. Dessas fontes, selecionamos os dados para a constituição do nosso *corpus*.

Para a seleção dos dados, adotamos os seguintes critérios: I) consideramos apenas o material que fizesse menção a assuntos relacionados à reforma agrária, II) os dados seriam obtidos nos veículos de comunicação do MST e da ND, tais como sites, jornais e revistas oficiais de cada organização. Sobre a ND, optamos por utilizar as fontes das associações de classe, que, conforme Casimiro (2018), atuaram ativamente no debates sobre a reforma agrária ao longo da Nova República, seja de forma pragmática, seja ideológica. Em específico, consideramos a UDR, a CEDES, o IMIL, o IL, o IEE e o IA. Além disso, os dados da ND seriam obtidos em declarações dos dirigentes sobre a temática avaliada.

Inicialmente, pretendíamos considerar apenas os dois primeiros critérios. No entanto, não foi possível obter dados suficientes da ND nas décadas de 1980 e 1990. Em vista disso, incluímos o terceiro critério. Com ele, foi possível acrescentar ao *corpus* declarações dos dirigentes das organizações que mais influenciaram a reforma agrária nas referidas décadas, como é o caso da CEDES, atual Instituto Atlântico, e da UDR. Além disso, esse critério permitiu a inserção de declarações do atual presidente da UDR no contexto contemporâneo, Luiz Antonio Nabhan Garcia. Tal inclusão se faz pertinente uma vez que ele tem se pronunciado recorrentemente sobre a reforma agrária no cenário político atual, afastando-se do cargo de presidente da UDR para atuar como Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura do Governo do presidente Jair Messias Bolsonaro.

### **3.2 Padronização do *corpus***

Optamos por utilizar a noção de *momento corpus* por entendermos ser a melhor forma de se conciliar o trabalho em AD e ADT. *Momento corpus*, vale ressaltar, trata de um sub-*corpus* extraído de um arquivo histórico. Neste sub-*corpus* é possível trabalhar com o processamento lexicométrico, por meio da estabilidade do *corpus*, sem impedir, contudo, que a AD possa fazer os diálogos com elementos exteriores a ela, necessários à sua própria

interpretação (NÉE, 2017, p. 45).

No caso da nossa pesquisa, trabalhamos o *momento corpus* correspondente ao período chave da Nova República, subdividido em quatro outros *momento corpus* de modo a dar conta dos seguintes períodos: 1985 a 1989; 1990 a 1999; 2000 a 2009; 2010 a 2019. Como dito anteriormente, nosso interesse é observar, de modo diacrônico, o conflito pela terra a partir das nomeações que surgem dos discursos do sem-terra e proprietário rural e que culminam em diferentes formas de significar a reforma agrária.

Para a contagem das unidades lexicais, presentes no discurso do sem-terra e do proprietário rural, valemo-nos do programa computacional AntConc, criado por Laurence Anthony em 2014. Entendemos que esse *software* apresenta as ferramentas necessárias para nossos objetivos, além de ser disponibilizado gratuitamente na internet.

Para a nossa análise quantitativa comparativa, optamos por tomar dois cuidados. Primeiro, os textos selecionados devem manter a correspondência do período, ou seja, serem compatíveis de acordo com o mês e ano. Isso evita que a comparação seja feita em contextos muito distintos. Segundo, buscar o equilíbrio do número de unidades lexicais nos dados coletados para os dois grupos, garantindo que o levantamento realizado pelo AntConc ocorra de forma proporcional. Nesse sentido, a relativa desigualdade do número de textos entre os grupos (47 textos do MST e 41 da Nova Direita) não acarreta prejuízo à nossa análise<sup>56</sup>.

Ao todo, os textos coletados para a presente investigação somam 86.438 unidades lexicais, sendo 43.416 do MST e 43.022 da ND. Ambas as cifras estão distribuídas de modo equilibrado nos quatro momentos *corpus*, como exposto no quadro abaixo:

**Quadro 6** – Quantitativo de unidades lexicais por período e por locutor.

	MST (nº de palavras)	ND (nº de palavras)
<b>1º: 1985 - 1989</b>	11.615	11.189
<b>2º: 1990 - 1999</b>	9.833	10.145
<b>3º: 2000 - 2009</b>	11.332	11.012
<b>4º: 2010 - 2019</b>	10.636	10.676
<b>TOTAL:</b>	43.416	43.022

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

<sup>56</sup> A desigualdade no número de textos entre os grupos se justifica pela diferença no tamanho entre os textos da Nova Direita e do MST proveniente da diversidade dos gêneros textuais trabalhados e suas formas de produção, uma vez que os veículos de comunicação do MST produzem periodicamente matérias sobre a reforma agrária. Já a ND, por trabalhar com diversas temáticas, nem sempre apresenta o tema reforma agrária em seus periódicos.

Além dos cuidados descritos acima, o uso do programa AntConc necessita que os textos estejam formatados conforme recomenda o programa, a saber: formato TXT no padrão escrito UNICODE 8 UFT-8. Inicialmente, nossos textos estavam em formato PDF ou WEB, de maneira que foi preciso convertê-los, o que fizemos por dois meios: 1º) em alguns textos, utilizamos recursos simples como os comandos copiar (Ctrl + C) e colar (Ctrl + V) no editor de textos *notepad* ou programas *online* de conversão de textos, passando-os para a extensão TXT; 2º) infelizmente, na grande maioria dos textos, não foi possível fazer essa conversão, pois o Jornal do Sem Terra, a Revista Sem Terra, o Diário da ANC, a Revista A Lavoura e a Revista Agroanalysis eram digitalizações de textos físicos que, ao serem convertidos para o formato desejável, apresentaram falta de letras, palavras, trechos inteiros e desconfigurações diversas. Diante desses erros, tornou-se necessário digitar os textos equivalentes ao período de 1985 a 2010, no caso do MST, e ao período de 1985 a 1996, no caso da ND. Afora isso, o texto de Nabhan Garcia, datado em 31 de maio de 2019, corresponde a uma declaração feita no canal do *Youtube* do presidente Jair Bolsonaro, tornando necessário transcrevê-lo para que fosse possível contarmos com a sua utilização.

Após atingirmos a formatação necessária, concatenamos os textos em quatro arquivos de cada grupo, divididos, conforme já mencionado, por períodos: 1985 a 1989, 1990 a 1999, 2000 a 2009 e 2010 a 2019. Por se tratar de uma comparação das ocorrências dos números de palavras dos grupos, optamos por cortar a parte final dos textos mais extensos, cujos períodos ultrapassavam demasiadamente a quantidade de palavras estipuladas.

A contagem da palavra *terra* fez com que o preparo dos dados visasse a retirada de todos os nomes próprios compostos que contivessem a unidade lexical *terra*, pois essas palavras, se mantidas, iriam interferir em nossos resultados. Desse modo, os nomes: Sem Terra, Estatuto da Terra, Comissão Pastoral da Terra, CPI da Terra, marca Terra Viva, operação Terra Legal, Banco da Terra, Célula da Terra, acampamento herdeiros da Terra tiveram a unidade lexical *terra* substituída por uma forma abreviada: *t*. Da mesma maneira, fizemos intervenções nos nomes próprios em que surgiam a unidade lexical *trabalhadores*, como em Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em que substituímos *trabalhadores* por *trab*.

### **3.3 Condições de produção do corpus**

Segundo Née (2017), em AD, para se conhecer a produção do sentido é necessário

saber em que condições o *corpus* foi produzido, isto é, por quem, para quem, para que finalidade, em que instituição, dentre outras questões envolvendo a contextualização dos dados. Abaixo, apresentamos uma tabela contendo todas as fontes de dados utilizadas e a seguir trazemos um detalhamento de cada uma delas:

**Quadro 7** – Fontes de dados textuais

	PERÍODO	MST	NOVA DIREITA
1)	1985 a 1989	JST	Flávio Telles de Menezes (presidente CEDES); Ronaldo Caiado (presidente UDR).
2)	1990 a 1999	JST	Paulo Rabello de Castro (diretor IA); Roosevelt Roque dos Santos (presidente da UDR); Revista <i>Think Tank</i> (IL).
3)	2000 a 2009	JST/Revista Sem Terra	Revista Leader (IEE); Site UDR; Site IMIL.
4)	2010 a 2020	JST/SITE MST	Revista Banco de Ideias (IL); site IMIL, Site IL; Nabhan Luiz Garcia (presidente UDR).

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Selecionamos 41 documentos da ND. Destes 11 são declarações dos dirigentes desses veículos sobre a reforma agrária e 30 foram obtidos nos veículos de comunicação do grupo político. Descreveremos todos, iniciando pelas declarações dos dirigentes, passando em seguida aos veículos de comunicação da Nova Direita.

Começamos por esse primeiro grupo de dados. Consideramos a inserção das declarações de Flávio Telles de Menezes na década de 1980 porque Menezes é um grande proprietário rural, presidente da Sociedade Rural Brasileira e sócio-fundador da CEDES. O documento *Há um grande número de erros no 1º PNRA* trata-se de uma palestra dada por Menezes no Seminário Nacional de Reforma Agrária e Justiça Agrária, evento promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e patrocinado pelo INCRA, cujos anais foram divulgados no periódico oficial da SNA: a revista “A Lavoura”. Em 1987, Menezes participou como palestrante da 11ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, cuja ata foi disponibilizada no Diário da ANC, documento que também anexamos ao nosso *corpus*.

Em ambos os eventos, Flávio Telles de Menezes apresentou-se como representante da

Sociedade Rural Brasileira, mas foi a sua atuação na CEDES como sócio-fundador o que nos levou a considerar esses dois documentos como parte do *corpus*. Ademais, segundo Dreifuss (1989), Menezes participou de um seminário organizado pela CEDES, em 1986, com os principais empresários e economistas do país, cujo objetivo era avaliar o quadro político e econômico nacional e discutir o financiamento dos candidatos que comporiam a ANC, sendo a reforma agrária um dos temas debatidos. Este fator reforça a relevância de se constar no *corpus* documentos escritos por Menezes nesse período.

A decisão de inserir uma entrevista dada por Ronaldo Caiado ao programa de televisão Roda Viva, também em 1986, foi tomada pela atuação de Caiado na UDR. Segundo Dreifuss (1989) e Casimiro (2018), Caiado é médico, grande proprietário rural, vindo de uma família de pecuaristas e o primeiro presidente da UDR. Durante o ano de 1985, percorreu cinquenta cidades brasileiras em busca de apoiadores para a UDR e seus propósitos de formarem um corpo de parlamentares na Constituinte dispostos a apoiar as ideias dessa classe.

O engajamento de Caiado na UDR estabeleceu as bases de atuação desta organização. Em vista disso, a entrevista de Caiado ao Roda Viva forneceu um extenso material, que já se encontrava em formato textual no site da FAPESP em virtude do projeto Memória Roda Viva, uma ação conjunta da FAPESP e da UNICAMP. Optamos por retirar as perguntas feitas pelos entrevistadores para focar apenas na fala do dirigente da UDR.

Ainda que uma das características da UDR fosse o caráter propagandístico, a entidade não possui publicações próprias disponíveis na internet, exceto no período de 2000 a 2014, como veremos. Sobre essa ausência, Barbosa (2018), ao analisar todos os trabalhos disponíveis sobre a UDR, observou a escassez de documentos produzidos em veículos de comunicação próprios da organização, o que leva pesquisadores a desenvolverem suas análises a partir dos grandes jornais da época, nos quais é possível encontrar, em meio a reportagens, falas isoladas de seus representantes.

Com base nisso, decidimos proceder de modo semelhante e incluir dois artigos e duas entrevistas de Roosevelt Roque dos Santos, dirigente da UDR na década de 1990, publicadas no jornal Folha de São Paulo (FSP). Santos era pecuarista e foi Vice-Presidente Nacional da UDR durante a gestão de Caiado, além de ter sido dirigente regional da UDR em São Paulo no mesmo período. Quando a UDR ressurgiu em 1996, após período de desativação a partir de 1994, Santos assume a organização como Presidente Provisório, concedendo duas entrevistas à Folha de São Paulo (FSP) e assinando dois artigos de opinião no referido jornal.

A inclusão do artigo *Reforma Agrária Pacificadora*, publicado na Revista Agroanalysis, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pelo economista Paulo Rabello de Castro,

criador e Redator-Chefe da revista nesse período, se fez necessária pela atuação do economista na Nova Direita. Castro foi fundador e chefe do Conselho de Economistas da CEDES. Sob o argumento de que a CEDES objetivava criar uma consciência de classe, Castro organizou diversos eventos, dentre eles o encontro de empresários que contou com a presença de mais de cem proprietários rurais para discutir o tema *Governo, Classe Política e Empresário*. Além disso, Castro mobilizou o empresariado nos anos 1990 para fundar o Instituto Atlântico (IA), chegando a presidi-lo nesse período. Em 1992, publicou junto com Paulo Carlos de Brito o livro *Brasil: Esse país tem jeito?* Publicação que contém um projeto neoliberal de governo e que foi entregue aos presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso.

Inserimos, ainda, um documento mais contemporâneo de Luiz Antônio Nabhan Garcia, dirigente licenciado da UDR. Trata-se de uma declaração feita por Garcia em 2019 no programa “Live da Semana”, sediado no canal na plataforma *Youtube* do presidente Jair Bolsonaro. A declaração tem relevância porque Garcia é agropecuarista e auxiliou a refundar a UDR nos anos 1990, presidindo-a do início dos anos 2000 até 2018, ano em que se licenciou para assumir a Secretaria de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, cujas competências envolvem a formulação, normatização e supervisão das ações e diretrizes sobre a política de reforma agrária do Governo Federal.

Segundo Casimiro (2018), Garcia já coordenou o movimento Frente Nacional do Brasil e, em março de 2015, articulou junto a outros movimentos sociais os protestos pró-*impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores. Garcia tornou-se conhecido pelo radicalismo que incitou diversos conflitos no Pontal Paranapanema na década de 1990, tendo sido acusado, em 2005, durante a CPMI da Terra, de estimular a organização de milícias privadas no campo.

Atualmente, como Secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan é responsável por implementar no Governo Bolsonaro a regularização fundiária autodeclarada, processo esse considerado pelo próprio Nabhan como sendo uma reforma agrária nos moldes dos governos militares (QUADROS, 2019).

Passamos, agora, ao segundo grupo de dados, compilados para o *corpus* a partir dos veículos de comunicação da ND. Segundo Casimiro (2011), a revista *Think Tank* é uma publicação do Instituto Liberal (IL) iniciada em 1997 e um importante veículo de promoção da visão do Instituto. O periódico apresenta as propostas neoliberais para temas bem específicos. Em cada revista, há um anexo, um encarte especial trazendo detalhadamente e de modo propositivo as concepções neoliberais para os problemas sociais. O número 1 da revista apresentou o encarte que incluímos em nosso *corpus*, intitulado *A lógica da Reforma Agrária*,

escrito pelo jurista Candido José Mendes Prunes, membro do conselho editorial da revista. Prunes também possui artigos sobre outros temas nessa revista, bem como já participou de evento preparatório para o XX Fórum da Liberdade, em 2007, cujo tema era *Reforma Agrária?* Em 2000, escreveu artigo para a Revista *Leader*, do IEE, que também compõe o nosso *corpus*.

Ainda nas edições da revista *Think Tank*, foram incluídos outros dois documentos, *É preciso uma pastoral das vítimas*, escrito por Roberto Campos, ícone do pensamento liberal no Brasil (CASIMIRO, 2018), e o encarte especial *MST-FARC: Uma analogia perigosa*, sob a pena do jornalista Gilberto Paim, membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.

Além da *Think Tank*, no site do IL, foi possível extrair mais cinco artigos dos autores Jefferson Viana, estudante e membro fundador do Movimento Universidade Livre; Lucas Berlança, jornalista, colunista e presidente do IL; Ricardo Bordin, auditor-fiscal do trabalho e em seu minicurrículo apresentado no site constam os seguintes dizeres: “no exercício da profissão constatou que, ao contrário do que poderia imaginar o senso comum, os verdadeiros exploradores da população humilde não são os empreendedores”; Arthur Chagas Nunes, ex-presidente do IL; e João Luiz Mauadi, administrador de empresas e diretor do IL, além de escrever para os jornais O Globo, Zero Hora e Gazeta do Povo.

A revista *Leader* (IEE) dedicou sua oitava edição ao tema reforma agrária. Sendo assim, incluímos em nosso *corpus* todos os artigos dessa edição. Os autores são Telmo Netto Costa Junior, empresário, ex-dirigente do LIDE-RS e presidente do IEE; Candido José Mendes Prunes, já citado; Eduardo Logemann, empresário e presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul; Og Francisco Leme, um dos idealizadores, membro-fundador e dirigente do corpo técnico do IL (CASIMIRO, 2018).

No site do IMIL, encontramos 10 (dez) artigos sobre a reforma agrária: 7 (sete) são de Denis Rosenfield, professor e articulista dos jornais Estado de São Paulo (ESP) e O Globo e 3 (três) fazem parte de uma série intitulada *agrofalácias*, cujo autor é Marcos Sawaya Jank, membro especialista do IMIL, palestrante, colunista da FSP e especialista em agronegócio e bioenergia.

O *Jornal do Sem Terra* (JST) surge no período de gestação do MST, em 1981, como Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, passando a se chamar, em seguida, Boletim Sem Terra. Os propósitos iniciais do periódico eram de comunicação e diálogo entre o acampamento e a sociedade a fim de obter apoio e resistência das famílias acampadas, durante a ditadura militar.

Inicialmente, o boletim circulava somente no Rio Grande do Sul, estendendo-se,

posteriormente, para o Brasil. Quando o Movimento dos Sem Terra (MST) foi criado oficialmente em 1984, o boletim foi transformado em jornal com tiragem média de 10 mil exemplares. O objetivo era, exclusivamente, estabelecer a comunicação com a base social do MST, possibilitando a formação da prática social do sem-terra.<sup>57</sup>

A Revista Sem Terra foi lançada em julho de 1997. Sua periodicidade era trimestral até o ano 2000, depois passou a circular bimestralmente. O objetivo da revista era propor discussões mais amplas sobre os problemas fundiários no país e ser um instrumento de comunicação, não apenas entre os sem-terra, mas com toda a sociedade.

As últimas informações que obtivemos sobre o JST e a Revista Sem Terra foram no site do MST, em julho de 2021, data que o JST completou 40 anos de existência. Na hemeroteca do Centro de Referência Virtual Luta pela Terra (CRVLT), foi possível encontrar exemplares do jornal até 2012. No site do MST, havia alguns exemplares do jornal, distribuídos de forma aleatória até o ano de 2014, além de duas edições especiais, uma denominada *Jornal Juventude Sem Terra* e outra denominada *Jornal LGBT Sem Terra*, publicado em 2019. A última informação da revista data do ano de 2009, quando foi comemorada a 50ª edição do periódico. Todos os exemplares localizados vão até 2008, tendo sido obtidos na hemeroteca do CRVLT.

Sobre os critérios de escolha dos artigos, primeiramente selecionamos os textos correspondentes ao período – mês e ano – dos artigos selecionados da ND. Esse critério solucionou o problema decorrente do fato que o material da ND era mais escasso que o do MST. Em seguida, selecionamos os primeiros artigos encontrados que falassem sobre a reforma agrária. Por isso, no caso do jornal e da revista, a maioria dos artigos são da coluna editorial, a primeira do periódico.

Em nosso *corpus*, para o período de 1985 a 1997, utilizamos exclusivamente textos do JST. A partir de julho de 1997, com o lançamento da revista, passamos também a utilizá-la em conjunto com o jornal, uma vez que não dispúnhamos de todas as edições da revista. Mesmo com essa dificuldade, incorporar a revista se demonstrava importante, já que ela se propunha a abordar a problemática da reforma agrária de forma ampla. A partir de 2014<sup>58</sup>, passamos a utilizar somente o site, visto que não tínhamos mais acesso às edições da revista e do jornal.

Ao todo, são 41 (quarenta e um) artigos e 5 (cinco) entrevistas até 1997. Os artigos não traziam informações de autoria, exceto em dois casos, quando foram assinados pela

---

<sup>57</sup> A esse respeito, consultar o site no seguinte endereço: <https://mst.org.br/especiais/quarenta-anos-de-comunicacao-popular-do-boletim-ao-jornal-sem-terra/>.

<sup>58</sup> Em 1996, o MST cria o sítio do movimento da internet<sup>58</sup>, sendo atualmente esse um dos principais meios de comunicação do movimento.

Executiva Nacional do movimento. Após esse período, os artigos passaram a ser assinados da seguinte forma: 6 (seis) artigos levaram a assinatura da Direção Nacional do MST; 5 (cinco) artigos vinham com o nome do jornalista responsável pela matéria (i.e., Catiana de Medeiros, Wesley Lima, Iris Pacheco e Ramiro Olivier) e a indicação “da página”; referindo-se ao site, 2 (dois) artigos vinham somente com a indicação “da página”, 4 (quatro) foram assinados pelo setor de comunicação, dos quais 2 (dois) continham a assinatura do profissional responsável pelo setor – são elas a assentada e coordenadora de comunicação Letícia Barquetta e a jornalista e assessora de comunicação Maria Mello – e 1 (um) é assinado por Luiz Zarref, doutor em Geografia Agrária e responsável pelo Setor de Produção da Coordenação Nacional do MST. Os demais artigos são assinados por autores distintos, os quais apresentaremos na sequência com um breve histórico.

Plínio de Arruda Sampaio, advogado, economista e apoiador do MST, tendo auxiliado no processo de consolidação do movimento na década de 1980, além de ter sido relator do I PNRA do governo João Goulart e ter coordenado o II PNRA, conhecido como reforma agrária progressista, que foi recusado pelo governo Lula (CARTER, 2010). Horácio Martins de Carvalho é engenheiro agrônomo, consultor de movimentos e organizações populares no campo e pesquisador da Reforma Agrária, escreveu dezenas de artigos para os veículos de comunicação do MST. Bernardo Mançano Fernandes é geógrafo, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pesquisador da questão agrária brasileira e do MST, publicou livro em coautoria com João Pedro Stédile – Presidente do MST. Alexandre Conceição é coordenador da Direção Nacional do MST, ministra cursos oferecidos pelo MST, escreve diversos artigos para o site do movimento, além de participar do programa Análise de Conjuntura no canal no Youtube do MST. Os jornalistas Daniel Giovanaz e Mayron Regis assinam dois artigos que foram republicações do site Brasil de Fato, jornal criado em 2003 durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS) por movimentos sociais, dentre eles o MST, a Via Campesina e as Comissões Pastorais. Após 10 anos da sua criação, o jornal impresso se transformou em site.

As cinco entrevistas contidas em nosso *corpus* têm como entrevistadores os membros do MST, identificados como sem-terra. Por isso, resolvemos mantê-los nos arquivos. Dos entrevistados, três são membros do MST, Gilmar Mauro, diretor estadual de São Paulo, Valmir Assunção, diretor estadual da Bahia, e Alexandre Conceição, Coordenador Nacional do MST. Outros três possuem relações distintas com MST, Padre Derly Cassali, membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição que apoia o MST, Emir Sader, sociólogo e professor da USP, publicou diversos artigos para o JST, revista e site do movimento, e José Juliano de

Carvalho Filho, especialista em economia agrária e agrícola e professor da USP, tendo participado da equipe técnica de Plínio Arruda Sampaio na construção da proposta para II PNRA, a chamada reforma agrária progressista. A seguir, expomos um quadro por ordem cronológica de todos os textos utilizados em nosso *corpus*:

**Quadro 8** – Relação (mês e ano) dos textos que compõem o *corpus*

<b>Data</b>	<b>MST</b>	<b>NOVA DIREITA</b>
06/1985	- Por que reforma agrária? (p. 2).	- Tributação justa aprimora propriedade, FSP.
11/1985	- Golpe nos trabalhadores, JST (p. 2 – suplemento).	- Há grande número de erros no 1º PNRA, Revista A Lavoura (p. 42-44).
10/1986	- Um ano de mentiras, (p. 2). - Enrolação e violência contra os sem-terra, (p. 10 e 11). - Boicote do boi é feitiço do avesso, JST (p. 12). - Apresentamos nossos candidatos. - Desafio superar os problemas de organização.	- Entrevista de Ronaldo Caiado – Presidente da UDR programa Roda Viva.
07/1987	- Reforma Agrária: Governo não faz, nós vamos fazer (p. 2). - O povo com fome está decidindo seu caminho, (p. 9). - 25 de Julho – dia de luta e de mobilização nacional JST nº64 (p. 10 e 11).	- Conferência de Flávio Telles de Menezes – Presidente da Sociedade Rural Brasileira. Diário da ANC.
05/1988	- A luta se conquista (p. 2).	- A lesma e o sal, FSP.
03/1996	- Homenagem. - Só mobilização mexe com esse governo, JST.	- Reforma Agrária Pacificadora, Agroanalysis
09/1996	- Governo deveria priorizar. - A luta organizada define, JST.	- UDR diz que não quer radicalizar; - UDR quer 4 milhões de fazendeiros, FSP.
10/1996	- Ministro Papagaio, JST.	- Ressurge UDR, FSP.
03/1997	Reação à política FHC.	- Objetivo Oculto, FSP.
07/1997	- Reforma agrária e projeto de construção social. - Plínio de Arruda Sampaio (p. 13-15), Revista Sem Terra. - Reforma agrária só propaganda, JST.	- A lógica de uma reforma agrária no Brasil - Candido Prunes (p. 1-3, 8, 9, 11-13, 18), Revista <i>Think Tank</i> – IL.
02/1998	- Por um milênio sem exclusões (p. 9).	- Pastoral das vítimas, Revista <i>Think Tank</i> – IL.
11/2000	- Resistência Popular no Campo. Horácio Martins de Carvalho (p. 13), JST.	- A questão fundiária. (editorial) - Telmo Netto Costa Júnior – Presidente IEE. - O MST é um movimento legítimo. - Reforma Agrária conceito vazio. - Um lugar ao sol. - Reforma Agrária perpetuação da miséria, site IEE.
10/2001	- Acampamento resiste.	- Um novo Brasil, site UDR.
10/2003	- Até quando, Revista ST.	- Vistoria Assentamentos, site UDR.
02/2004	- Reforma Agrária: a proposta, Revista ST.	- Considerações sobre o MST, site UDR.
05/2004	- Mobilizações unificadas, JST.	- A reforma agrária baseada na distribuição de terras, Site UDR.
08/2004	- Agronegócio: a nova denominação do latifúndio, JST.	- Espetáculo da Anarquia, Site UDR.
10/2004	- As reais consequências.	- Autoritarismo e covardia.
08/2009	- Um cochilo histórico.	- Índices de produção, site IMIL,

	- De volta a BSB. - Voltar as ruas.	
09/2009	- Contra a crise: RA já.	- Dupla face, site IMIL.
10/2009	- Armas e alvos na nova.	- Arbítrio. - Excesso ou regra, site IMIL.
04/2010	- Lutar não é crime.	- Viva Marighella, site IMIL
06/2010	- 25 anos na luta por terra.	- MST FARC, Revista <i>Think Tank</i> .
08/2010	- Agronegócio precisa destruir.	- Reintegração de Posse, Site IMIL.
04/2014	- Sem-terra ocupam.	- A mudança necessária, site IMIL.
06/2014	- Em nota, CPT denuncia prisão do militante do MST em Marabá.	- MST entra no mercado capitalista, site IL.
04/2015	- Antigo Latifúndio de eucalipto vira assentamento agroecológico, Site MST.	- Reforma Agrária, site IL
08/2015	- Latifúndio do saber, Site MST.	- Denúncias contra invasões do MST.
01/2017	- 2017: MST aponta unidade e necessidade de um projeto popular para derrotar o Golpe.	- Agrofalácias 1, site IMIL.
02/2017	- No Maranhão posseiros têm suas terras ameaçadas por latifundiários, Site MST.	- Sobre agricultura e agricultores, site IMIL.
03/2017	- A contribuição dos assentamentos rurais para uma região em conflito. Site MST.	- Agrofalácias 3, site IMIL.
08/2017	- Os grandes latifundiários nunca conquistaram terra, eles a usurparam. Site MST.	- Ladrões de gado e o direito à propriedade privada, site IL.
08/2018	- Marchar novamente é preciso, Site MST.	- Porque Bolsonaro precisa encerrar a reforma agrária, site IL.
05/2019	- A luta pela terra e pelo território. - Assentados fazem feira.	- Um minuto Nabhan Garcia, YouTube JB.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

### 3.4 Metodologia

É por meio da Análise do Discurso materialista que pretendemos estudar as nomeações – e nominalizações delas derivadas – que surgem nos discursos do sem-terra e do proprietário rural sobre a reforma agrária, interpretando-as como vestígios deixados na superfície discursiva a fim de acessar os processos discursivos resultantes das *condições de produção*, que podem ser compreendidas, em consonância com o debatido em momento oportuno, tanto como os “mecanismos de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso” quanto como o resultado de outros processos discursivos “que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 85).

Em Análise Automática do Discurso (AAD), Pêcheux ([1969] 1997) recomenda iniciar a análise pela investigação da superfície discursiva como forma de penetrar na profundidade do processo de produção do discurso. Para isso, o autor formula a noção de efeitos metafóricos:

Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 96).

Sobre essa operação de substituição, Pêcheux ([1969] 1997, p. 97-8) explica que uma estrutura invariante de contexto constitui o elo entre os termos variáveis. É na movimentação em torno dessa estrutura que se pode observar o processo de produção de um determinado discurso.

A ADT, por seu turno, permitiu-nos comparar os discursos do sem-terra e proprietário rural em termos quantitativos, auxiliando-nos na observação da frequência e especificidade de certas unidades lexicais de modo comparativo nos discursos. Contribuiu, ainda, para o trabalho de identificação das diferentes formas de nomear um mesmo objeto. É por meio dessas nomeações que observamos o conflito entre MST e Nova Direita em torno dos sentidos de *reforma agrária*, uma luta travada pelas diferentes posições de modo diacrônico, em que as palavras acompanham a evolução ideológica dos processos sociais, participando da sua emergência e estabilização.

Para fazer isso, utilizamos as seguintes ferramentas oferecidas pelo programa AntConc: *Concordance*, permite procurar as *palavras-chave*<sup>59</sup> no texto, mostrando as palavras que estão em seu entorno; *Clusters N-Grams*, indica a frequência da *palavra-chave* ou de palavras com o mesmo radical; *Keyword List*, compara diversos arquivos e, a partir disso, fornece uma listagem de palavras não recorrentes no texto em comparação; *Word List*, lista todas as palavras que aparecem no arquivo, seja por ordem alfabética, seja por ordem de frequência.

### 3.4.1 Procedimentos

Conforme já exposto, o discurso é um “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”, produzindo “efeitos de sentido” entre sujeitos posicionados “em um lugar determinado dentro de uma formação social”, sendo que esse lugar imaginário resulta das projeções que um faz do outro e atua como *condições de produção* do discurso (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 82; [1983] 2015, p. 16).

Tendo em vista essa definição de discurso, entendemos que a reforma agrária pode ser

---

<sup>59</sup> *Palavras-chave* “são palavras significativas e indicativas em certas formas de pensamento” (WILLIAMS, 1976, p. 15). Segundo Carmo (2018, p. 112), *palavra-chave* está relacionada ao estudo da padronização de uma língua, pois visa a obter padrões de ocorrência/co-ocorrência do item, bem como do contexto em que ocorre.

compreendida tanto como uma estrutura quanto como um acontecimento. Desse modo, avaliaremos a constituição e interação dos campos discursivos do MST e da ND em termos de formações imaginárias, englobando o *momento corpus* da Nova República como um todo. A seguir, avaliaremos como a reforma agrária é recebida na Nova República. Somente após essa avaliação, achamos pertinente começar a análise do conflito discursivo por meio das nomeações entre MST e Nova Direita.

A segunda seção trata dos conflitos de nominalizações de cada *momento corpus* correspondente às quase quatro décadas da Nova República. O foco é acompanhar o uso dessas lexias ao longo desse período histórico como forma de observar a participação das transformações discursivas nas transformações sociais.

Na terceira e quarta seção, apresentamos as análises das formas de nomear os atores da reforma agrária e a terra, respectivamente, utilizando-nos das ferramentas teórico-metodológicas da lexicometria. Fizemos isso como forma de acompanhar a frequência com que as nomeações surgem nos discursos, de investigar as cadeias semânticas associadas a essas nomeações e de avaliar a produção dos sentidos de Reforma Agrária, analisando em cada *momento corpus* a construção discursiva da legitimidade, autoridade e credibilidade das práticas sociais desses dois grupos com foco no processo de ressignificação da reforma agrária. Para tanto, investigamos os conflitos de memória relacionados às nomeações em análise como forma de observar os conflitos de nomeação também pela perspectiva da *memória*.

## CAPÍTULO 4 – OS SENTIDOS DA REFORMA AGRÁRIA: A DISPUTA SEMÂNTICA PELA TERRA ENTRE MST E NOVA DIREITA (1985 -2019)

### 4.1 Reforma Agrária: estrutura e acontecimento

Para investigarmos o conflito em torno da reforma agrária, a partir do processo de nomeação, iniciaremos com uma avaliação sobre o modo como se estruturam os campos discursivos do MST e da ND na Nova República, além de investigarmos a Reforma Agrária como um acontecimento discursivo a produzir efeitos de sentidos na Nova República.

Cumpre-nos reforçar que avaliaremos a constituição e interação dos campos discursivos do MST e da ND em termos de formações imaginárias (PÊCHEUX, [1969] 1997), as quais se associam aos lugares sociais dos sujeitos proprietário rural (PR) e sem-terra (ST), em um movimento contínuo de posicionamento sobre si, o outro e o referente. A diferença dos pontos de vista desses sujeitos faz do referente um objeto a ser disputado, visando a persuasão de um ouvinte (O), também imaginário. Os discursos nos quais o orador persuade o ouvinte são diferenciados, pois implicam um distanciamento entre o ouvinte e o orador (PÊCHEUX, [1969] 1997).

#### 4.1.1 A estrutura: constituição e interação dos campos discursivos do MST e da ND

Tendo em vista essas considerações, apresentamos as formações imaginárias do PR e do ST enquanto protagonistas dos seus discursos. Começaremos pelo primeiro, adaptando, para tanto, o esquema das formações imaginárias propostas por Pêcheux ([1969] 1997, p. 83-5):

$I_{PR}(PR)$  = Qual a imagem que o proprietário rural faz de si?

$I_{PR}(O)$  = Qual a imagem que o proprietário rural faz do ouvinte?

$I_{PR}(ST)$  = Qual a imagem que o proprietário rural faz do sem-terra?

Para responder a essas questões, analisaremos, abaixo, excertos extraídos de diferentes décadas da Nova República, como forma de trazer a dimensão geral do período:

01PR Veja você, no momento em que nós vamos traçar uma política fundiária, traçar um plano nacional de reforma agrária, nada mais justo do que estar a classe produtora rural representada e **decidindo como se faz uma reforma agrária neste país** (RODA VIVA, 1986, p. 1 e 10).

02PR As nações têm que passar por seu processo histórico; mas **as elites, as lideranças, têm a obrigação de poupar o seu povo de erros históricos** na formulação do seu futuro, através de uma Constituinte como esta (Diário da ANC, 1987, p. 119).

03PR FLÁVIO TELES DE MENEZES: **conferencista** na Assembleia Nacional Constituinte. **Presidente** da Sociedade Rural Brasileira (Diário da ANC, 1987, p.116).

04PR É um **estudo fundamentado** exclusivamente em dados e informações estatísticas, que **busca dar mais objetividade** aos debatedores, apontando, evidentemente, para uma solução (IL, 1997, p. 1).

05PR **O problema** da distribuição da propriedade rural no Brasil é, no entanto, **exatamente o contrário** do que normalmente **se apregoa nas análises rápidas e superficiais** (ou naquelas impregnadas de um **viés ideológico**) (IL, 1997, p.8).

06PR CANDIDO PRUNES **Advogado** e **doutor** em direito econômico (IL, 1997, p. 1).

07PR Cabe ressaltar que o problema não é só a Reforma Agrária, e sim **nossa decisão** como indivíduos e como país, sobre como **vamos nos posicionar** perante essa realidade (IEE, 2000).

08PR Com **artigos qualificados**, a Leader vem mais uma vez a público **relatar** a realidade e **propor** alternativas sociais e econômicas para **resolver** a temática (IEE, 2000).

09PR Telmo Netto Costa Júnior é **Presidente** do IEE (IEE, 2000).

10PR Uma **medida prática, de enorme repercussão**, consistiria em aplicar os atuais índices de produtividade aos assentamentos, de modo que se pudesse verificar a contribuição que dão ao País (IMIL, 2009).

11PR **CONVIDADOS: DENIS ROSENFELD Articulista dos jornais** “O Estado de S. Paulo” e “O Globo” e editor da revista “Filosofia Política”. É **professor** de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e **pesquisador I-A** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) [...] (IMIL, 2009).

12PR Início uma **série de artigos para abordar as falácias** em torno da agricultura e do agronegócio. Boa parte dessas falácias nasce nas salas de aula do ensino médio, propagadas por **professores desinformados** e material didático questionável, em aulas de História e Geografia, por exemplo (IMIL, 2017).

13PR No artigo anterior, **procurei mostrar** que agronegócio é apenas uma delimitação do conjunto de cadeias de valor formadas a partir de produtos agropecuários [...] (IMIL, 2017).

14PR **ESPECIALISTA: MARCOS SAWAYA JANK Especialista** em agronegócio e bioenergia, Marcos Sawaya Jank formou-se em engenharia agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP). É **mestre** em economia agrícola em Montpellier, na França, **doutor** pela FEA-USP e livre docente pela ESALQ-USP (IMIL, 2017).

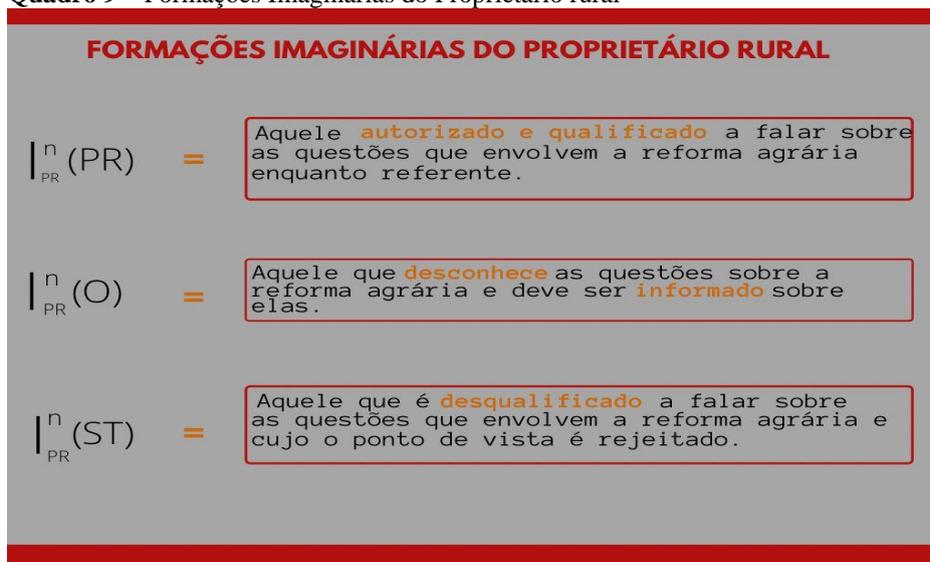
Pelas lexias *decidindo (01), obrigação de poupar (02), dar mais objetividade (3), decisão e posicionar (7), relatar, propor e resolver (8), mostrar (13)*, podemos dizer que a imagem que o proprietário rural faz de si fica marcada como sendo de autoridade, no sentido

de ser aquele que deteria o direito ou o poder de decidir pelo outro. Somada a essa imagem, surge, ainda, a imagem de qualificação, construída pela exposição dos títulos profissionais e acadêmicos, bem como minicurrículos que acompanham os nomes dos autores: *conferencista - Presidente (3 e 9); Advogado e doutor (6); convidado - articulista de jornais - professor - pesquisador (11); especialista - mestre - doutor (14)*. E pelo uso de lexias como: *estudo fundamentado (4); artigos qualificados (8) e medida prática (10)*, que antecedem as informações, visando dar maior credibilidade aos conteúdos.

A qualificação, além de auxiliar na projeção da imagem de autoridade, legitimando-a, associa-se a um processo de desqualificação do outro: *entidades que nunca produziram (01); análises rápidas e superficiais impregnadas de viés ideológico (5); falácias - argumentos inconsistentes, sem fundamento, inválido, falho - professores desinformados, material didático questionável (12)*. A combinação dessa desqualificação com a imagem de autoridade e qualificação do proprietário rural produz um discurso do tipo autoritário, no sentido atribuído por Orlandi (1987), a partir do/no qual o sujeito se imagina como o único autorizado a falar sobre um determinado assunto.

No discurso autoritário, não há interlocução, pois não são aceitos outros pontos de vista sobre o referente, há apenas a transmissão de conhecimento de um agente exclusivo para outro (ORLANDI, 1987). Assim, a imagem que o proprietário rural faz do ouvinte  $I_{PR}^n(O)$  é de alguém que precisa ser informado, o que pressupõe um desconhecimento do referente por parte desse ouvinte. Ao dominar o referente, o sujeito impede que outros pontos de vista estabeleçam uma interlocução, o que faz com que o sujeito sem-terra tenha sua posição desqualificada por esse discurso, como forma de provocar um esmagamento do ponto de vista do sem-terra. A seguir, apresentamos um quadro que resume as formações imaginárias do sujeito proprietário rural:

Quadro 9 – Formações Imaginárias do Proprietário rural



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quadro 10 – Projeções do Proprietário Rural sobre o referente do discurso



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Com base nos próximos excertos, veremos as formações imaginárias do sem-terra, adaptando novamente o esquema das formações imaginárias propostas por Pêcheux ([1969] 1997, p. 83-5) do seguinte modo:  $I_{ST}(ST)$  = Qual a imagem que o sem-terra faz de si?;  $I_{ST}(O)$  = Qual a imagem que o sem-terra faz do ouvinte?;  $I_{ST}(PR)$  Qual a imagem que o sem-terra faz do proprietário rural?

01ST É importante **denunciar** à opinião pública o que esta falta de carne tem a ver com a reforma agrária, e porque é necessário acabar de vez com o latifúndio. (...) Porque existem muitas ligações entre governo e latifúndio. Senadores, ministros, deputados, governadores, são pecuaristas latifundiários. **Eles estão no poder** (JST, 1986, p. 12).

02ST O movimento do sem-terra já **conquistou** terras para quase 13 mil famílias. Portanto 4 mil a mais que as assentadas pela “Nova República”. Isso mostra que: 1º terra não se ganha se **conquista**; 2º a nossa **luta** vai continuar (JST, 1986, p. 11).

03ST (...) para nós, sem terra, só resta um caminho: melhorar a nossa organização para **aumentar a pressão** sobre o governo. Temos, portanto, de buscar apoio junto aos trabalhadores da cidade. Temos de **denunciar** à sociedade as mentiras do governo em relação à Reforma Agrária, que não existe (JST, 1986, p. 2).

04ST **Só a UDR tem 60 constituintes** (...). Por isso, não é por acaso que a proposta de lei, aprovada até agora, mostra-se pior que o Estatuto da Terra feitos pelos militares em 64. (...) **VAMOS À LUTA, À TERRA OCUPAR** (JST, 1987, p. 2).

05ST Fizemos a maior **marcha** da história do país rumo a Brasília. Reunimos mais de cem mil pessoas do país inteiro que foram à capital dizer um basta à política econômica do governo e exigir Reforma Agrária, mas **os ouvidos das elites e do governo FHC estão surdos para as ruas** (JST, 1997, p.2).

06ST Somente com muita **mobilização vamos arrancar conquistas** de um governo tão insensível (JST, 1997, p. 2).

07ST **Defendemos** o acesso de toda a população aos direitos fundamentais (...) (JST, 2000, p. 9).

08ST **RESISTIR É PRECISO** ... No contexto atual, **resistir** é negar a solução final defendida pelas classes dominantes e seus governos liberais. **Negar** e superar. **Negar** o atual modelo econômico e o sistema político (...) (JST, 2000, p. 13).

09ST O MST não fez nada além do que costuma fazer seus militantes na **luta** pela democratização da terra: **ocuparam** a fazenda para **denunciar** a grilagem feita pela empresa sucocítrica. (site MST, 2009).

10ST: Há um mês famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra **ocuparam** a fazenda Capim com o objetivo de **denunciar** a utilização ilegal das terras, propriedade da união, pela multinacional exportadora de suco Cutrale. (site MST, 2009).

11ST: Domingas Farias, da direção estadual do MST, **denunciou** o modelo de produção do agronegócio e o contexto político e territorial que surge os grandes latifúndios existentes no Brasil (site MST, 2017).

12ST: (...) a **luta em defesa** de um projeto de sociedade diferente precisa ser continua com o objetivo de garantir direitos, como terra, educação, saúde e moradia (site MST, 2017).

13ST: (...) a reocupação é símbolo de **resistência** e **luta** contínua contra os grandes latifundiários que desenvolvem um modelo de produção insustentável e desumano (...) (site MST, 2017).

A despeito do proprietário rural, que não reconhece o sem-terra como interlocutor, a imagem que o sem-terra faz de si – I<sub>ST</sub>(ST) – trabalha com o reconhecimento do proprietário rural como aquele que domina o discurso sobre a reforma agrária no âmbito político: *Eles estão no poder; Só a UDR tem 60 constituintes; os ouvidos das elites e do governo FHC estão surdos para as ruas* (01, 04 e 05 ST). Isso faz com que o sem-terra projete para si um lugar de exclusão, que pode ser visto pelo uso recorrente da palavra *denunciar* (1,3,9,10,11). O processo discursivo

trabalha com a hipótese de que seu ponto de vista está sendo ocultado por outro ponto de vista, apresentado como unívoco. Por isso, mais do que *enunciar*, no sentido de compor uma voz e apresentar ou explicar uma proposta política, é preciso *denunciar* a existência da perspectiva que busca silenciar a do sem-terra.

Durante a Nova República, esse sujeito instaura a polêmica no discurso em torno da reforma agrária através da denúncia, transformando o seu discurso, assim como a sua prática, em polêmica, dominando “seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz” (ORLANDI, 1987, p. 15). Além da imagem de exclusão, é possível identificar nas lexias *conquista* (2, 6); *aumentar a pressão* (3); *luta* (2,4,9,13); *luta em defesa* (12); *defendemos* (7); *ocupar* (4,9,10) e *resistir* (8,13) a projeção de um lugar combativo, que pode ser entendido, juntamente com a denúncia, como traços do discurso polêmico que busca o rompimento da imagem de exclusão do sem-terra.

Ao reconhecer o proprietário rural como o sujeito que domina o discurso, a projeção do lugar do ouvinte –  $I_{st}(O)$  – é afetada por esse reconhecimento. O sem-terra, assim como o proprietário rural, projeta a imagem de um ouvinte a ser persuadido. No entanto, diferentemente do que ocorre no discurso autoritário, no qual há a presunção de um desconhecimento por parte desse ouvinte, a distância que separa o sem-terra do ouvinte pressupõe um reconhecimento do discurso dominante do proprietário rural.

Dito de outra forma, a antecipação que o sem-terra faz do ouvinte contém sempre a pressuposição de que esse ouvinte já recebeu as informações do discurso do proprietário rural. Essa antecipação faz com que o sem-terra projete seu discurso sempre em oposição ao discurso do outro, visando transformar o ouvinte, utilizando, para isso, processos enunciativos de denúncia e posicionando-se em um lugar combativo, visto que visa combater o discurso que domina os dizeres da reforma agrária na Nova República. Na sequência, apresentamos um quadro que resume as formações imaginárias do sujeito sem-terra:

Quadro 11 – Formações Imaginárias do Sem-Terra

**FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DO SEM TERRA**

$I_{PR}^n(\text{PR}) =$	Aquele que é <b>excluído e impossibilitado</b> de falar sobre as questões que envolvem a reforma agrária e que, por isso, projeta-se por uma imagem combativa para romper com essa exclusão.
$I_{PR}^n(\text{O}) =$	Aquele que só <b>conhece</b> a reforma agrária pelo ponto de vista do proprietário rural e que, por isso, deve ser transformado.
$I_{PR}^n(\text{ST}) =$	Aquele que <b>domina</b> as questões relacionadas à reforma agrária enquanto referente ao âmbito político.

photography.co

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quadro 12 – Projeções do Proprietário Rural sobre o referente do discurso

**SEM TERRA** —→ **Discurso polêmico:**

O referente do discurso é **polemizado**, há um **confronto** de pontos de vista



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao final desse tópico, avaliamos que os campos discursivos em análise são compostos por sujeitos antagônicos que buscam o consenso sobre suas pautas. Existe uma tendência preponderante ao discurso autoritário por parte do proprietário rural, e polêmico, por parte do sem-terra. Disso resulta uma interação conflituosa constituída por uma fronteira da qual não há o reconhecimento do sem-terra por parte do proprietário rural, pois excluídos como interlocutores legítimos no debate sobre a da reforma agrária. Na próxima seção, com base nos conceitos de acontecimento discursivo e *memória discursiva* (PÊCHEUX [1983] 2015), investigaremos como a reforma agrária provoca sentidos na Nova República.

#### 4.1.2 O acontecimento: a instauração da Nova República e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no Governo José Sarney (1985 a 1989)

Em 10 de outubro de 1985, o presidente José Sarney anuncia o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, cuja meta era assentar 1,4 milhão de famílias até 1989. O discurso proferido pelo Presidente em ato oficial de assinatura, no Palácio do Planalto, previa a execução do Plano a partir de diretrizes intituladas como “dez mandamentos”. Vejamos alguns trechos do referido discurso (SARNEY, 1985. Grifos nossos):

[...] A tomada de consciência e a tentativa de enfrentar o problema também não são novas. José Bonifácio já falava em Reforma Agrária; Joaquim Nabuco compreendeu e disse que **não bastava libertar os escravos, era também necessário dar-lhes terra e educação**. E **foi o insuspeito presidente Castello Branco quem sintetizou a concepção do problema no Século XX, no seu Estatuto da Terra**.

**Minha decisão foi fazer uma Reforma Agrária**, desde os primeiros dias do meu governo. Sei que pagarei imensas incompreensões por ela. Não é fácil ter a coragem de **decidir** assunto de tamanho alcance histórico. Por outro lado, **o homem rural, tão sofrido e explorado, não pode ser mais uma vez espoliado pela utilização da Reforma Agrária** como instrumento político e ideológico. Ela será um **instrumento de justiça social**.

I - Quem **produz** nada tem a temer. **A reforma agrária não violentará de maneira alguma a propriedade.**”

V – **Aplicar o Estatuto da Terra** é respeitar o homem do campo e assegurar a milhões de brasileiros o direito de não sofrer a mais degradante das privações humanas, que é a fome [...];

VI - O direito à propriedade é ameaçado quando o Estado ou indivíduos concentram imensas áreas improdutivas e ainda impedem que outros nela produzam.”

X – **A reforma agrária democratiza a propriedade** tornando-a acessível a milhões de brasileiros. PAZ NA TERRA.

Diante do exposto, entendemos o PNRA como um acontecimento discursivo, *o encontro de uma memória e uma atualidade*, pois, ao ser enunciado, o PNRA faz com que a memória produza sentidos de reforma agrária que estavam inscritos em um discurso mais amplo de mudança social que visava a correção da assimétrica distribuição agrária constituída desde o Brasil Colônia. Quando essa memória se reinscreve na Nova República, a atualidade que ela encontra é a de um período de reestabelecimento da democracia e superação da ditadura. No entanto, esse acontecimento discursivo é também materialização de uma contradição, pois ele, de um lado, reproduz com adaptações uma lei criada no regime antidemocrático, o Estatuto da Terra; de outro, está inscrito em um imaginário democrático de mudança social, como podemos observar no esquema do quadro abaixo, elaborado com base no discurso do Presidente Sarney:

Quadro 13 – Entre a memória e a atualidade



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Diante do exposto, compreendemos que a reforma agrária chega na cena pública da Nova República significando uma distribuição de terras com vistas a corrigir as assimetrias no acesso à terra no Brasil. A partir disso, conforme veremos no decorrer das próximas sessões, o proprietário rural e o sem-terra começam a produzir interpretações sobre o tema, adequando seus discursos para que se mantenham atualizados frente à “novidade” que surge.

## 4.2 O conflito nas formas de nomear os acontecimentos e os sentidos de reforma agrária

Na presente seção, faremos uma análise das formas de nomear os principais acontecimentos em cada *momento corpus* como forma de observar a produção dos sentidos de reforma agrária. Além disso, ao final de cada *momento corpus*, destacamos o que foi ocultado pelos discursos nesses conflitos.

### 4.2.1 1985 a 1989

No período supracitado, o cerne do conflito sobre a reforma agrária concentrava-se na elaboração da Constituição Federal de 1988. Durante a ANC, disputava-se uma interpretação sobre o significado de reforma agrária como distribuição de terras contido no texto constitucional. Avaliaremos os sentidos de reforma agrária que emergem das seguintes formas

de nomear essa disputa: *os limites da reforma agrária*, extraída do discurso do proprietário rural, e *a luta pela reforma agrária*, extraída do discurso do sem-terra.

Nessas expressões, as nmz contidas em *os limites da reforma agrária* e *a luta pela reforma agrária* foram obtidas pela redução das bases verbais *limitar* e *lutar* às formas nominais *limites* e *luta*, que se combinam ao saber de reformar a estrutura agrária imposto pela nmz reforma agrária, conforme visto no capítulo 2. O apagamento da predicação verbal cria relações constitutivas com a reforma agrária entre limites e luta. Em ambas, o elo relacional pode ser erguido numa construção que infere um *dever fazer* que suscita a configuração deôntica que se segue: *A reforma agrária tem que ser limitada*; *A reforma agrária tem que ser pela luta*. Além disso, nas nmz em questão, o *dever fazer* subentendido vem acompanhado do uso do artigo definido em *os limites* e a em *a luta*, conferindo às nmz um caráter mais conceitual e possibilitando a cristalização da ideia de limitar a reforma agrária ou de lutar por ela.

A partir de agora, analisaremos cada uma dessas nmz separadamente, a fim de observar como elas são capazes de produzir sentidos sobre a reforma agrária. Começaremos pela nmz contida na expressão *os limites da reforma agrária*, a partir dos excertos extraídos do discurso do proprietário rural:

15PR Quais **os limites da reforma agrária** num país de economia capitalista? E esse problema diz muito respeito ao **problema da fixação** de uma **limitação no tamanho da propriedade**. Quem se sentirá seguro num país em que haja uma **limitação no tamanho da propriedade**? (MENEZES, 1987).

16PR (...) estabelecendo-se **limite ao tamanho da propriedade**, estabelece-se o **limite ao crescimento da produção agrícola** no Brasil. (MENEZES, 1987).

A pergunta que inicia o primeiro excerto pressupõe uma correlação entre *país de economia capitalista* com um *dever fazer* de limitar a reforma agrária, que podemos compreender como *a reforma agrária tem que ser limitada em um país capitalista*. A nmz inserida na pergunta (15PR) possibilita que o dito não se abra a questionamentos sobre se deve ou não haver limites para a reforma agrária. O discurso apenas direciona para a pergunta sobre quais seriam esses limites.

A sequência da pergunta do primeiro excerto não culmina em uma resposta literal, mas em pistas diretivas do sentido do discurso. Essas pistas são compostas por mais duas nmz contidas em: *problema da fixação e limitação no tamanho da propriedade*. Ao articular as formas nominais do verbo fixar e limitar tem-se uma *reinterpretação globalizante* do significado de reforma agrária como política de distribuição de terras, como consta no texto constitucional.

O proprietário rural reorienta os sentidos de reforma agrária como distribuição de terras, para defender como legítima a concentração de terras no Brasil. Na nmz contida na expressão *uma limitação no tamanho da propriedade* funde-se *limitar* com *tamanho de propriedade* e, assim, constrói-se um novo saber, podendo ser compreendido como uma restrição ao tamanho da propriedade. No entanto, esse novo saber emerge como algo questionável, pois ele é introduzido pelo artigo indefinido *uma*.

Isso faz com que a nmz não produza uma verdade óbvia, mas um questionamento sobre o conceito lançado. Desse modo, sobre a nmz contida na expressão *uma limitação no tamanho da propriedade* recai uma certa desconfiança quanto à legitimidade do saber que a nmz introduz. A articulação dessa nmz com *o problema da fixação* fragiliza ainda mais o saber instalado, por qualificá-lo como *problema da fixação*. Este sim um saber aceito, pois acompanha o artigo definido *o*, que confere a certeza de que a *fixação* é um problema.

O discurso não permite duvidar que fixar o limite no tamanho da propriedade é um problema, pois a palavra *fixação* conectada a *problema* contribui para construir um sentido que remete à rigidez e à estagnação, que, no excerto seguinte (16PR), é apresentado como *limite ao crescimento da produção agrícola*. O *limite ao crescimento da produção agrícola* é a forma reduzida de *O crescimento da produção agrícola é limitado*. O elo entre *crescimento* e *limite* encaminha também um sentido de que não se deve limitar a propriedade. Em outras palavras, não se deve dividir a terra, pois infere-se que o crescimento da produção agrícola não é algo que deve ser limitado.

Considerando o discutido, o discurso funciona legitimando a concentração de terras e desqualificando a distribuição das mesmas pela reclassificação desses processos. A concentração é legitimada como forma de realizar *o crescimento da produção agrícola*; no sentido inverso, a distribuição é desqualificada, pois limitaria e, com isso, impediria esse mesmo crescimento.

Assim, o discurso do proprietário rural encaminha a reforma agrária para um outro sentido, diferente daquele no qual ela se legitimou socialmente na reabertura democrática, a saber: a política de distribuição de terras. A reforma agrária como distribuição de terras é ressignificada pela recusa ao sentido de redistribuição, desqualificado como nocivo a um dado crescimento da produção agrícola.

Além disso, a concentração de terras deixa de significar algo prejudicial para remeter a algo favorável ao crescimento da produção agrícola. Podemos dizer que *reforma agrária* e *concentração de terras* são conceitos ressignificados ao ganharem outros sentidos dentro do discurso do proprietário rural. Um processo que se daria em função do crescimento da produção

agrícola, que tanto desqualifica a distribuição de terras quanto legitima a concentração de terras. Resta perguntar pelas marcas enunciativas contidas no conceito construído como *crescimento da produção agrícola*, que estão apagadas e impedem que se saiba mais sobre esse conceito: o que está sendo produzido? Quem está produzindo? E para quem está produzindo? Passaremos à análise de como a *nmz a luta pela reforma agrária* produz sentidos sobre a reforma agrária com base nos excertos a seguir:

14ST **A luta pela reforma agrária** ficou mais difícil (JST, 1987)

15ST a nova Constituição será um retrocesso na questão da reforma agrária. (...) Como se, assim, acabassem com os problemas do campo, deixassem de existir **os sem terra e os imensos latifúndios improdutivos**. É uma **lei desmoralizada, MORTA!** (JST, 1987)

Os excertos supracitados apresentam o descontentamento do sem-terra frente ao texto constitucional sobre a reforma agrária. Essa insatisfação pode ser interpretada como a não contemplação, na Constituição, do sentido de reforma agrária construído pelos sem-terra. Diante da recusa do sem-terra ao significado dado à reforma agrária na Constituição, esse discurso almeja fazer com que sua voz se faça ouvir. Para isso, ele vai marcar a diferença entre a reforma agrária da Constituinte e a *sua* reforma agrária, confrontando o significado de reforma agrária trazido no texto constitucional pela forma de nomear a lei como desmoralizada (15 ST).

Analisando *lei desmoralizada*, observamos que ela produz um efeito de sentido de descaracterização da lei constitucional que, apesar disso, só pode ser construído pela admissão prévia de que o texto constitucional materializa a ideia de democracia. O sem-terra tenta desconstruí-la como forma de romper com a legitimidade que esse instrumento garante a uma reforma agrária cujo significado é recusado pelo sem-terra. Isso ocorre pela própria forma polêmica desse discurso, buscando confrontar perspectivas contrárias à sua. Nesse sentido, *a luta pela reforma agrária* é a forma polêmica encontrada para denunciar a não contemplação dos significados de reforma agrária preconizados pelo sem-terra no texto constitucional.

No excerto 15 ST, textualiza-se como problemática a relação de desigualdade de acesso à terra, marcada na contraposição entre *sem-terra* e *imensos latifúndios improdutivos*. *Problemas do campo* está atrelado à existência de *sem terras* e *imensos latifúndios improdutivos*, de modo que essa própria existência se refere à concentração de terras. Uma produção de sentido que faz com que a luta pela reforma agrária seja, também, a luta para resolver os problemas do campo e a luta para desconcentrar a terra.

Dito isso, o discurso funciona produzindo o sentido de reforma agrária como sendo

desconcentração de terra. É pela *nmz luta pela reforma agrária* que o sem-terra torna *visível o irrealizado* – no sentido de Pêcheux ([1982] 1991) – da reforma agrária nos dizeres positivados na Constituição Federal de 1988, com foco na busca pela desconcentração da terra. A *luta pela reforma agrária* é o modo pelo qual o sem-terra penetra no jurídico para desviar o sentido de reforma agrária, impondo os seus.

Conforme Dahlet (2015), as *nmz* atuam produzindo o incontestável, decidindo previamente o que deve ou não ser dito, de modo que, quando ela surge, todas as decisões já teriam sido supostamente tomadas. Sendo assim, trazemos uma reflexão sobre o que foi ocultado e porque no conflito do período em análise disputava-se um *dever fazer* como pressuposto ao significado de reforma agrária como distribuição de terras contido no texto constitucional.

De modo geral, o proprietário ocultava sua recusa em fazer uma reforma agrária que desconcentrasse a terra. Por isso, pressupunha um *dever fazer* de limitar a reforma agrária, pois essa proposta desfavorecia o modelo capitalista de produção agrícola com base no monocultivo em grandes extensões de terra. O sem-terra, por sua vez, ocultava seu descontentamento diante de uma carta constitucional que preservou, em parte, a concentração da terra ao restringir o alcance da reforma agrária à propriedade produtividade. Ocultar seu descontentamento é recusar esse sentido, transgredindo o dito, impondo a reforma agrária como desconcentração de terra. Por isso, pressupunha um *dever fazer* de lutar pela reforma agrária.

#### **4.2.2 1990 a 1999**

Na década de 1990, o conflito sobre a reforma agrária concentrava-se na disputa pela melhor interpretação sobre o aprofundamento no modelo de produção agrícola capitalista pelo qual o Brasil passava nesse período. O modelo em questão caracterizava-se pelo monocultivo em grandes extensões de terra e alta mecanização, sendo apresentado pelo *discurso autoritário* do proprietário rural como único modelo existente e *polemizado* pelo sem-terra como escolha indevida dentre outras possíveis; inclusive, confrontando-o com o modelo de produção socialista, pautado no cooperativismo, defendido por esse grupo.

Avaliaremos os sentidos de reforma agrária que emergem nessa disputa a partir da análise das seguintes formas de nomear: *questão agrária*, extraída do discurso do sem-terra, e *evolução produtiva* contida na expressão *evolução produtiva do meio rural*, extraída do discurso do proprietário rural. Começemos por *questão agrária*, a partir dos excertos extraídos do discurso do sem-terra:

16ST diz se que um país está **entrevado** por uma “**questão agrária**” quando a **trama das relações econômicas, sociais, culturais e políticas** no meio rural produz uma **dinâmica perversa** que **bloqueia** tanto o **esforço para aumentar a produtividade**, como as **tentativas de melhorar o nível de vida da população rural** e sua **participação ativa no processo político democrático** (SAMPAIO, 1997).

17ST Ao lado dessas empresas modernas há, na região, milhões de unidades de produção familiares, estabelecidas, algumas, há cem, outras a 150 anos, por imigrantes italianos, alemães e poloneses. O predomínio da **agroindústria** gerou **relações econômicas, sociais, culturais e de poder político** que estão **asfixiando** essa **agricultura familiar**. O empobrecimento dessa parte da população rural provocou a emigração de milhões dessas famílias para outras regiões, originando-se daí violentos conflitos de terra. Como negar, diante dessa realidade, a existência da **questão agrária?** (SAMPAIO, 1997).

No excerto 16 ST, as expressões em torno de *questão agrária* são dotadas de generalidade e de recursos avaliativos, como podemos observar pelas palavras ou expressões “entrevado”, “trama”, “dinâmica perversa que bloqueia” e “problema”. Elas conduzem a um efeito de sentido pejorativo sobre a *questão agrária* em relação aos fatores socioeconômicos e políticos. Em *questão agrária* não é possível saber quem são os agentes e as causas dessa questão agrária, mas é possível inferir que ela remete a algo problemático.

No excerto 16 ST, a *questão agrária* é relacionada à expressão *a trama das relações econômicas, sociais, culturais e de poder político*, que mantém obscurecidas as marcas enunciativas sobre os participantes dessa trama; mas que, ao ser lida em conjunto com o excerto 17 ST, propicia a identificação do agente (aquele que gera a trama) como sendo a *agroindústria* e o paciente (aquele que está sendo asfixiado pela trama) como a *agricultura familiar*.

Os agentes e pacientes não são identificados de forma personalista, mas, sim, pela ação que executam, como no excerto 17 ST, em que *empresas modernas* aparece ao invés de *empresários modernos*; *milhões de unidades de produção familiar* surge no lugar de *produtores familiares*; *agricultura familiar* surge em substituição a *agricultores familiares*. A despersonalização e a forma contraposta com que são enunciadas essas nomeações destacam o antagonismo dos modelos de produção agrícola.

A existência de dois modelos de produção descritos como agricultura familiar e agroindústria é um dos implícitos contidos em *questão agrária*. Conforme o excerto 17 ST, a desigualdade entre eles causa o empobrecimento da população rural que vive da agricultura familiar, que tem como consequência a emigração seguida dos violentos conflitos de terra. O que no ponto de vista do sem-terra é uma realidade que torna inegável a questão agrária, como podemos depreender do questionamento que finaliza o excerto.

A realidade que o discurso constrói pela síntese desse complexo de relações encontra-

se condensada em *questão agrária*, que argumenta sobre o aprofundamento do modelo capitalista de agricultura sem aparentar que assim o faz. No entanto, pelo fragmento do excerto 17 ST, *Como negar, diante dessa realidade, a existência da questão agrária?*, podemos refletir sobre o porquê do surgimento de um questionamento como esse, responsável por reforçar, de modo irônico, a incontestável *questão agrária*?

Podemos pensar essa questão a partir da projeção de imagens do discurso do sem-terra, conforme vimos na página 99. A imagem que o sem-terra faz de si, como sendo excluído e impossibilitado de falar sobre a reforma agrária, reestabelece o sentido do fragmento em questão. Ao julgar sua fala interdita, considera necessário intervir nessa interdição e denunciar o “óbvio”. Uma vez não encontrando identificação no espaço constitucional que tenta estabilizar a reforma agrária, a obviedade marginal se transforma em obviedade polêmica, confrontando os dizeres de reforma agrária trazidos pela CF/88 e possibilitando indagar se fez ou não se fez a reforma agrária.

Se, por um lado, o discurso político estabiliza o significado de reforma agrária, mediante uma lógica composta de argumentos trazidos no texto constitucional, por outro, o sem-terra desestabiliza esses argumentos ao condicionar a reforma agrária à obviedade polêmica implícita em *questão agrária*. A identificação que o discurso político tentou produzir pela lógica jurídica viabilizando a expressão objetiva: *Sim, fez-se a reforma agrária, é óbvio!* é confrontada pela polêmica que o sem-terra instaura, resistindo a essa identificação. Uma desconstrução da lógica jurídica que enfraquece suas evidências por onde já não se pode mais afirmar que se fez a reforma agrária, caso não se resolva a questão agrária.

A forma de nomear os efeitos do modelo de agricultura capitalista constrói um novo modo de se olhar para esse modelo, tornando indissociável a relação entre esse modelo e suas consequências, assim como pressupondo que, enquanto ele existir, haverá um problema, uma questão a ser resolvida.

Os sentidos de reforma agrária deslizam de desconcentração de terras para uma finalidade maior, visando combater, mais do que nunca, o modelo capitalista de agricultura. Sendo a questão agrária um impeditivo à realização da reforma agrária, podemos dizer que a reforma agrária fica condicionada ao fortalecimento de um novo modelo agrícola, o da agricultura familiar; nomeado como tal por esse discurso, mas cuja dependência da reforma agrária nos faz questionar se não seria a reforma agrária o próprio modelo de produção baseado na agricultura familiar. O sentido de reforma agrária como sendo esse modelo de produção familiar começa a fazer fronteira ao modelo capitalista. Por isso, a reforma agrária, ao se opor à questão agrária, também se opõe ao modelo de produção que ela mesmo antagoniza. Vejamos

agora como *evolução produtiva* produz sentidos sobre a reforma agrária:

17PR Os **proprietários** são atendidos nos seus **interesses econômicos de participação na evolução produtiva do meio rural**, e resguardados, de maneira equilibrada, seus direitos fundiários. **Os lavradores**, tanto os **de baixa renda** como os profissionalizados, também serão atendidos conforme suas **necessidades** e nível de habilitação (CASTRO, 1997).

18PR Sabemos que a grande maioria são constituída por **indivíduos de baixíssima capacitação para uma atividade produtiva comercial**. São **pessoas**, infelizmente, **desprovidas do mínimo de habilitação para exercer uma agricultura lucrativa** num regime de trocas altamente competitivo como é, em geral, o dos mercados agrícolas (CASTRO, 1997).

Na nmz *evolução produtiva*, o complemento *produtiva* determina *evolução* e pressupõe como existente a relação expressa nessa nmz. No excerto 17 PR, o fragmento *a evolução produtiva do meio rural* trata-se de um modo de *reinterpretação globalizante* dado ao aprofundamento no modelo de agricultura capitalista. É uma reinterpretação, pois *evolução produtiva* é uma nova entidade construída para referenciar o modelo de produção capitalista, que deixa de ser classificado como modelo agrícola para ser classificado como evolução produtiva, o que permite explicar as relações de causa e efeito apagadas na nmz por meio de uma explicação naturalizante. Reclassificar esse modelo como *evolução produtiva* é permitir que ele seja visto não como um modelo dentre outros, mas como um processo de mutação natural do qual não se pode escapar.

Essa impossibilidade de abdicação do modelo de produção capitalista é construída também nas formas de nomear o próprio modelo, são elas: *atividade produtiva comercial* e *agricultura lucrativa*, conforme excerto 18 PR. Em ambas as formas de nomear *produtiva*, *comercial* e *lucrativa* compõem com *atividade* e *produtiva*, respectivamente, uma relação necessária de difícil refutação. Nessas duas formas o artigo indefinido *uma* produz impressão sobre aquilo em que se fala.

Caso as formas de nomear fossem unidas por um artigo definido, conferindo-lhes um estágio mais conceitual para o saber por elas instalado, seria possível que antagonismos ocultados por elas pudessem surgir por inferência. Se essas formas de nomear passassem a ser precedidas pelo artigo definido *a*, tanto a correlação entre *indivíduos de baixíssima capacitação para a atividade produtiva comercial* quanto a correlação entre *pessoas desprovidas do mínimo de habilitação para exercer a agricultura lucrativa* seria afetada, podendo produzir a pressuposição de que somente a atividade produtiva comercial e a agricultura lucrativa é o que desqualifica o sem-terra. Sendo assim, seria possível pressupor a existência de outros e subentender que, para esses outros modelos, os sem-terra estariam aptos.

Tal efeito de sentido não interessa a esse discurso. Logo, o artigo indefinido é capaz de garantir uma vaga determinação que cria uma falsa permissão sobre se pensar em outros modelos. Essa autorização é falsa, pois só é possível pensar na existência de supostos outros modelos de agricultura capitalistas, já que os mesmos estariam condicionados à produtividade *comercial* ou pela *lucratividade*. Ademais, a submissão a esse modelo possibilita a desqualificação do sem-terra e a qualificação do proprietário rural, além de nortear os lugares que cada um deles ocupa dentro da reforma agrária.

Sobre esse aspecto, observamos a desqualificação dos sem-terra no excerto 18 PR em *indivíduos de baixa capacitação para uma atividade produtiva comercial e pessoas desprovidas do mínimo de habilitação para exercer uma agricultura lucrativa*. A desqualificação do sem-terra aqui se dá em função de uma não aptidão, seja para ingressar em uma atividade produtiva comercial, seja para exercer uma agricultura lucrativa.

Embora não haja explicitações sobre o que produz tal avaliação sobre os sem-terra, a análise do jogo de imagens (esquema de imagens), apresentada na seção anterior, permitiu observar que o *discurso autoritário* do proprietário rural já trabalha com a projeção de desqualificação e rejeição em relação ao sem-terra, conforme demonstrado na página 96. Assim, o discurso permite apenas constatar que a esses *lavradores de baixa renda* resta o atendimento de necessidades, conforme excerto 17 PR, visto que estão excluídos da participação nesse modelo.

No caso dos proprietários, conforme esse mesmo excerto, esses sim são descritos como aptos a participar desse modelo, na medida em que possuem *interesses econômicos*. Sobre esse aspecto, observamos que, enquanto para os *proprietários* nomeia-se como *interesses econômicos* e *direitos fundiários* a existência de uma prerrogativa a ser atendida, para os *lavradores de baixa renda*, a prerrogativa a ser atendida é nomeada como *necessidades*. Podemos questionar sobre essa distinção, que faz com que uns tenham direitos fundiários e interesses econômicos a ser atendidos, enquanto outros possuem apenas *necessidades*. Apoiados nas reflexões de Chauí (2017) sobre o conceito de direito, podemos traçar as seguintes elaborações: quais seriam as *necessidades* dos que não tem *direitos*? E quais seriam os *direitos* dos que não tem *necessidades*?

Um direito, ao ser satisfeito, pode implicar o gozo de uma necessidade, do mesmo modo que a existência de uma necessidade pode implicar uma não satisfação de um direito. Nesse viés, a diferença entre *proprietários* e *lavradores de baixa renda* consiste no fato de que os primeiros já não possuem mais necessidades, pois a terra enquanto direito já lhes foi garantida, como se observa na expressão *direitos fundiários*, que correlaciona como necessária

a existência de direitos fundiários para os proprietários.

Já *os lavradores de baixa renda*, esses sim precisam ter suas necessidades atendidas, pois o direito lhes falta. Desse modo, estarão sempre na qualidade de necessitados, uma vez que não são vistos como portadores de direitos; no caso específico, o direito à terra. E é por isso que *lavradores de baixa renda* ou sem terras não deverão integrar um modelo de agricultura capitalista, haja vista que não possuem a terra que seria o passaporte para a entrada nesse modelo. Nesse contexto, a reforma agrária não fornecerá esse passe, dado que, nesse discurso, ela significa uma política assistencialista que não visa garantir o direito à terra aos que não tem terra. Para ela, eles não são vistos como portadores de direitos, mas de necessidades.

Continuando nossas reflexões acerca do que foi ocultado e por quê. Traremos, agora, considerações do período em questão onde disputava-se uma *reinterpretação globalizante* acerca do aprofundamento sobre a adesão ao modelo capitalista de agricultura.

De modo geral, o proprietário oculta a imposição do modelo capitalista dentre outros possíveis modelos para a política agrícola nacional. *Evolução produtiva* reclassifica essa imposição como um acontecimento natural do qual não se pode recusar. Isso ocorre porque um dos seus efeitos colaterais implica no aumento da desigualdade social e esvaziamento do contingente populacional do campo, devido à falta de trabalho e terras para o cultivo.

O sem-terra oculta essa imposição e os incentivos a ela dados pelo Estado, encarregando-se de apresentar outro modelo de agricultura, no caso, a agricultura familiar. Esquece-se, com isso, de que o modelo de agricultura capitalista foi uma imposição, como forma de recusa e protesto, dando-lhe uma nova direção, a partir de *Questão agrária*, que denuncia os efeitos do modelo capitalista de agricultura.

#### **4.2.3 2000 a 2009**

No início dos anos 2000, o conflito sobre a reforma agrária estava mais concentrado na modificação dos índices de que informam o conceito de produtividade, os chamados índices de produtividade. Os *índices de produtividade* correspondem a meios de aferir a produtividade de uma propriedade. Em 1993, a Lei 8.629, que regulamentou o dispositivo constitucional sobre a reforma agrária, previu que os índices de produtividade deveriam ser ajustados periodicamente para acompanhar as mudanças científicas e tecnológicas da agricultura. Ocorre que, na prática, isso nunca aconteceu e os valores dos índices mantiveram-se os mesmos desde 1975. A manifestação de interesse do Governo Lula em alterá-los, que não passou de uma manifestação, fez com que esse debate se acirrasse nesse período.

A *reinterpretação globalizante* do ajuste dos índices de produtividade como *criação artificial de latifúndios*, no discurso do proprietário rural, ou como *atualização dos índices de produtividade*, no discurso do sem-terra, não permite questionar as verdades apresentadas, pois elas são colocadas já como evidências. Ambas são construídas a partir de um “já dito” que orienta a leitura e do qual não se pode questionar.

No caso das nmz combinadas na expressão *a criação artificial de latifúndios improdutivos*, o já dito que está implícito remete à desqualificação do discurso do sem-terra, pois a nomeação *latifúndio* não é muito utilizada no discurso do proprietário rural; usa-se mais no discurso do sem-terra, como forma de denunciar a existência de grandes propriedades de terras nas mãos de um único dono, como veremos na próxima seção. Na forma de nomear em questão, o uso de *latifúndio improdutivo* condensado com *criação artificial* lança dúvidas sobre a visão dos sem-terra a respeito da existência de grandes extensões de terras em propriedade de poucos donos, desqualificando sua denúncia.

Já em *atualização dos índices de produtividade*, a nmz *atualização* pode inferir o pressuposto polêmico de que os índices estão desatualizados, um já dito que vem reafirmar a denúncia do sem-terra sobre a existência de terras a serem divididas. Abaixo, analisaremos as nmz *criação artificial de latifúndios improdutivos* e *atualização dos índices de produtividade* como forma de observar os sentidos construídos sobre a reforma agrária. Para isso, começaremos pela análise dos excertos extraídos do discurso do proprietário rural:

19PR Uma das razões disso consiste em que, **sob os atuais índices de produtividade**, não existem mais “**latifúndios improdutivos**” no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste do Brasil senão marginalmente. Ora, são essas regiões o foco das ações do MST. No Norte a questão é de regularização fundiária e no Nordeste há ainda algumas regiões que se situam abaixo dos índices atuais de produtividade. Trata-se, portanto, de uma **criação artificial de latifúndios improdutivos** (PRUNES, 2000).

20PR O País **não tem mais nenhum passivo histórico**, na medida em que **as transformações do campo** brasileiro produziram uma agricultura e uma pecuária competitivas, capazes de enfrentar outras empresas num contexto global de concorrência acirrada (PRUNES, 2000).

21PR O País **não tem um passivo fundiário** propriamente dito, mas um **passivo social**, que deve ser resolvido com trabalho, renda, emprego e investimentos, tanto no campo quanto nas cidades (PRUNES, 2000).

Na exposição de seu ponto de vista sobre a questão, o proprietário rural avalia os índices de produtividade como *uma criação artificial de latifúndios improdutivos* (19 PR). O procedimento de *reinterpretação globalizante* é composto pela combinação de duas nmz, a saber: *criação artificial* e *latifúndios improdutivos*. Juntas, essas nmz constroem uma entidade referencial que apresenta como necessária tanto a relação existente entre *criação* e *artificial* e

*latifúndios e improditivos* quanto a relação entre *criação artificial e latifúndio improditivo*. Uma correlação que produz a inexistência de latifúndio improditivo. Isso só se torna possível ao pressupor que *O latifúndio improditivo é criado artificialmente* pode subentender que *o latifúndio improditivo é artificial* e, portanto, que ele não existe, pois fabricado artificialmente.

Além de negar a existência de latifúndios improditivos, o uso das aspas para mencionar *latifúndio improditivo*, no excerto 19 PR, confirma a estranheza para esse discurso no uso dessa expressão, uma vez que ela não corresponde a essa perspectiva, mas, sim, à perspectiva do sem-terra. Nega-se, então, não só o *latifúndio improditivo*, mas também a existência de um *passivo histórico e passivo fundiário*, conforme excertos 20 e 21 PR.

As sentenças *nenhum passivo histórico e não tem um passivo fundiário* pressupõem a existência de uma relação necessária tanto entre passivo e histórico quanto entre passivo e fundiário. Em ambas, há a fixação de um sentido já lá, dito em outro lugar. Um dito que remete a uma dívida histórica e fundiária que envolve agentes e pacientes, bem como às causas e as consequências da desigualdade social do país.

No entanto, esse sentido já lá é acompanhado das formas indefinidas *nenhum e um*, respectivamente. Esse acompanhamento pressupõe uma certa desconfiança com o saber instalado que corresponde à existência dessa dívida histórica e fundiária. Isso ocorre porque esse saber não pertence a esse discurso; ao contrário, ele pertence ao discurso sem-terra e surge como posição enunciativa para ser desqualificado. Uma desqualificação precedida da recusa dele. Tais considerações confirmam o *discurso autoritário* do proprietário rural, que rejeita o ponto de vista do sem-terra. Além disso, o atravessamento do discurso capitalista e meritocrático transfere as consequências do sistema capitalista para a existência de *um passivo social*, conforme o excerto 21 PR.

A forma *passivo social* também é acompanhada do artigo indefinido, o que, como vimos, estabelece um não comprometimento com o saber mencionado. Ainda que o discurso traga a desconfiança quanto a esse dito, que poderia ser interpretada como um questionamento da existência de uma dívida, ele não o refuta. Há uma certa aceitação. Essa aceitação contribui para preencher o esvaziamento das causas e consequências dos problemas sociais brasileiros deixados pela negação das questões fundiárias históricas. *Passivo social*, ainda que possa ter sua origem em um problema fundiário e histórico, permite apresentar uma explicação para os problemas sociais do país que não prejudique o funcionamento desse discurso.

Contribui, ainda, para a explicação desses problemas, bem como para o preenchimento das relações de causa e consequência deixadas vazias pela negação do passivo fundiário e social, ancorada na naturalização das relações sociohistóricas do Brasil através da nmz

*transformações* contida no fragmento do excerto 20 PR: *as transformações do campo brasileiro*.

A nmz contida em *as transformações do campo brasileiro* é usada como agente de produção de uma agricultura e uma pecuária competitivas. Designa a adesão inevitável à agricultura e pecuária de modelo capitalista. Nesse tipo de procedimento, responsável por garantir naturalidade ao discurso, dificulta-se restaurar as relações de causa e consequências dessa escolha, apenas conforma-se com a impossibilidade de se escapar a de tais transformações.

Diante da negação do discurso do proprietário rural sobre a existência do *latifúndio improdutivo*, do *passivo histórico* e do *passivo fundiário*, quais sentidos restariam nesse discurso para a reforma agrária? Vimos que nos anos 1990, a reforma agrária consistia, para esse sujeito, em uma política assistencialista. Vemos agora que as negativas dadas fazem com que a reforma agrária perca o sentido enquanto política assistencialista, pois, não havendo *latifúndios* a serem distribuídos e não havendo *passivos* a serem acertados, a reforma agrária deixa de ser eficaz enquanto política de assistência. Para esse discurso, os problemas sociais exigem soluções ligadas ao aumento da oferta de trabalho, conforme o excerto 21 PR.

Desse modo, a reforma agrária como política assistencialista sofre uma *ressignificação* nesse discurso. Se, na década de 1990, o proprietário rural construiu esse sentido como legítimo para a reforma agrária, no período em estudo, ele o recusa. Essa recusa pode ter relação com o avanço do processo de criminalização do sem-terra, uma vez que, na década passada, os sem-terra foram desqualificados nesse discurso por sua suposta inaptidão para exercer a agricultura capitalista. A partir dos anos 2000, com o avanço do processo de criminalização do sem-terra, a desqualificação passa a ser em função do enquadramento dado ao sem-terra como criminoso.

Se, em determinado momento, esse discurso adotou a reforma agrária como mecanismo de assistência aos excluídos do modelo de agricultura capitalista, no período em análise, esse sentido é esvaziado, pois não se trata mais o sem-terra como *inaptos* a participar desse modelo, mas como *criminosos*. Passemos agora à nmz *atualização dos índices de produtividade*, proveniente do discurso do sem-terra, mediante os excertos a seguir:

19ST Ocupações de terras e protestos em prédios públicos, além das marchas e acampamentos, orientaram e pautaram na sociedade **a luta dos camponeses no enfrentamento ao latifúndio e as cobranças ao Estado por medidas para a desconcentração da terra** (JST, 2000).

20ST **A atualização dos índices de produtividade**, outro **ponto central da marcha de 2005**, por exemplo, foi garantida pelo presidente durante o encontro que teve com os sem-terra na ocasião. Mais de 200 semanas depois, o Brasil ainda convive com

índices de produtividade de trinta anos atrás (JST, 2000).

21ST Acredito, no geral, que há **um apoio à Reforma Agrária bastante grande na sociedade brasileira** e o debate veio à tona porque veiculamos **essa bandeira à luta pelo emprego**, em conjunto com os movimentos sociais (JST, 2000).

A homogeneização dos termos *atualização* e *índices de produtividade* deixa subentendido o pressuposto de que os índices de produtividade estão desatualizados, encobrindo os antagonismos sobre o ajuste dos índices de produtividade que não interpretam a questão dessa forma. O *dever fazer*, os índices de produtividade devem ser atualizados. O vínculo relacional existente entre os termos auxilia nessa ocultação e fortalece o efeito de evidência do dito. Além disso, o excerto 20 ST apresenta essa nmz como *ponto central da marcha de 2005*, o que fortalece ainda mais a obviedade do dito ao vincular o *dever fazer* a uma reivindicação expressa pela nomeação *marcha*.

A *marcha* pode ser caracterizada como uma ação coletiva usada pelo sem-terra no exercício de seu ativismo público. O objetivo esperado de uma marcha é pressionar as autoridades para a obtenção de determinados objetivos. Nesse tocante, a nmz *atualização dos índices de produtividade* passa a figurar como um objetivo a ser alcançado pelo sem-terra, o que fortalece a consolidação do saber instalado na nmz. Assim como essa, no excerto 19 ST, outras nmz compõem a pauta das marchas do sem-terra e vão produzindo os saberes desse discurso. Elas estão contidas nas seguintes sentenças: *a luta dos camponeses no enfrentamento ao latifúndio* e *as cobranças ao Estado por medidas para a desconcentração da terra*.

Analisando o fragmento *a luta dos camponeses no enfrentamento ao latifúndio* temos a unificação de duas nmz, são elas: *luta dos camponeses* e *enfrentamento ao latifúndio*. Os processos verbais reduzidos em *os camponeses lutam* e *o latifúndio é enfrentado* ou, de modo condensado, *o latifúndio é enfrentado pela luta dos camponeses*, exibem as respectivas formas de nomear os sem-terra e a terra como *camponeses* e *latifúndio*. Isso permite orientar o sentido já lá, retomado pela memória do campesinato brasileiro da década de 1950. Momento esse em que a nomeação *latifúndio* passa a consistir em exploração e opressão, conforme visto no capítulo I, na página 29.

No excerto 19 ST, remete-se ao ativismo público do MST, compreendido como sendo *ocupações de terras e protestos em prédios públicos, além das marchas e acampamentos*, a orientação dessa luta e, também, das *cobranças ao Estado por medidas para a desconcentração da terra*. Essa última sentença é composta por uma série de nmz, nas quais infere-se que o vínculo relacional esteja afetado por um dever-fazer, que pode ser compreendido como: *o Estado tem que ser cobrado, o Estado tem que desconcentrar a terra, a terra tem que ser*

*desconcentrada* e, por fim, o pressuposto polêmico de que *a terra é concentrada*. Nesse processo, usa-se a nmç *cobranças* para se referir ao suposto dever-fazer do Estado de desconcentrar a terra, o que corrobora a forma polêmica desse discurso.

No excerto 21 ST, a nmz contida na sentença *um apoio à reforma agrária bastante grande na sociedade brasileira*, cuja forma verbal pode ser reconstruída como *a sociedade brasileira apoia a reforma agrária*, é acompanhada pelo pronome indefinido *um*, o que parece demonstrar menor comprometimento com o saber instalado pela nmz. No caso, o apoio à reforma agrária por parte da sociedade. Esse sentido é reforçado pelo termo *no geral*, que antecede a nmz. Por ele, enuncia-se que a reforma agrária tem apoio em um contexto geral, mas não se pode precisar se esse apoio atinge o contexto específico de reforma agrária enquanto política de distribuição de terras, significado atribuído a ela por esse discurso. Além disso, ainda nesse excerto, atribui-se esse *apoio* à associação da reforma agrária ao saber nominalizado em *luta pelo emprego*.

A análise do excerto 21 ST permite refletir sobre a perda de popularidade do MST nos anos 2000, conforme vimos no capítulo I. O MST perde popularidade perante a sociedade brasileira e isso repercute nos sentidos por ele construídos em relação à reforma agrária. Acompanhando tais mudanças, a reforma agrária passa por um processo de construção de sentidos mais amplos, expandidos para o contexto urbano e confrontando os grupos dominantes em uma pauta ampla de resistência que abarca questões de outros grupos minoritários como forma de se manter atualizada.

Ainda sobre nossas reflexões acerca do que foi ocultado e por quê, apresentaremos, agora, as considerações do período compreendido entre 2000 e 2009, no qual disputava-se uma *reinterpretação globalizante* acerca da possibilidade de se modificar os índices de produtividade. De modo geral, o proprietário rural oculta sua recusa em redistribuir a propriedade produtiva, pois os índices de produtividade questionam, justamente, essa produção. *Criação artificial de latifúndios* direciona o conflito, retirando do campo do jurídico – de onde se prevê a modificação periódica desses índices – e conduzindo para o político, como forma de criticar o posicionamento do governo vigente, que resolve cumprir uma lei nunca cumprida; já que os índices não são modificados desde 1975.

O sem-terra oculta que esse debate não é só jurídico, mas envolve uma decisão política em se modificar os índices e, mais que isso, em se desconcentrar a propriedade produtiva (?). Por isso, reinterpreta a questão como *atualização dos índices de produtividade* como forma de pressupor que eles estão desatualizados e impedir o que está ocultado se manifeste.

#### 4.2.4 2010 a 2019

Neste período, o conflito envolvendo a reforma agrária se dava em meio a uma polarização política cada vez mais acirrada e a um discurso político que a significava como política de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Avaliaremos os sentidos de reforma agrária contidos nessa disputa a partir da análise das formas de nomear os assentamentos rurais como: *favelas rurais*, extraída do discurso do proprietário rural, e *assentamentos agroecológicos*, extraída do discurso do sem-terra. As duas produzem “verdades óbvias” a partir de sua perspectiva sobre os assentamentos rurais da reforma agrária.

A seguir, observaremos como cada uma dessas formas produz sentidos sobre a reforma agrária. Iniciando por *favelas rurais*, a partir dos excertos extraídos do discurso do proprietário rural:

22PR Já são sobremaneira conhecidos os assentamentos que se tornaram **favelas rurais**, o que chegou a ser reconhecido pela própria presidente da República.

23PR Assentados deveriam, no imediato, se tornar **agricultores familiares** ou **pequenos agricultores, emancipados**, com seus respectivos títulos de propriedade. **Cidadãos autônomos no pleno uso de suas responsabilidades**. Não podem mais ficar indefinidamente tutelados, **confinados a uma política de tipo assistencialista**.

24PR Aos assentados da reforma agrária devem lhes ser fornecidas as condições para que possam gerar renda por si mesmos, consoante com **os mecanismos de uma economia de mercado**.

Em *favelas rurais* (22 PR) utiliza o procedimento de *reinterpretação globalizante*. Os assentamentos rurais são reclassificados como *favelas rurais*. A junção desses dois objetos, anteriormente dissociados, constrói uma entidade referencial nova que reorganiza os sentidos sobre os assentamentos rurais. As favelas, em um contexto urbano, podem ser entendidas como uma área de habitações precárias e que crescem à margem de políticas urbanísticas. Os assentamentos, como parte da política de reforma agrária, ao serem nomeados como favelas, proporcionam um efeito de sentido de desqualificação da reforma agrária, atribuindo a ela o surgimento de espaços rurais tão precarizados a ponto de poderem ser chamados de favelas rurais.

A relação de causa e consequência que conduziu à mudança de assentamentos para favelas rurais é deixada em aberto e preenchida com o verbo *tornar-se*, uma vaga marcação que constrói essa mudança como algo automático.

No excerto 23 PR, impõem-se aos assentados a obrigação de se tornarem agricultores emancipados. Conforme o fragmento, essa emancipação é obtida com o *título de propriedade*.

Na sequência, os assentados são descritos como *confinados a uma política de tipo assistencialista*. Só passam à qualidade de cidadãos ao serem emancipados e, assim, estarem supostamente aptos a gozarem de uma autonomia que implica responsabilidades. A forma de nomear *cidadãos autônomos* cria um vínculo relacional entre “ser cidadão” e “ser autônomo”, como se aqueles que não são autônomos – no caso em análise, os assentados – não pudesse ser considerados cidadãos.

Para esse discurso, a reforma agrária produz a *forma sujeito* assentado, alguém que não teria direitos, visto que não é compreendido como um cidadão, pois não emancipado. Característica que aqui é entendida como necessária ao exercício da cidadania. Assentado é entendido como um tutelado, alguém que goza das benesses do Estado e que, por esse motivo, se *confina* em uma política assistencialista, conforme excerto 23 PR.

Ser assentado implica um estado de passagem, do qual, após a consolidação dos assentamentos que é dada em um período determinado, espera-se que esse assentado esteja apto a se emancipar. Ocorre que esse discurso entende a passagem do assentado ao emancipado como algo dado de modo automático. Para esse discurso, a reforma agrária deveria produzir proprietários, conforme 23 PR, aqueles que detêm o título de propriedade. No entanto, o discurso não menciona de que modo a concessão de um título de propriedade é capaz de emancipar um alguém cuja precariedade das condições de vida faz com que o espaço em que vive seja nomeado, de modo pejorativo, como *favela rural*.

Nos termos do excerto 24 PR, devem ser fornecidas aos assentados condições para gerar renda consoante aos *mecanismos de uma economia de mercado*. Nesse discurso, a produção da *forma sujeito*<sup>60</sup> proprietário mediante a reforma agrária é legitimada pela possibilidade de geração de renda. O título de propriedade só pode gerar renda ao assentado ao fazer da terra um produto que tem um valor mercadológico e que pode ser vendido como tal ou dado em garantia para obtenção de crédito bancário para subsidiar infraestrutura à propriedade adquirida. Na expressão *os mecanismos de uma economia de mercado* estão fixado um sentido que precede à tomada de posição do proprietário rural quanto à não intervenção do Estado na economia.

De acordo com esse posicionamento, o Estado não propiciaria políticas de incentivo a esses novos proprietários, permitindo a livre concorrência. O que está em conformidade com o discurso meritocrático que atravessa esse sujeito e que não vê problemas em uma ampla concorrência entre grandes e pequenos proprietários.

---

<sup>60</sup> Dufour (2005) descreve como *forma sujeito* a uma produção de um novo modo de ser e estar no mundo.

Enquanto título de propriedade, a terra não gera renda pelo seu potencial de produção, mas pelo seu potencial em figurar no mercado como um produto. A reforma agrária realizada nos períodos anteriores é ressignificada como mecanismo de produção de espaços precarizados e, por isso, nomeados como *favelas rurais*. A partir dessa *ressignificação*, o discurso instaura um novo significado para a reforma agrária, como política de produção da *forma sujeito* proprietário rural<sup>61</sup> e de geração de capital para a economia, à medida que converte a terra em título de propriedade, uma mercadoria que passa a ser cambiável.

22ST Antigo latifúndio de eucalipto vira **assentamento agroecológico** (JST, 2010).

23ST Foram necessários quatro anos de resistência, após diversas ocupações de terra protagonizadas pelas **mulheres sem-terra** em plantações de eucalipto de empresas transnacionais, para que **as famílias dos Acampamentos** Jaci Rocha e Antônio Araújo conquistassem as Fazendas Colatina e Cotia (JST, 2010).

24ST No movimento eu não desisto nunca, eu falei que o vermelho do meu sangue se envolve com o da nossa bandeira e isso me motiva a seguir adiante defendendo **a Reforma Agrária Popular** (JST, 2010).

25ST a Reforma Agrária não pode ser vista como uma política pública. Ela precisa ser vista como **a garantia de desenvolvimento econômico e social** para nosso país (JST, 2010).

Após o período de críticas ao MST que levaram à perda da sua popularidade, como vimos em análise anterior, o sem-terra produz um discurso como forma de reverter essa situação. Para isso, algumas nomeações ganham novos objetos que juntos contribuem para fortalecer a imagem do MST, como movimento social. Esses novos objetos adicionados às nomeações já existentes fazem parte de outros discursos que circulam na sociedade e constituem pautas de grupos minoritários.

Espera-se que a adesão a essas pautas faça com que outros grupos apoiem o sem-terra. É o caso da *nmz assentamentos agroecológicos*, contida no excerto 22 ST, que pressupõe como necessária a relação entre *assentamentos* e *agroecológicos*. A agroecologia é um desses novos objetos que remete a um discurso ligado à ecologia. Quando condensada com assentamentos, permite uma aproximação do grupo que se identifica com as pautas ecológicas, fazendo deste novo saber sobre os assentamentos da reforma agrária um saber potencial para angariar mais apoiadores ao MST.

O mesmo ocorre com a expressão *mulheres sem-terra*, no excerto 23 ST. Nessa expressão, o pressuposto da necessária existência da relação entre mulher e sem-terra marca o

---

<sup>61</sup> Em 2019, 158 mil assentados receberam seu título de propriedade.

protagonismo feminino no processo de aquisição de terras em Colatina e Cotia. A inclusão de *mulheres* nessa nmz pode contribuir para um possível apoio de grupos feminista ao sem-terra.

Na expressão *famílias dos acampamentos*, no excerto 23 ST, a inclusão de *famílias* acompanhada de *acampamentos* permite inferir que nos assentamentos existem famílias, o que remonta à memória da origem do movimento, que organizou famílias camponesas para reivindicar a reforma agrária no Brasil na década de 1980. Esse retorno surge como uma forma de combater as críticas ao MST, ligadas à institucionalização do movimento. Nelas afirma-se que o MST havia perdido o aspecto popular e se tornado um movimento político. Em outras palavras, afirma-se que o MST não atuaria para mobilizar pessoas pela reforma agrária, mas com interesses políticos. Para confrontar essa crítica, as formas *mulheres sem-terra* e *famílias acampadas* podem pressupor a instrução de um sentido de participação popular, e não política.

No excerto 24 ST, *a reforma agrária popular* condensa *popular* e *reforma agrária*. Em parte, isso se faz pelo mesmo motivo citado anteriormente sobre o retorno à memória da origem familiar e popular da organização do MST. Mas, além disso, a inclusão de *popular* marca a diferença do sentido de reforma agrária trazido pelo MST e já verificado pelo uso do artigo definido *a*. A escolha da palavra *popular* permite a pressuposição de que há diferenças entre a reforma agrária do discurso sem-terra e a reforma agrária do discurso jurídico.

Os sentidos de reforma agrária continuam sendo ampliados para um contexto mais integrado ao fortalecimento dos grupos minoritários, como forma de fazer com que o sem-terra ganhe mais adesão social e que a reforma agrária signifique um projeto de nação elaborado pelas e para as minorias.

Por fim, trazemos as últimas reflexões acerca do que foi ocultado e por quê. Apresentamos agora as considerações do último período analisado, no qual disputa-se a *reinterpretação globalizante* sobre a reforma agrária como política de desenvolvimento dos assentamentos rurais. De modo geral, o proprietário rural oculta a falta de recursos destinados aos projetos de assentamentos da reforma agrária. *Favelas rurais* institui um novo conceito que silencia essa falta de estrutura estatal, ao mesmo tempo em que produz sentidos de avaliação da reforma agrária. A esse discurso, interessa o desmantelamento da reforma agrária e seu redirecionamento para o projeto de expansão da agricultura capitalista.

O sem-terra oculta o arrefecimento da *reforma agrária popular* diante do contexto político, redirecionando a questão para argumentar sobre os assentamentos. A nmz *assentamentos agroecológicos* integra outras pautas e, conseqüentemente, outros grupos, formando uma base de apoio maior, reorganizando-se para, de modo mais fortalecido, continuar sua denúncia.

### 4.3 As formas de nomear os atores da reforma agrária

Nesta seção, realizaremos uma análise quali-quantitativa dos dados a partir do diálogo entre a AD e a lexicometria. Iniciaremos apresentando os resultados obtidos para depois fazermos a análise sobre os sentidos de reforma agrária. Ao final, organizaremos um balanço sobre os impactos dos resultados apontados da pesquisa quantitativa e uma reflexão acerca da relevância do aspecto quantitativo para o nível qualitativo.

#### 4.3.1 Como o sem-terra nomeia o proprietário rural na Nova República?

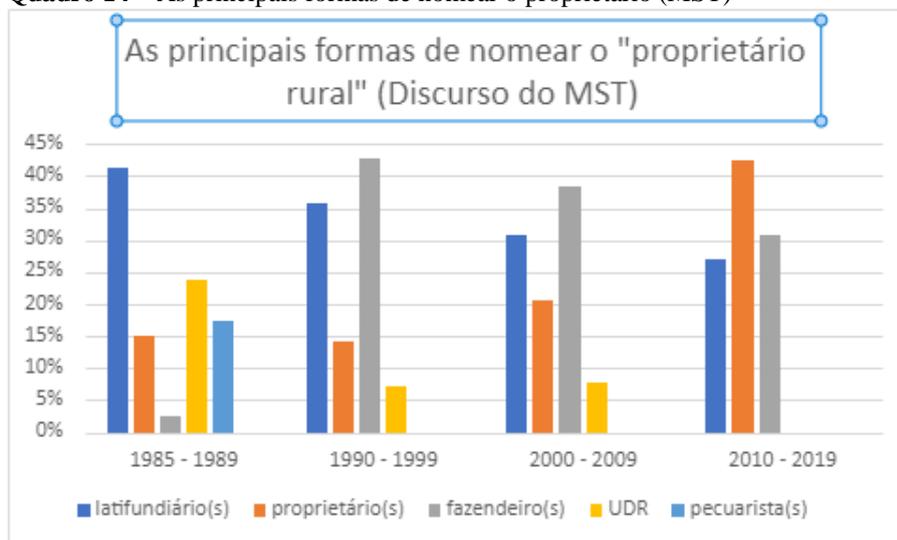
No discurso do sem-terra, o proprietário rural foi nomeado de seis formas distintas<sup>62</sup>. Considerando os quatro períodos, na média, as três nomeações mais usadas foram *latifundiário(s)* (14,25 vezes), *proprietário(s)* (8,25 vezes) e *fazendeiro(s)* (7,75 vezes). Em termos gerais, das 159 vezes que o proprietário rural foi nomeado no discurso do sem-terra, *latifundiário(s)* corresponde a 36% dessas nomeações; depois, *proprietário(s)*, com 21%; por último, *fazendeiro(s)*, 19%.

Na comparação por período, identificamos que, das 159 ocorrências nomeativas utilizadas para designar o proprietário, 80 delas ocorreram no período de 1985 a 1989. Ou seja, 50% das ocorrências estão concentradas nos anos de 1980. Neste período, *latifundiário(s)* é a nomeação mais recorrente (41%), sendo *UDR* a segunda mais recorrente (24%). De 1990 a 1999, *fazendeiro(s)* tem maior recorrência (43%), seguido de *latifundiário(s)* (36%). De 2000 a 2009, *fazendeiro(s)* continua a ser a nomeação mais utilizada em nossa comparação (38%), seguida novamente de *latifundiário(s)* (31%). Já de 2010 a 2019, usa-se mais a nomeação *proprietário(s)* (42%), seguida de *fazendeiro(s)* (31%). Esses dados foram compilados no quadro abaixo:

---

<sup>62</sup> São elas: *latifundiários*, *proprietários*, *fazendeiros*, *UDR*, *pecuarista* e *produtores*.

**Quadro 14** – As principais formas de nomear o proprietário (MST)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Diante do exposto, chegamos às seguintes considerações: a nomeação mais utilizada para o proprietário rural no discurso do sem-terra é latifundiário(s). A partir de 2010, há uma diminuição nas variações das nomeações, elas passam a se concentrar em apenas três formas, *proprietário(s)*, *fazendeiro(s)* e *latifundiário(s)*. A partir de 2010, há uma mudança em relação ao período que vai de 1985 a 2009, uma vez que as nomeações mais recorrentes deixam de ser latifundiário(s) e fazendeiro(s) e passa a ser *proprietário(s)*.

#### 4.3.2 Como o sem-terra se autoneia na Nova República?

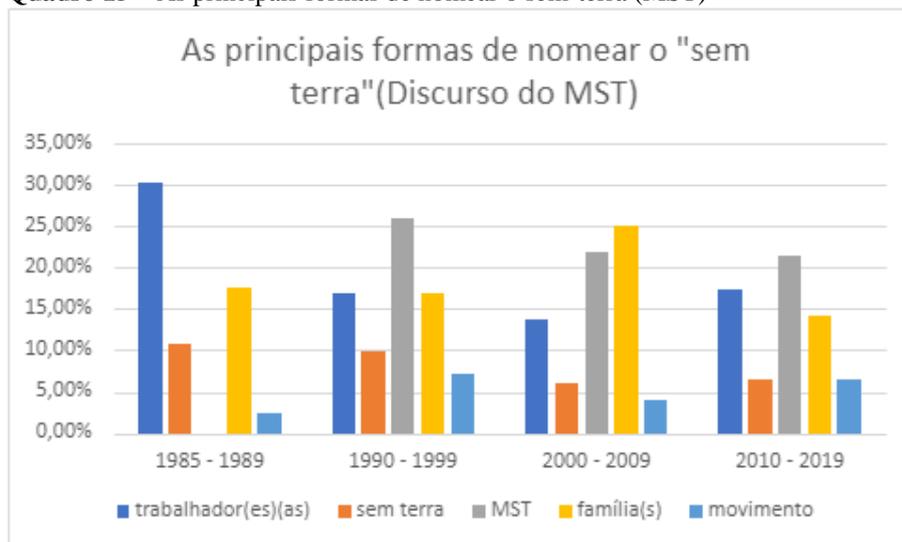
Em seu próprio discurso, o sem-terra se autoneia de 26 formas distintas<sup>63</sup>. Na média dos quatro períodos, as três nomeações mais usadas foram *trabalhador(es)* (41,25 vezes), *família(s)* (36,75) e *MST* (31,25). Em termos gerais, das 805 vezes que o sem-terra se autoneiou, *trabalhador(es)* corresponde a 20,47% das nomeações, seguida de *família(s)*, com 18,24%, e *MST*, com 15,51%.

Na comparação por período, identificamos que as 805 ocorrências nomeativas usadas para o sem-terra se designar, se distribuem da seguinte forma: 31,14% nos anos de 1980; 13,90% nos anos de 1990; 24,32% no início dos anos 2000 e 30,65% de 2010 a 2019. De 1985 a 1989, *trabalhador(es)* é a nomeação mais recorrente, 30%, em relação às demais, sendo

<sup>63</sup> São elas: *trabalhadores, sem-terra, MST, famílias, movimento, agricultores, produtores, assentados, pessoas, lavradores, acampados, arrendatários, cidadãos, companheiros, classe trabalhadora, posseiros, militantes, camponeses, moradores, dirigentes, movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, movimento dos sem-terra, movimento sem-terra, movimento de massa, movimento de oposição, movimento social e mulheres.*

*família* a segunda mais recorrente, com um percentual de 18%. De 1990 a 1999, *MST* tem maior recorrência (26%), sucedido por *trabalhador(es)* e *família(s)*, com 17%, cada. De 2000 a 2009, *família(s)* continua a ser a nomeação mais utilizada em nossa comparação (25%), sucedida por *MST*, com (22%). Já de 2010 a 2019, usa-se mais a nomeação *MST* (21%), sucedida por *trabalhador(es)* (17%), em conformidade com o quadro abaixo:

**Quadro 15** – As principais formas de nomear o sem-terra (MST)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Diante do exposto, chegamos às seguintes considerações: a nomeação mais utilizada pelo sem-terra para se automear é *trabalhador(es)*. A quantidade de nomeações usadas por período é razoavelmente equilibrada, exceto pelos anos de 1990, quando há uma queda maior. Há um número expressivo de ocorrência de nomeações e das formas distintas de nomear.

### 4.3.3 Como o proprietário rural nomeia o sem-terra na Nova República?

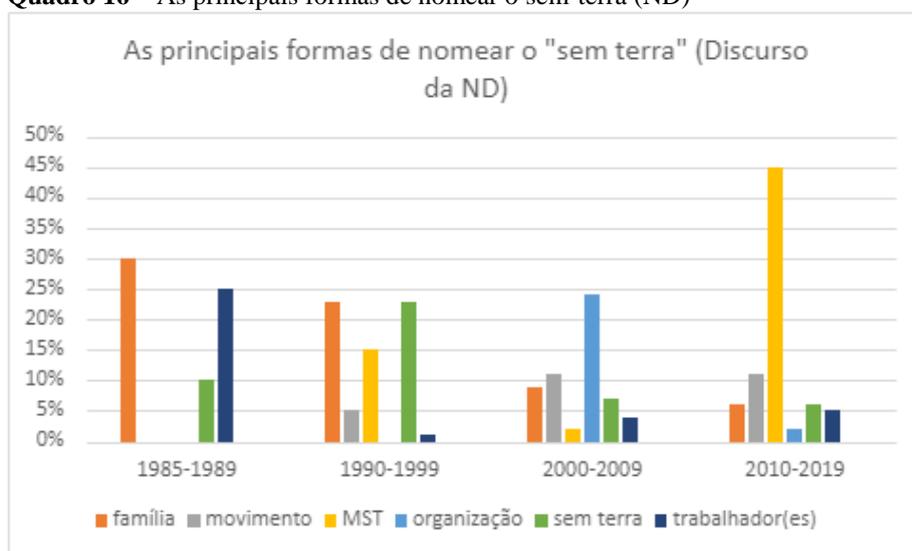
No discurso do proprietário rural, o sem-terra foi nomeado de 17 (dezessete) formas distintas<sup>64</sup>. Na média dos quatro períodos, as três nomeações mais utilizadas foram *MST* (20,75 vezes), *família(s)* (9,5) e *sem-terra* (8,25). Em termos gerais, das 302 vezes que o proprietário rural foi nomeado no discurso do sem-terra, *MST* corresponde a 27,48% dessas nomeações, sucedido por *família(s)*, com 12,58%, e *sem-terra*, com 10,93%.

Na comparação por período, identificamos que as 309 (trezentas e nove) ocorrências nomeativas usadas para designar o sem-terra estão distribuídas da seguinte forma: apenas

<sup>64</sup> São elas: homens, sem-terra, agricultores, trabalhadores, pessoas, movimento dos trabalhadores sem-terra, família, MST, não-proprietário, assentado, produtores, organização, mulheres, movimento, cidadão, movimento dos sem-terra e invasores.

6,62% estão nos anos de 1980; 27,81% estão nos anos de 1990; 14,90% estão no início dos anos 2000; e 30,65% estão no intervalo de 2010 a 2019. De 1985 a 1989, *família(s)* é a nomeação mais recorrente (30%), sendo *trabalhador(es)* a segunda mais recorrente, com um percentual de 25%. De 1990 a 1999, *família(s)* e *sem-terra* têm maior recorrência, com 23% cada. De 2000 a 2009, *organização* (24%) passa a ser a nomeação mais utilizada, seguida de *MST* e *movimento*, com 11% cada. Já de 2010 a 2019, usa-se mais a nomeação *MST* (45%), seguida de *movimento* (11%), conforme podemos ver no quadro abaixo:

**Quadro 16** – As principais formas de nomear o sem-terra (ND)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Diante do exposto, chegamos às seguintes considerações: a nomeação mais utilizada pelo proprietário rural para nomear o sem-terra é *MST*. Pouco se nomeia o sem-terra nos anos de 1980, em comparação com os outros períodos. Nos dois primeiros períodos, a nomeação mais utilizada era *família*. A partir dos anos 2000, essa nomeação apresenta uma expressiva queda e se evidencia um maior número de ocorrências das nomeações *organização*, *movimento* e *MST*.

#### 4.3.4 Como o proprietário rural se autoneia na Nova República?

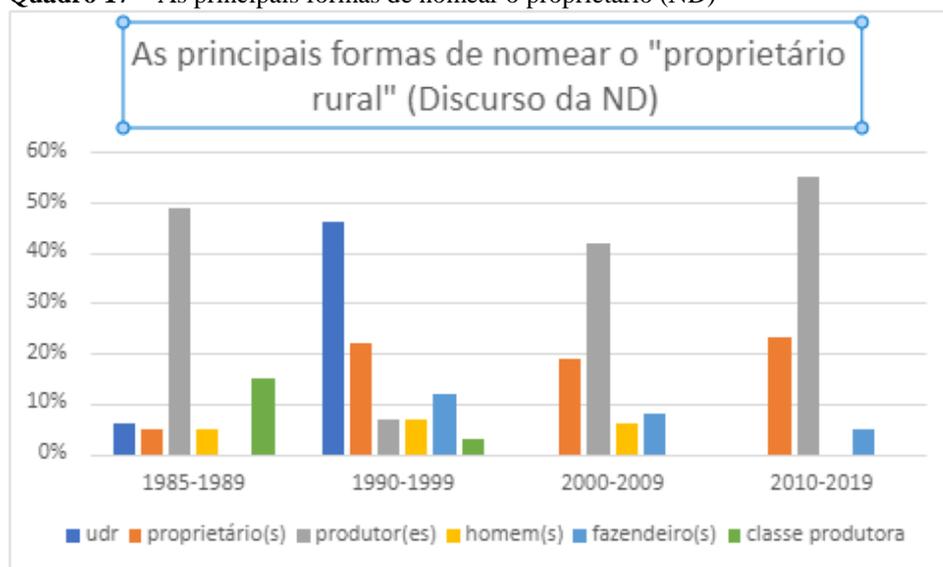
Em seu próprio discurso, o proprietário rural se autoneia de 12 (doze) formas distintas<sup>65</sup>. Na média dos quatro períodos, as três nomeações mais usadas foram *produtor(es)* (18,25 vezes), *UDR* (9,25 vezes) e *proprietário* (7,75 vezes). Em termos gerais, das 210

<sup>65</sup> São elas: *produtores, homens, classe produtora, classe, agricultores, proprietários, ruralistas, classe ruralista, cidadão, UDR, fazendeiros e classe proprietária.*

(duzentas e dez) vezes que o proprietário rural se autoneia, *produtor(es)* corresponde a 34,76% dessas nomeações, depois *UDR*, com 17,62%, e *proprietário(s)*, com 14,76%.

Na comparação por período, identificamos que as 210 (duzentas e dez) ocorrências nomeativas usadas para o proprietário rural se designar estão distribuídas da seguinte forma: 40% estão nos anos 1980; 32,38% nos anos de 1990; 17,14%, no início dos anos 2000; e 10,48% de 2010 a 2019. De 1985 a 1989, *produtor(es)* (49%) é a nomeação mais recorrente, sendo classe produtora a segunda mais recorrente, com um percentual de 15%. De 1990 a 1999, *UDR* (46%) tem a maior recorrência, seguida de *proprietário(s)* (22%). De 2000 a 2009, *produtor(es)* (42%) passa a ser a nomeação mais utilizada, seguida de *proprietário(s)*, com 19%. De 2010 a 2019, usa-se mais a nomeação *produtor(es)* (55%), seguida de *proprietário(s)* (23%), conforme o quadro abaixo:

**Quadro 17** – As principais formas de nomear o proprietário (ND)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Diante do exposto, chegamos às seguintes considerações: a nomeação mais utilizada pelo proprietário rural para se autoneiar é *produtor(es)*. O uso das formas de se autoneiar apresenta uma queda gradual, ficando mais concentrado na nomeação *produtor(es)*. *UDR* é a nomeação que ganha destaque na década de 1990 e perde a força no número de ocorrências nos demais períodos. Procederemos as análises dos dados quantitativos, iniciando por uma análise das nomeações mais utilizadas nos discursos do sem-terra e proprietário rural que, conforme vimos, são *latifundiário(s)*, *trabalhador(es)*, *MST* e *produtor(es)*.

As formas como o sem-terra e o proprietário rural se nomeiam mutuamente formam dois conflitos de nomeações, compreendidos, em primeiro lugar, como *latifundiário(s)* x

*produtor(es)*, que corresponde à disputa pelo modo de se nomear o proprietário rural, em que *latifundiário(s)* pertence ao discurso sem-terra e *produtor(es)* pertence ao discurso do proprietário rural. Em segundo, *trabalhador(es) x MST*, correspondente ao conflito pelo modo de se nomear o sem-terra, no qual *trabalhador(es)* pertence ao discurso sem-terra e *MST* pertence ao discurso do proprietário rural.

Analisando de forma conjunta esses pares de nomeações – *latifundiário(s) x produtor(es)* e *trabalhador(es) x MST* –, observaremos os vestígios deixados na superfície discursiva como forma de acessar o processo discursivo, permitindo tais nomeações. Em seguida, acessamos as estruturas mais profundas desse processo através do conceito de efeitos metafóricos, a fim de realizar as substituições semânticas que nos permitirão acessar cada um dos discursos, identificando o funcionamento da *memória* (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 94-6).

Começando pelo discurso do sem-terra, no qual identificamos o uso da nomeação *latifundiário(s)*. A partir dessa nomeação, faremos substituições como forma de evidenciar o elemento dominante desse discurso: *proprietário de latifúndio, dono de extensa propriedade de terra*. Agora, faremos o mesmo com a nomeação *trabalhador(es) rurais: aquele que desempenha um emprego no campo, aquele que exerce um trabalho na terra*. Daremos continuidade a esse mesmo procedimento substituindo as nomeações empregadas no discurso do proprietário rural, no qual *produtor(es) rurais* pode ser substituído por *aquele que produz algo no campo* ou *na terra*.

Resta agora proceder as substituições semânticas com a nomeação *MST*. No entanto, não é possível fazer isso do modo como fizemos no parágrafo anterior, pois *MST* é uma nomeação que surge a partir de uma sigla que normalmente não vem acompanhada de sua extensão, como é o caso de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para refletirmos sobre isso, selecionamos alguns excertos do discurso do proprietário rural:

25 PR (...) colocar ali **homens que não tem vocação nenhuma, não tem tradição nenhuma com a terra**. Da mesma maneira como **esses homens** desbravaram e hoje moram, talvez, com certa comodidade, próximos às grandes cidades de São Paulo (THINK TANK, 2010).

26 PR Seguindo a linha deste ensaio, vale retornar à questão do custo por assentamento e explorar **ao menos uma alternativa** para essa **família de sem-terra** (que melhor seria chamada de “**sem-oportunidade**”) (THINK TANK, 2010).

27 PR Convém não minimizar **os riscos para a democracia** de um **exército de 467 mil famílias**, em boa parte acampadas em **fazendas invadidas** próximo a eixos rodoviários. O modelo ideológico **do MST são as FARC** (THINK TANK, 2010).

Conforme vimos nos resultados da análise quantitativa sobre o modo como o

proprietário rural nomeia o sem-terra, nos anos 1980, foram poucas as vezes em que o proprietário se referiu ao sem-terra. No excerto 25 PR, em uma dessas raras vezes, a nomeação utilizada é *homens*, a mesma utilizada para se nomear no trecho *esses homens desbravaram*. A generalidade da nmç *homens* vem acompanhada da descrição sobre quem seriam esses homens, no trecho em que homens se refere aos sem-terra.

A descrição fornecida no excerto 25 PR é *que não tem vocação nenhuma, não tem tradição nenhuma com a terra*. Por esse trecho, inferimos que um dos motivos pelos quais a nomeação *MST* surge como a única forma de nomear os atores da reforma agrária é pelo fato de não fazer referência à *terra*, visto que o proprietário rural não reconhece o sem-terra como um legítimo interlocutor para tratar sobre a reforma agrária. Na nomeação *MST*, apresentada unicamente enquanto sigla, não é possível estabelecer uma relação com a terra, ao contrário de *latifundiário(s)*, *produtor(es)* e *trabalhador(es)*, em que as três nomeações implicam uma relação com a terra, conforme demonstraremos mais à frente.

Isso ocorre pela forma autoritária desse discurso, que não reconhece o sem-terra como um interlocutor da reforma agrária, não reconhecendo também a relação desse sujeito com a terra. Essa rejeição persiste por toda a Nova República. Nos anos 1980 e 1990, a nomeação utilizada é *família*. No excerto 26 PR, a nmz *família de sem-terra* é corrigida na sequência pelo termo *sem-oportunidade*. A recusa da existência de uma condição sem-terra faz com que o discurso se decida por uma nomeação mais genérica que não produza sentidos na reforma agrária. A correlação entre *sem-oportunidade* e *família* constrói o sem-terra por meio de um efeito de sentido de desqualificação, um sujeito que não tem oportunidade, mas que também, não pode ser visto como apto a ingressar em um debate sobre a reforma agrária. Sua condição caritativa merece que seja explorada *ao menos uma alternativa*, excerto 26 PR.

Nos anos 2000, *organização*, *movimento* e *MST* são as formas de nomear mais usadas para o sem-terra nesse discurso. Essas formas também não estabelecem relações de dominância com a terra, mas, sim, com o *MST*, como organização social, não citando em nenhum momento a relação desse movimento com a terra, como poderia ocorrer, por exemplo, caso se optasse por nomear Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A opção por esses modos de nomear pode estar ligada ao processo de criminalização do sem-terra, iniciado nos anos 2000, conforme vimos na página 35. Esse processo surge da associação do sem-terra a grupos terroristas, após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, responsáveis por instalar um clima de insegurança mundial.

A partir dessa data, alguns grupos paramilitares e organizações criminosas passaram a ter seus atos associado ao termo *terrorismo*. Muitos deles usualmente nomeados por suas siglas,

como são os casos das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e do PCC (Primeiro Comando da Capital). Ao nomear o sem-terra como *organização, movimento* e, principalmente, pela sigla *MST*, o discurso produz a aproximação do sem-terra a esses grupos que são colocados em posição análoga, como no excerto 27 PR, no qual o *risco para a democracia, fazendas invadidas e exército de 467 mil famílias* se adicionam às nmç *MST* e *FARC*, orientando o sentido de terrorismo que se pretende atribuir ao sem-terra e suas ações.

Feita essa análise, retornaremos à investigação sobre as nomeações *latifundiário(s), produtor(es) e trabalhador(es)*, que possibilitaram realizar as substituições, de onde observamos o seguinte: 1) tanto o discurso do sem-terra quanto o do proprietário rural têm como elemento comum a terra, pois *latifundiário* é dono de terra, *trabalhador rural* é aquele que trabalha na terra e *produtor rural* é aquele que produz na terra. Podemos dizer que o que distingue essas nomeações são as relações de dominância que elas estabelecem com a terra; 2) em *latifundiário*, aquele que possui uma grande extensão de terras, o elemento dominante é a posse e o tamanho, sendo essa a relação que se pretende enfatizar com terra; 4) em *trabalhador rural*, o elemento dominante é trabalho; e 4) em *produtor rural*, o elemento dominante é produção.

Diante dessas observações, diremos que as nomeações permitem identificar as tomadas de posição do sujeito em relação à terra e os movimentos de sentidos da reforma agrária na Nova República. A nmç *reforma agrária* se mantém inalterada entre os discursos em virtude do sentido social que ela adquire na Nova República. Isso faz com que as nomeações em torno dela se tornem objetos de intenso conflito por seus efeitos de sentido. É como se tudo aquilo nomeado como *reforma agrária* fosse orientado pelo forte valor emocional que esse saber possui, capaz de ativar sentimentos de justiça social, pertencente à memória pela qual a *reforma agrária* se constituiu em um dado momento histórico e que, assim, mobiliza esse sentido. Essa *memória* faz com que os sujeitos disputem seu reavivamento ou seu deslocamento para outras filiações históricas.

A fim de analisar a memória dessas nomeações como forma de compreender como elas funcionam nos discursos em análise, selecionamos alguns excertos de julho de 1987, período da ANC. Escolhemos esse período para analisar a memória das nomeações quando elas formam a arena de disputas sobre os dizeres sobre a reforma agrária no texto da Constituição Federal de 1988 – CF/88. Iniciaremos pelos excertos extraídos do discurso do proprietário rural para analisar o funcionamento da *memória* de *produtor(es)*:

28 PR (...) sobre o quanto o Brasil deve da sua integração territorial e do seu progresso

a esses **imigrantes** que vieram no início, no meio e no fim do século passado e, realmente, aqui criaram uma cultura brasileira. (...) é preciso apoiar esse homem, porque é ele quem faz o Brasil ser hoje o que é. Para esse homem é preciso que haja a política agrícola e, dentro dela, a política fundiária. É para abrir justamente a possibilidade de que esse homem possa **repetir a história de sacrifícios e de sucessos dos seus antepassados**, que deve haver essa política agrícola. Se houvesse essa política, nobre Constituinte, ele teria aberto os caminhos de crescimento que os seus antepassados tiveram. (MENEZES, 1987).

29 PR **De uma certa época para cá, começaram a transferir renda** da agricultura para as cidades e essas **pessoas empobreceram, perderam** o que possuíam. As que **sobrevivem** o fazem **em condições difíceis**. Por isso, emigraram, se **afavelaram**, as cidades se agigantaram e veio a chaga social do malfeitor, do "trombadinha"(MENEZES, 1987).

Observando os excertos 28 e 29 PR, identificamos que a *memória de produtor(es)* opera pela lógica do discurso meritocrático, iluminando relações meritórias e apagando relações de desigualdade social. O quadro abaixo apresenta uma análise dos excertos supracitados, no qual descrevemos de modo esquemático aquilo que é destacado, entendido como um atravessamento do discurso meritocrático, e aquilo que é apagado, como é o caso do apagamento das relações de causa e consequência e das marcas de enunciação pelo discurso:

**Quadro 18** – Memória produtor pela lógica do discurso meritocrático

<p style="text-align: center;"><b>ILUMINA</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>CAUSAS APAGADAS:</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>AGENTES E PACIENTES APAGADOS:</b></p>
<p style="text-align: center;">28PR: "história de sacrifícios e sucessos"</p>	<p>A história de sacrifício dos imigrantes se deve ao acesso à terra negado pela lei de terras que decretou a comercialização de terras públicas como forma de gerar mão de obra barata para trabalhar nas fazendas de café e de cana de açúcar.</p>	<p>Grandes proprietários de terra.  Imigrantes sem terra.</p>
<p style="text-align: center;">29PR: "de uma certa época pra cá, começaram a transferir a renda da agricultura para as cidades"  "pessoas empobreceram, perderam o que possuíam e se afavelaram"  "as que sobrevivem o fazem em condições difíceis"</p>	<p>De 1950 em diante, intensificou a monocultura em grandes propriedades e o trabalho assalariado. Os baixos salários pagos e a falta de moradia aumentou a pobreza no campo, gerando o êxodo rural.</p> <p>Condições geradas pela escolha do modelo de produção capitalista, o monocultivo em grandes extensões de terras que usa máquinas e produtos químicos em substituição do trabalho humano gera alta produtividade para o dono de terras e esmaga o modelo de produção familiar.</p>	<p>Grandes proprietários de terra.  Trabalhadores assalariados sem terra</p> <p>Grandes proprietários de terra: modelo de produção capitalista  Pequenos proprietários de terra: modelo de produção familiar</p>

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

O proprietário rural constrói uma representação meritória do imigrante, *história de sacrifícios e sucessos*, conforme o excerto 28 PR, e se vincula a essa memória para apagar as desigualdades sociais no campo geradas pelo modelo de agricultura capitalista, *peças empobreceram, perderam o que possuíam e se afavelaram*, no excerto 29 PR. Além disso, apagam-se as causas-consequências do modelo de agricultura capitalista responsável por gerar pobreza no campo e o conseqüente êxodo rural.

A relação de produção com a terra estabelecida na nmç *produtor(es)* não permite que se perceba as relações de desigualdade agrária, pois a *memória* de *produtor(es)* tem seu sentido iluminado para uma construção meritocrática da história dos imigrantes, evidenciando aspectos voltados para uma capacidade única do indivíduo de prosperar ou até mesmo de fracassar, apagando relações estruturais de desigualdade no campo e no acesso à terra.

Veamos, a seguir, os excertos extraídos do discurso do sem-terra, capazes de apoiar a análise do funcionamento da *memória* das nmç *trabalhador(es)* e *latifundiário(s)*:

26ST Agora e sempre, terra não se ganha, se **conquista** (JST, 1987).

27ST Uma reforma agrária exige mudanças profundas no sistema educacional, na comercialização dos produtos, na maneira de plantar. Não tem sentido **ir para a terra e ter que conviver com uma estrutura fundiária que é organizada de cima para baixo** (JST, 1987).

28ST Se esse governo que tem como **presidente um latifundiário não fará a reforma agrária**, muito **menos essa constituinte** irá elaborar uma constituição que **favoreça os trabalhadores** (JST, 1987).

29ST Sabemos que a **grande maioria dos constituintes está do lado dos latifundiários**. Precisamos ter claro que **não é a lei que vai resolver o problema da terra**, mas o grau de **organização e mobilização da classe** (JST, 1987).

30ST A mobilização deverá ser ampla, para que fortaleça as emendas populares na Constituição, principalmente em relação à reforma agrária. “Os **direitos do trabalhador do campo não estão sendo contemplados**, o que está **prevalecendo é a visão dos latifundiários** e, conseqüentemente, ocasionando uma expulsão cada vez maior para as grandes cidades.” (JST, 1987).

31ST Santin avalia que o 25 de julho (Dia do Trabalhador Rural) não pode ser encarado apenas como data festiva, mas deve ter o caráter de **luta** contra a política agrícola que, hoje, **privilegia os latifundiários** (JST, 1987).

32ST Nossas **exigências imediatas**. Dos **trabalhadores sem terra: - terra para quem nela trabalha**. – **ocupação** massiva de todos **latifúndios** (JST, 1987).

Nos excertos compreendidos entre 28 e 32, a nmç *latifundiário(s)* é contraposta a *trabalhador(es)*, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 19** – Trabalhador x Latifundiário

	TRABALHADORES	LATIFUNDIÁRIOS
28ST	Muito <b>menos a constituinte (...)</b> favoreça o trabalhador.	<b>Presidente latifundiário</b> não fará a reforma agrária.
29ST	<b>Não é a lei que vai resolver o problema da terra</b> , mas o grau de organização e mobilização da classe.	Grande <b>maioria dos constituintes está do lado dos latifundiários.</b>
30ST	<b>Os direitos</b> do trabalhador do campo <b>não estão sendo contemplados.</b>	Está <b>prevalecendo é a visão dos latifundiários.</b>
31ST	O 25 de julho (dia do trabalhador rural) não pode ser encarado apenas como uma data festiva, mas deve ter o caráter de <b>luta contra a política agrícola.</b>	Política agrícola que hoje <b>privilegia os latifundiários.</b>
33ST	Trabalhadores sem terra: terra pra quem nela trabalha.	Ocupação massiva de todos os latifúndios.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O discurso opera uma contraposição que marca a imagem que o sujeito sem-terra projeta sobre si em relação ao conflito pela reforma agrária na ANC, como excluído de direitos na constituinte, conforme os excertos 28 e 30 ST: *muito menos essa constituinte irá elaborar uma constituição que favoreça os trabalhadores; Os direitos do trabalhador do campo não estão sendo contemplados*. No caso da imagem que ele faz do sujeito proprietário rural frente a esse conflito, conforme os excertos 29, 30 e 31 ST – *a grande maioria dos constituintes está do lado dos latifundiários; o que está prevalecendo é a visão dos latifundiários; a política agrícola que, hoje, privilegia os latifundiários* –, mostra-se uma imagem de favorecido perante as instituições políticas, cuja fala é considerada no debate sobre a reforma agrária no âmbito político. Essas imagens reafirmam os resultados obtidos na primeira seção deste capítulo e constroem o ponto de vista do sem-terra sobre a reforma agrária na ANC como sendo uma lei inócua, que não trará soluções para o *problema da terra* (29 ST).

Para pensarmos qual seria o *problema da terra* para o sem-terra na ANC, faremos um contraposto entre *trabalhador(es)* e *latifundiário(s)*. Ele servirá, ainda, para retornamos às

relações com a terra e acessarmos *a memória discursiva* que o sem-terra se inscreve para usar essas nomeações:

**Quadro 20** – Relações com a terra



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao optar pela nmç *trabalhador(es)*,<sup>66</sup> o sujeito enfatiza sua relação com a terra baseada no trabalho, o que difere da relação de posse que ele enfatiza pelo uso de latifundiário como forma de nomear o proprietário rural. A escolha da nmç *latifundiário(s)* marca o vínculo do sem-terra à *memória discursiva* do Brasil Colônia, período no qual a instituição da Lei de Sesmaria criou o latifúndio ao distribuir as terras brasileiras a uma parcela restrita da elite nacional. O quadro abaixo destaca como essas relações com a terra marcadas pelas nmç *latifundiário(s)* e *trabalhador(es)* se deram tanto no período em análise quanto no período em que a nmç *latifundiário(s)* foi constituída:

**Quadro 21** – Relações com a terra por período

		<i>o discurso de 1997</i>	<i>a memória Brasil Colônia (1500-1822)</i>
a)	Relação de trabalho	remunerado <i>trabalhador</i>	escravo
b)	Relação de posse	grandes terras <i>latifundiário</i>	grandes terras e negro

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em (a), o trabalhador destituído da posse da terra no Brasil Colônia era o negro escravizado pelo latifundiário; em (b), aquele que detinha tanto a posse da terra quanto a do

<sup>66</sup> Trabalhador rural foi incorporado a sigla MST durante a sua consolidação em 1984 (FERNANDES, 2010).

negro, sendo essas as bases estruturantes da colonização brasileira. Nesse período, a posse do negro se sobrepunha à da terra, que foi regulamentada somente na iminência da abolição do regime escravista e com a vinda dos imigrantes ao Brasil como forma de lhes restringir o acesso à terra, bem como para garantir mão-de-obra barata para o trabalho nas lavouras de café e cana-de-açúcar. Nesse período, a luta do negro era para se libertar do escravismo.

Descritas as filiações históricas da *memória* dessas nomeações, vejamos, a partir do quadro elaborado com base nos excertos 26, 27 e 29 ST, como os efeitos metafóricos podem recuperar a *memória discursiva* e ajudar a reestabelecer o sentido do discurso:

**Quadro 22** – Memória nomeação trabalhador

	<b>a nomeação trabalhador 1997</b>	<b>a memória escravo (1500-1888)</b> <small>*abolição da escravatura</small>
26ST	agora e sempre <i>terra</i> não se ganha, se conquista	agora e sempre <i>liberdade</i> não se ganha, se conquista
29ST	não é a lei que vai resolver o problema da <i>terra</i>	não é a lei que vai resolver o problema da <i>liberdade</i>
27ST	não faz sentido ir para <i>terra</i> a e ter que conviver com uma estrutura fundiária que é organizada de cima para baixo	não faz sentido ir para <i>liberdade</i> a e ter que conviver com uma estrutura fundiária que é organizada de cima para baixo

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em consonância com o quadro acima, utilizamos *liberdade* como metáfora de *terra* para podermos reestabelecer os sentidos de *problema da terra*. Para tanto, podemos refletir sobre o negro escravizado e o problema da liberdade. Quando a Lei Áurea extinguiu o regime escravista, o negro não se tornou totalmente livre, pois manteve-se a estrutura fundiária concentrada. Desse modo, o negro continuou a ser explorado pelo latifundiário.

Ao perder a posse do negro, o latifundiário preservou a da terra, o que garantiu a continuidade das relações de desigualdade e exploração. O problema da liberdade era a estrutura fundiária concentrada, o mesmo problema da terra. A luta pela terra é também por liberdade. Ao libertar a terra da concentração, libertam-se os trabalhadores das relações de desigualdade e exploração provocadas por essa concentração. Esse é o implícito que a *memória* vem reestabelecer: a concentração da estrutura fundiária é o problema da terra.

Desse modo, a nmç *latifundiário(s)* confirma o caráter polêmico do discurso sem-terra ao denunciar essa história de dominação, mantendo viva a mesma nmç *latifundiário(s)* do passado colonialista brasileiro. Ao final da análise do período da ANC, observamos que as

influências da *memória* na luta ideológica dos sujeitos pelos sentidos da reforma agrária que figurariam no texto da CF/88 podem ser descritas com base nos esquemas abaixo:

**Quadro 23** – Memória e o sentido (proprietário rural)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

**Quadro 24** – Memória e o sentido (sem-terra)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nomear os atores da reforma agrária é uma forma de dar sentido implícito à própria reforma agrária. Ao se autonear como *produtor(es)* e ao nomear o sem-terra como *MST*, o discurso do proprietário rural desloca o sentido pelo qual a reforma agrária havia se instituído na cena pública durante a década de 1950, como democratização do acesso à terra para produção

na terra.

Conforme o quadro 23, o deslocamento é possibilitado pela *memória* do imigrante operada pelo discurso meritocrático, fazendo com que a reforma agrária como democratização do acesso à terra pare de funcionar, já que apaga a existência de grandes e pequenos proprietários, bem como a adesão ao modelo agrícola capitalista que privilegia o monocultivo automatizado, gerando desemprego no campo. Todas essas relações de causa e consequência e os agentes e pacientes que dela fazem parte são substituídos pela produção, que passa a significar a reforma agrária para o proprietário rural na Nova República. Um efeito de sentido que camufla as relações desiguais e justifica os efeitos delas como sendo consequência da busca pela produtividade.

Ao se autoneamar como *trabalhador(es)* e ao nomear o proprietário rural como *latifundiário(s)*, o sem-terra reestabelece o sentido de reforma agrária como sendo a desconcentração da estrutura fundiária, uma vez que a estrutura da terra concentrada é um problema cujo implícito remete ao período do Brasil Colônia e já constituía àquela época uma forma de dominação.

Para finalizar, a análise nesta seção contou com o aporte da lexicometria, fundamental à investigação das formas de nomear os atores da reforma agrária. Fazer uma leitura estatística forneceu os vestígios necessários para a Análise do Discurso. Além disso, as considerações que expomos ao final de cada análise dos dados estatísticos serviu para que empreendêssemos a pesquisa qualiquantitativa como batimento entre a *descrição* e *interpretação*. Iniciamos nossa análise a partir das principais formas de nomear os atores, mas foram as especificidades levantadas nas ocorrências nomeativas por período que subsidiaram as descrições que circundaram nossa análise.

#### **4.4 As formas de nomear a terra e os sentidos da reforma agrária**

Na seção anterior, vimos que as principais formas de nomear os atores da reforma agrária na Nova República são construídas com base na perspectiva do sujeito em relação à terra. Nesse sentido, a terra é um objeto em disputa na arena da reforma agrária. Por isso, nesta seção, analisaremos os sentidos de *terra(s)* nos discursos do sem-terra e do proprietário rural, além de observarmos em cada um desses discursos se *terra*, em sua forma singular, e *terras*, em sua forma plural, possuem o mesmo efeito de sentido. Feito isso, observaremos os efeitos de sentido de reforma agrária que emergem dessas nomeações enquanto tomadas de posição do sujeito. Ao final, apresentaremos um balanço sobre os impactos dos resultados apontados ao

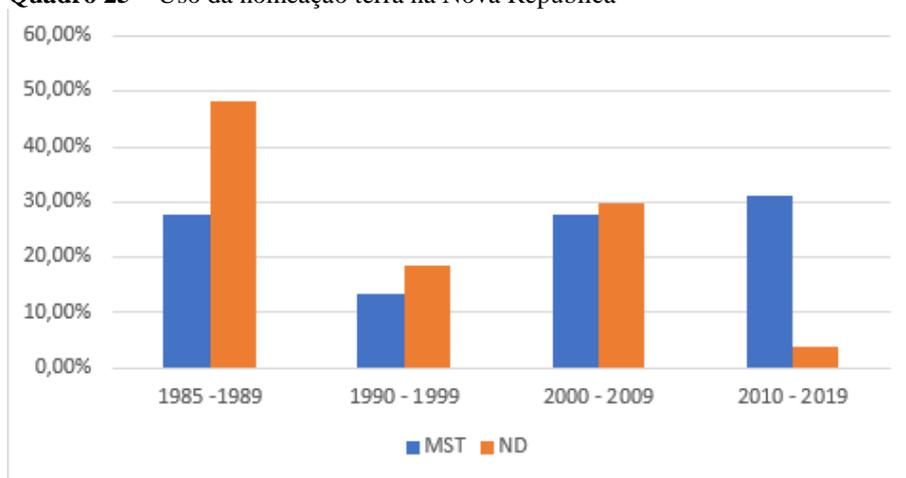
final da pesquisa quantitativa e uma reflexão acerca da relevância do quantitativo para o qualitativo.

Iniciaremos com a apresentação dos resultados da pesquisa quantitativa acerca das ocorrências de terra, no singular, e *terras*, no plural, nos discursos do sem-terra e do proprietário rural. Em seguida, observaremos os termos que se relacionam com mais frequência com *terra* e *terras*.

#### 4.4.1 A frequência da nomeação terra nos discursos do sem-terra e do proprietário rural

No discurso do sem-terra, a nmç *terra* ocorre 163 vezes. 27,61% dessas ocorrências localizam-se no período compreendido de 1985 a 1989; 13,5%, de 1990 a 1999; 27,61%, de 2000 a 2009; e 31,29%, de 2010 a 2019. No discurso do proprietário rural, a nmç *terra* ocorre 108 vezes. 48,15% dessas ocorrências localizam-se no período compreendido entre 1985 e 1989; 18,52 %, entre 1990 e 1999; 29,63 %, entre 2000 e 2009; e 3,7 %, entre 2010 a 2019, conforme o quadro abaixo:

Quadro 25 – Uso da nomeação terra na Nova República



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

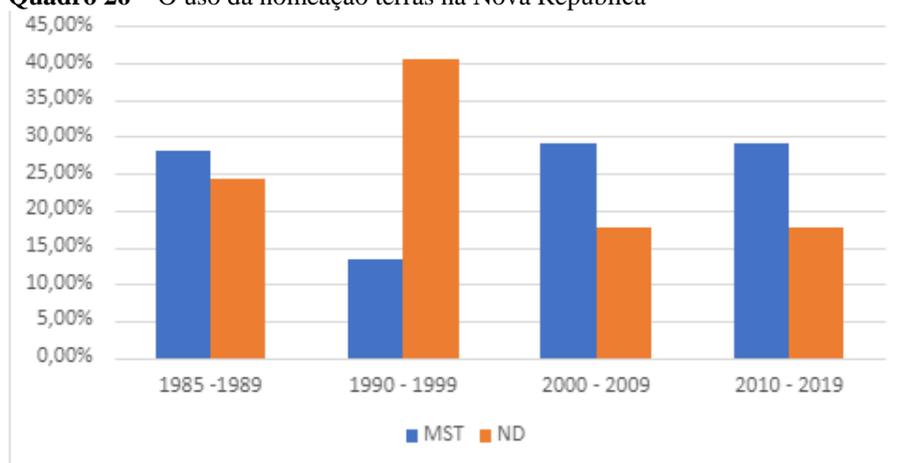
Diante do exposto, o discurso do sem-terra mantém uma regularidade no uso da nomeação terra, em torno de 28,83%, exceto no período de 1990 a 1999, em que se observa uma queda. No discurso do proprietário rural, há uma discrepância na tendência pelo uso da nmç *terra* entre os períodos. No primeiro período analisado, de 1985 a 1989, concentrou-se o maior uso dessa nomeação, chegando a quase 50%. Nos períodos compreendidos entre 1990 e 1999 e 2000 e 2009, há um certo equilíbrio. No último período, de 2010 a 2019, observa-se

uma queda brusca.

#### 4.4.2 A frequência da nomeação terras nos discursos do sem-terra e do proprietário rural

No discurso do sem-terra, a nomeação *terras* ocorre 89 vezes. 28,09% dessas ocorrências localizam-se no período compreendido entre 1985 e 1989; 13,48 % entre 1990 e 1999; 29,21 % entre 2000 e 2009; e 29,21 % entre 2010 e 2019. No discurso do proprietário rural, a nmç *terra* ocorre 74 vezes. 24,32 % dessas ocorrências localizam-se no período compreendido entre 1985 e 1989; 40,54 %, entre 1990 e 1999; 17,57 %, entre 2000 e 2009; e 17,57 %, entre 2010 e 2019, conforme o quadro a seguir:

**Quadro 26** – O uso da nomeação terras na Nova República



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Pela observação do quadro acima, o discurso do sem-terra mantém regularidade no uso da nomeação *terras*, exceto pelo período de 1990 a 1999, em que se observa uma queda. O discurso do proprietário rural também mantém uma regularidade no uso dessa nomeação nos distintos períodos, com exceção da década de 1990 a 1999, em que houve um aumento.

Fazendo uma comparação entre os resultados das ocorrências de *terra* e *terras*, chegamos às seguintes considerações: primeira, o discurso sem-terra mantém uma tendência semelhante no uso das nomeações *terra* e *terras*, mantendo o uso equilibrado das nomeações em todos os períodos, com exceção do intervalo de 1990 a 1999, em que há um queda. No discurso proprietário rural, enquanto *terra* tem maior ocorrência no período de 1985 a 1989, a nmç *terras* tem maior ocorrência entre 1990 e 1999. Não há queda notável no uso da nmç *terras* entre os períodos, embora a nomeação *terra* apresente uma queda brusca entre 2010 e 2019.

#### 4.4.3 Os termos que se relacionam com mais frequência com a nomeação terra(s) nos discursos

Considerando as posições à direita e à esquerda, a ferramenta *Clusters/N-Grams* permitiu observar quais termos se relacionam com mais frequência com as nmç *terra* e *terras* tanto no discurso do sem-terra quanto no discurso do proprietário rural. Seguem os resultados obtidos:

**Quadro 27** – Termos que mais se relacionam com a nomeação terra e terras

<b>Termos que mais se relacionam com a nomeação terra</b>	
discurso sem-terra	discurso proprietário rural
“luta pela terra” (14)	“posse da terra” (8)
<b>Termos que mais se relacionam com a nomeação terras</b>	
discurso sem-terra	discurso proprietário rural
“ocupações de terras” (4)	“terras produtivas” (9)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em todos os resultados, foram obtidas nmz. A partir de *terra*, no singular, foram construídas as seguintes nmz: *luta pela terra*, com 14 (quatorze) ocorrências no discurso sem-terra, e *posse da terra*, com 8 (oito) ocorrências no discurso proprietário rural. Já a partir de *terras*, no plural, as nmz obtidas foram: *ocupações de terras*, 4 (quatro) vezes no discurso sem-terra, e *terras produtivas*, 9 (nove) vezes no discurso proprietário rural.

#### 4.4.4 A palavra-chave do discurso sem-terra e do proprietário rural

Utilizando a ferramenta *Keyword List*, comparamos todos os textos selecionados para a análise do discurso sem-terra com todos os textos selecionados para a análise do discurso do proprietário rural como forma de observar a palavra que mais se destacou no material produzido pelo sem-terra em relação ao proprietário rural. A palavra se destaca pela baixa frequência com que ocorre no discurso do proprietário rural. Do mesmo modo, utilizamos essa ferramenta e fizemos o mesmo processo com o discurso do proprietário rural, a fim de obter a palavra que mais se destacou nesse discurso em comparação ao sem-terra. Os resultados obtidos foram:

**Quadro 28** – Nomeação que mais se destaca nos discursos

Nomeação que mais se destaca nos discursos	
discurso sem terra	discurso proprietário rural
luta	propriedade

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A pesquisa quantitativa apontou luta como sendo a palavra que mais se destaca no discurso sem-terra, 126 ocorrências, em relação ao discurso do proprietário rural, onde identificamos, apenas, 8 ocorrências. Já a palavra propriedade é a que mais se destaca no discurso do proprietário rural, 132 ocorrências, enquanto no discurso do sem-terra, ela surge, apenas, 24 vezes.

Com base nos resultados da pesquisa quantitativa, analisaremos os sentidos de *terra(s)* nos discursos do sem-terra e do proprietário rural e como esses sentidos movimentam a *nmç reforma agrária*. As quatro nmz, formadas a partir dos termos que mais se relacionam com a terra nos dois discursos, apresentam distintas ligações com a terra: *luta pela terra, posse da terra, ocupações de terras e terras produtivas*. Nas nmz *luta pela terra, posse da terra, ocupações de terras, terra(s)* complementa o termo anterior, formando com ele uma relação que se apresenta como necessária. Pelos efeitos metafóricos, *terra* pode remeter a uma área delimitada pela qual se luta, se apossa e se ocupa.

Mas o que faz com que *terra(s)* adquira sentidos nesses discursos é o funcionamento da *memória* da qual ela se constitui. Nesses discursos, *terra*, como área delimitada, possui sentidos distintos. Para o sem-terra, *terra(s)*, tanto no plural quanto no singular, produz o mesmo efeito de sentido, em que *luta* é uma nomeação que faz parte do lugar combativo do qual o sem-terra se projeta e *ocupações* é o modo pelo qual o sem-terra se apropria da terra para nela estabelecer uma morada. Esse sentido filia-se à *memória* do campesinato em 1950, quando os camponeses estabeleciam na terra uma comunidade e se organizavam de modo coletivo para trabalhar e viver.

Conforme o parágrafo acima, parece não haver diferenças do sentido produzido em *terra(s)*, na forma singular ou plural. É interessante observar que, conforme vimos, a frequência de ocorrência de *terra* e *terras* também é a mesma, o que corrobora a nossa consideração sobre o discurso sem-terra não considerar as diferenças entre as formas singular e plural, no caso dessa nomeação.

Já para o proprietário rural, *posse* é a forma com a qual esse sujeito se apropria da terra

para explorá-la, como um meio de produção visando o lucro. Esse sentido, aplicado somente para *terra* no singular, filia-se à *memória* do colonizador, a partir de 1500, que fez do Brasil uma colônia de exploração, cujo lucro era direcionado para a metrópole. O modelo de produção desenvolvido à época era o sistema *plantations*, cujas características se assemelham ao modelo de produção capitalista periférico desenvolvido no Brasil atual, pautado no agronegócio. As semelhanças entre os modelos são a monocultura em grandes extensões de terra, com o foco no mercado externo e na geração de lucro. A diferença é que no sistema *Plantation*, a mão de obra era escravista; já no *agronegócio*, a mão de obra é assalariada ou mecanizada.

No discurso do proprietário rural, *terras*, na forma plural, forma uma relação constitutiva com *produtivas* na nmz *terras produtivas*, que produz um efeito de sentido de terras como áreas através das quais se produz algo. Podemos pressupor que o que se produz é o lucro. Assim, terras teriam o mesmo sentido que *terra* no plural nesse discurso. No entanto, ainda que o sentido seja lucro, ele não possui o mesmo efeito da nmz *posse de terra*, pois o sentido é produzido pela *memória* e, em *terras produtivas*, não é possível estabelecer uma ligação com a *memória* do colonizador. O funcionamento dessa *memória* é impedido pelo redirecionamento do sentido que aponta para um outro lugar, no qual não é possível recuperar a ligação com as terras exploradas do período colonial.

A distinção de sentidos de *terra*, no singular, e *terras*, no plural, conforme observado acima, está em consonância com a diferença da frequência com que cada uma ocorre nesse discurso. Sobre a nomeação *terra*, no singular, quase metade das ocorrências, 48,15%, estão localizadas no período de 1980. Essa elevada frequência pode ter ligação com a reorganização da Nova Direita e do seu discurso para defender seus interesses de classe na Nova República. A partir de 2010, a ocorrência de *terra*, no singular, surge com muito menos frequência no discurso do proprietário rural, praticamente desaparecendo desse discurso, representando, apenas, cerca de 3,7%.

Enquanto *terra*, no singular, desaparece do discurso do proprietário rural e apaga a *memória* do colonizador, *terras*, no plural, mantém a regularidade no número de ocorrências na Nova República. Podemos associar essa desaparecimento de *terra*, no singular, e a manutenção de *terras*, no plural, com o processo de *dessimbolização do mundo*.

A *dessimbolização do mundo* é uma reflexão de Dufour (2005) sobre o processo neoliberal de otimização das trocas mercadológicas que visa desfazer todos os valores de um objeto para que ele valha apenas em função de um valor mercadológico. Nos dizeres de Dufour (2005, p. 13), seria possível “aliviar o excesso de sentido que a impede de figurar como simples produto no ciclo neutro e expandido das trocas”.

Nesse sentido, *terra* passa por um processo de *dessimbolização* que consiste na combinação do apagamento da *memória* de *terra* para o discurso do proprietário com a imposição de uma relação necessária de a *terra* ser produtiva. O apagamento da *memória* de *terra* provoca um “desfazimento” dos valores pelos quais a *terra* se constituiu ao longo da história. Ao significar a *terra* como produtiva, deixa-se em evidência apenas o valor econômico. A condensação do valor mercadológico com a *terra*, pelo uso da nmz *terras produtivas*, e o desfazimento dos demais valores alicerçados na *memória* apagada contribui para o processo de produção do inquestionável e único valor econômico, “um real que é melhor consentir que a ele se opor” (DUFOUR, 2005, p. 15).

O processo de *dessimbolização da terra* também atravessa o discurso do sem-terra ecoando sob a forma de resistência. A *luta pela terra* é a luta para preservar outros valores da terra. São valores históricos que permitem que o lutar e o ocupar a terra faça sentido. Eles estão ligados à vivência do campesinato brasileiro da década de 1950, quando havia uma permanência na terra na qual se trabalhava. Na época, a *terra* não simbolizava apenas um produto a serviço da produção. Ao contrário, era considerada espaço de morada. Lutar pela terra é, também, lutar para nela viver e não para dela tirar lucro. Ocupar a terra é possuí-la por outra via que não seja a do mercado, mas a da resistência.

*Ocupações e luta* são a marca da contradição da *posse da terra*, por denunciar a existência do despossuído que luta para ocupar um espaço que se sabe ser seu, ainda que legalmente não o seja, dados os motivos que só o encontro com a história é capaz de reestabelecer. O *já lá* que orienta esse sentido, assim como orienta *luta e ocupações de terras*, encontra-se na *memória* de distribuição de terras no Brasil. É essa *memória* que garante a legitimidade da luta e das ocupações de terras.

#### **4.4.5 Os sentidos de reforma agrária e a (des)simbolização da terra**

O processo neoliberal de (des)simbolização da terra atravessa tanto o discurso do proprietário rural quanto do sem-terra. No primeiro caso, o apagamento da *memória* da nmz *terra*, no singular, e o uso recorrente da nmz *terras*, no plural, significadas como mercadoria, é correlato do contínuo processo de *dessimbolização da terra*. Um processo de destituição de outros valores possíveis para que a terra figure apenas em função do seu valor mercantilista.

Em nossa pesquisa quantitativa, vimos que *propriedade* é a *palavra-chave* do discurso do proprietário rural em relação ao discurso do sem-terra. *Propriedade* é uma forma de nomear a terra, desde que essa pertença a alguém. A terra como *propriedade* só pode encaminhar um

sentido mercadológico, pois, para o discurso jurídico, *propriedade* é uma nomeação usada para definir algo que se converteu em um título: o título de propriedade.

A terra só realiza o valor mercadológico ao converter-se em um título, pois a terra sem o título não pode ser comercializada. Somente o título garante a terra como produto a ser comercializado. E somente quando a terra se converte em título é que ela é nomeada como *propriedade*. Vejamos o sentido de reforma agrária com base nessa discussão e na análise do excerto abaixo:

30PR(...) essa é uma meta que o Presidente Bolsonaro determinou pra não só fazer como foram feitas aí em governos passados, uma politicagem, uma exploração ideológica em cima de assentamentos aí, da questão da **reforma agrária**. Esse governo tem como prioridade **dar o título de propriedade** a todo o assentado que cumpre a sua função, que tá lá produzindo, mesmo com dificuldade (GARCIA, 2019).

No excerto supracitado, é dito que a *reforma agrária* não seguirá os moldes dos governos passados, pois no processo de reforma do governo Bolsonaro a prioridade é conceder o título de propriedade aos assentados. Ao descrever a política de reforma agrária como concessão de título de propriedade, a *reforma agrária* passa a significar como mecanismo de conversão de terra em propriedade, que, segundo vimos, trata-se da conversão da terra em mercadoria. Os efeitos sentido de *reforma agrária*, nesses termos, fazem com que ela remeta a uma materialização da *dessimbolização da terra*, que se dá na transformação de *terra* em título de propriedade. No caso do sem-terra, há uma resistência ao processo de *dessimbolização da terra*, pois o sentido de *terra(s)*, nesse discurso, mantém o vínculo com a *memória* da terra no Brasil. Um vínculo que impede que a *terra* valha apenas como objeto a ser comercializado, mas como um espaço a ser conquistado mediante a *luta*.

Na pesquisa quantitativa, *luta* é a nomeação que mais se destaca no discurso do sem-terra em relação ao discurso do proprietário rural. É também a nomeação que mais se relaciona com a terra nesse discurso, formando com ela a nmz *luta pela terra*, presente na *memória* escravista do Brasil, conforme a página 131, associada à metáfora da luta por liberdade, visto que, com a abolição do regime escravista, a terra tornou-se aprisionada. Está presente também na *memória* do campesinato no Brasil, conforme a página 138, reestabelecendo o sentido de luta pelo modo campesino de ser e estar na terra, que retoma uma forma coletiva de socialização.

Vimos também, na página 131, que, no período de 1980, *luta* forma com *reforma agrária* a nmz *luta pela reforma agrária*, denunciando a recusa do sem-terra ao efeito de sentidos produzido pelo significado de *reforma agrária* expresso no texto constitucional. Com

base nisso, podemos dizer que *luta* é o que polemiza o discurso sem-terra, nomeação resultante da projeção de um lugar combativo de onde o sem-terra se coloca para romper com a imagem de exclusão (vide página 99). Com base nessa discussão e na análise do excerto abaixo, vejamos, então, o sentido de *reforma agrária*:

33ST Portanto, quando movimentos e grupos de **luta** pela terra e por território se organizam para **lutar contra a concentração agrária ou pela garantia de seus territórios**, eles estão lutando para que a Constituição seja respeitada (SITE MST, 2019).

No excerto supracitado, há uma separação entre *terra* e *território*, onde *luta pela terra* refere-se aos sem-terra e *luta por território* refere-se aos povos indígenas. A *luta pela terra* é descrita como luta contra a concentração agrária e a luta dos indígenas é descrita como garantia de território. Lutar contra a concentração agrária é lutar pela redistribuição de terras. Não basta que todos os sem-terra tenham sua terra, é necessário, ainda, que haja a desconcentração, um processo que altera o modo de ser e estar na terra, possibilitando uma organização mais coletiva no campo. Nesses termos, a *reforma agrária* significa a resistência à *dessimbolização da terra* por meio da restituição dos valores históricos que fazem da *terra* um espaço de coletividade, recusando as formas individualizadas de ser e estar na terra.

A investigação das formas de nomear a *terra* a partir da lexicometria permitiu observar a frequência com que surge essa nomeação nos discursos ao longo da Nova República. Para isso, achamos necessário utilizar, além do *Concordance*, outros recursos que pudessem ajudar a saturar a análise dos discursos. Pelo *Cluster N/Grams*, foi possível observar que as palavras que mais se relacionam com terra(s) formam com ela importantes nominalizações para compreender os sentidos de terra(s) nos discursos. A *Keyword List* trouxe resultados notáveis acerca das nomeações que mais se destacam entre os discursos. Todos esses resultados, ao serem aplicados na descrição, auxiliaram no rigor da análise e no respeito à estrutura da língua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inquietações teóricas levantadas na introdução deste trabalho nos auxiliaram a investigar o conflito sobre as nomeações e o processo de ressignificação da reforma agrária entre sem-terra e proprietário rural na Nova República (1985 a 2019). Como objetivo, avaliar os processos de ressignificação da reforma agrária enquanto objeto simbólico disputado coletivamente, articulado nas relações entre os processos de nomeação e a disputa ideológica de sentidos entre grupos sociais antagônicos no debate sobre a estrutura agrária brasileira.

Tomados por essas questões, avaliamos a constituição e a interação dos campos discursivos antagônicos do sem-terra e do proprietário rural, de modo a observar o jogo de imagens que projeta a disputa ideológica pelo acesso à terra nesse período, assim como avaliamos a recepção política da reforma agrária na reabertura democrática.

A partir daí, investigamos as nomeações que se formaram em torno da *reforma agrária* e que se tornaram objetos de intenso conflito pelos sentidos. Refletindo e refratando uma dada realidade social conflituosa por meio do mundo simbólico da linguagem. No que tange aos sentidos produzidos sobre a reforma agrária, antes de concluir, faremos um breve balanço esquemático dos resultados obtidos.

De 1985 a 1989, o cerne do conflito sobre a reforma agrária concentra-se na Constituição Federal de 1988. Durante a ANC, disputava-se a elaboração do texto constitucional sobre a reforma agrária, focando na disputa sobre os seus possíveis sentidos a partir do discurso político de reabertura democrática, o qual entendeu a reforma como política de distribuição de terras. No discurso do proprietário rural, a reforma agrária como distribuição de terras é ressignificada pela recusa ao sentido de redistribuição de terras, desqualificado como nocivo ao crescimento da produção agrícola. É pelo saber constituído na nmz contida em *o crescimento da produção agrícola* que se encaminha um pressuposto de um *dever fazer* de *limitar* o alcance da reforma agrária, um limite imposto que enseja uma obrigação em não atingir as grandes propriedades.

De 1990 a 1999, a *reforma agrária* assume um sentido de política assistencialista para o proprietário rural, visando minimizar as consequências da opção em executar o modelo capitalista de agricultura no Brasil. O discurso funciona excluindo a reforma agrária e o sem-terra da política fundiária nacional, ao mesmo tempo em que os convence de que são eles que não foram feitos para ela, conduzindo o sem-terra a uma condição de necessitados, sem esclarecer por que eles estão nesse lugar, quem os colocou nele.

De 2000 a 2009, a reforma agrária, que no período anterior significava política

assistencialista, perde esse sentido. O discurso passa a negar tanto a existência de latifúndio quanto as escolhas feitas ao longo da história que culminaram na estrutura desigual do nosso país, respectivamente. Além disso, esse novo sentido esvazia o significado dado à reforma agrária, apontando para outros sentidos que pressupõem o questionamento óbvio sobre a necessidade de uma reforma agrária em um país que não tem mais latifúndios, não tem *passivo histórico* e não tem sem terras, mas criminosos.

No último período analisado, de 2010 a 2019, ao produzir a nova nmç *favela rural*, avalia-se implicitamente a reforma agrária realizada nos últimos 34 anos, ressignificando-a como mecanismo de produção de espaços precarizados como as *favelas* no meio rural. A partir dessa avaliação, instaura-se um novo sentido sobre a *reforma agrária*, como política de produção da *forma sujeito* proprietário rural e de injeção de terras no mercado, pela conversão da terras em títulos de propriedades, mercadorias a serem comercializadas. Um efeito de sentido que faz com que a *reforma agrária* remeta à materialização da *dessimbolização da terra*, oriunda da transformação de terra em título de propriedade.

Sobre as formas de nomear os atores da reforma agrária, elas também são uma forma de dar sentido implícito à própria reforma agrária. Ao se autonear como *produtor(es)* e ao nomear o sem-terra como *MST*, o discurso do proprietário rural desloca o sentido pelo qual a *reforma agrária* havia se instituído na cena pública durante a década de 1950, como democratização do acesso à terra para produção na terra.

O deslocamento é possibilitado pela *memória* do imigrante operada pelo discurso meritocrático, fazendo com que *reforma agrária* como democratização do acesso à terra pare de funcionar, já que apaga a existência de grandes e pequenos proprietários, bem como a adesão ao modelo agrícola capitalista que privilegia o monocultivo automatizado, gerando desemprego no campo. Todas essas relações de causa e consequência e os agentes e pacientes que dela fazem parte são substituídos pela produção que passa a significar a *reforma agrária* para o proprietário rural na Nova República. Um efeito de sentido que camufla as relações desiguais e justifica os efeitos delas como sendo consequência da busca pela produtividade.

Com base nesses resultados, que remontam aos sentidos de *reforma agrária* instituídos pelo proprietário rural em momentos distintos da Nova República, passamos à reflexão sobre o sentido geral de *reforma agrária* na Nova República. Retornamos, então, às *condições de produção* como formações imaginárias para pensar sobre qual o ponto de vista do proprietário rural sobre a reforma agrária (RA) – IPR(RA) – na Nova República.

De forma ampla, avaliamos que o ponto de vista do proprietário rural sobre a *reforma agrária* é construído com base na relação de produção com a terra. A relação de produção

imposta pelo sujeito domina a reforma agrária e anula as demais relações ao condicioná-las à lógica da produção. Com isso, as relações de posse e tamanho são condicionadas à produção, não podendo ser alteradas em virtude dela, anulando-se, assim, os sentidos de reforma agrária baseados nessas relações. Em outras palavras, anula-se a reforma agrária que desconcentra a terra e passa a validar àquela que produz na terra.

Deste modo, a IPR(RA) enfatiza a produção independente da posse e tamanho dessas propriedades, o que impede que a reforma alcance a grande propriedade produtiva e ocasiona o deslocamento do sentido pelo qual a reforma agrária havia se constituído na década de 1950. Nesta época, significava a democratização do acesso à terra via desconcentração de terras. Isso implica uma mudança das relações com a terra, pois apagam-se os sentidos de posse e tamanho e destaca-se o de produção, correlato a um valor mercadológico, em que se deve produzir lucro.

O que permite essa transposição de sentidos é o trabalho que a *memória* executa nas redes de filiações históricas, autorizando os novos sentidos da reforma agrária. Essa *memória* opera pela lógica do discurso meritocrático, iluminando relações meritórias e apagando relações de desigualdade social, como é o caso do apagamento da *memória* do colonizador, executado pela desaparecimento da nomeação *terra*, no singular. Um processo que descrevemos como sendo de dessimbolização da terra, no qual livra-se dos valores históricos pelos quais a terra se constituiu ao longo da história para que ela passe a valer como simples mercadoria.

Já no discurso do sem-terra, a *reforma agrária* como política de distribuição de terras para o discurso político de reabertura democrática não contempla o sentido de reforma agrária construído pelo sem-terra no período que vai de 1985 a 1989. Por outro lado, quando se diz na cena pública que o Estado está realizando a reforma agrária, esse dizer produz sentidos de que o sem-terra estão realizando seus interesses de classe, a nomeada reforma agrária. No entanto, o que é significado como sendo realização da reforma agrária nem sempre contempla os sentidos da reforma agrária construídos pelo sem-terra.

Para o sem-terra, a reforma agrária significa como sendo desconcentração de terra. É pela *luta pela reforma agrária* que o sem-terra torna “visível o irrealizado” (PÊCHEUX [1982] 1991) da reforma agrária, que podemos descrever como sendo a desconcentração da terra. A *luta pela reforma agrária* é o modo pelo qual o sem-terra desvia o sentido de reforma agrária no discurso político e impõe o seu, denunciando que aquela reforma agrária não é a sua.

De 1990 a 1999, os sentidos da *reforma agrária* passam a ser outros, voltados para a desconcentração da terra e para o confronto ao modelo capitalista de agricultura. O aprofundamento que foi imposto pelo Estado é questionado pelo sem-terra a partir da reforma agrária que se opõe a esse modelo e se vincula à agricultura familiar se fazendo como opção

frente à agricultura capitalista.

No período compreendido entre 2000 e 2009, diante dos efeitos que as escolhas brasileiras com relação ao neoliberalismo e à agricultura capitalista trouxeram, o sem-terra perde a mobilização popular em torno do sentido de reforma agrária que ele buscava legitimar como um novo modelo de produção agrícola. A reforma agrária passa por um processo de ressignificação que envolve a inclusão de outros sentidos, expandidos para o contexto urbano e confrontando não mais apenas o modelo capitalista de produção, mas outros grupos dominantes. Convoca, então, outros grupos minoritários a formarem uma pauta ampla de resistência que atravesse diversos segmentos como forma de se manter atualizada.

É no último período analisado, de 2010 a 2019, que os sentidos da *reforma agrária* ficam mais delineados como sendo um projeto de nação elaborado pelas e para as minorias, estreitando os vínculos com outros grupos minoritários como forma de fazer com que a *luta pela reforma agrária* ganhe mais adesão social. Lutar pela reforma agrária é também lutar para persistir na terra, e permitir que seja possível uma forma de ser e estar na terra mais coletiva. O sentido dessa forma de ser e estar na terra filia-se à *memória* do campesinato da década de 1950, quando os camponeses estabeleciam na terra uma comunidade e se organizavam de modo coletivo para trabalhar e viver. Nesses termos, a reforma agrária significa a resistência à *dessimbolização da terra* por meio da restituição dos valores históricos que fazem da terra um espaço de coletividade, recusando as formas individualizadas de ser e estar na terra.

Sobre as formas de nomear os atores da reforma agrária, elas também são uma forma de dar sentido implícito à própria reforma agrária. Ao se autoneamar como *trabalhador(es)* e ao nomear o proprietário rural como *latifundiário(s)*, o sem-terra busca pela *memória* dessas nomeações reestabelecer o sentido da reforma agrária como sendo a desconcentração da estrutura fundiária, uma vez que a estrutura da terra concentrada é um problema cujo implícito remete ao período do Brasil Colônia e já constituía, àquela época, uma forma de dominação.

Com base nesses resultados, que remontam aos sentidos da reforma agrária instituídos pelo sem-terra em momentos distintos da Nova República, passamos a uma reflexão sobre o sentido da reforma agrária que foi construído na Nova República, de forma geral. Para isso, retornamos às *condições de produção* como formações imaginárias para refletir sobre qual o ponto de vista do sem-terra sobre a reforma agrária (RA) – I<sub>ST</sub>(RA) – na Nova República.

De forma ampla, avaliamos que o ponto de vista do sem-terra sobre a reforma agrária é construído com base na resistência às formas de dominação impostas a esse sujeito na Nova República. A desconcentração da terra é uma condição que o sem-terra sempre impôs para avaliar se a reforma agrária estava sendo realizada ou não no Brasil. O sentido de

desconcentração da terra é diminuir as desigualdades sociais e promover um melhor equilíbrio das relações econômicas. A reforma agrária como resistência é capaz de englobar pautas de diversos grupos minoritários que resistem à dominação.

Nesse sentido, o discurso funciona agregando nomeações que provoquem identificação desses grupos com o sem-terra, como é o caso da *nmz assentamentos agroecológicos*, que engloba a agroecologia para dar visibilidade a essa pauta, e *mulheres acampadas*, que produz o discurso feminista, fazendo da reforma agrária um grande vetor de transformação social.

Desse modo, a IST(RA) pode ser compreendida como sendo de resistência, ao tentar dar visibilidade aos excluídos e, principalmente, aos sem-terra. A razão de existir do sem-terra é a própria reforma agrária. Isso traz um paradoxo caso se fale em finalização da reforma agrária, seja pela sua falência, seja pela sua concretização, pois a reforma agrária como resistência consiste em denunciar para a sociedade todas as formas de dominação. Filiando-se à história e significando sua luta pela luta dos negros escravizados, dos camponeses e de todos os conflitos no campo, recusa a dessimbolização da terra, mobilizando outros grupos para que se voltem para o campo e os convença a aderir às formas coletivas de organização, ressignificando a si mesmo e incorporando novos discursos para existir e resistir. Uma luta pelo *irrealizável* do acesso à terra.

As mais de três décadas estudadas nos fez perceber que nomear é um trabalho de produção de sentidos que envolve os protagonistas do discurso e a memória dessas nomeações, situadas lado a lado na luta ideológica dos sentidos entre sem-terra e proprietário rural, arena na qual a reforma agrária é um objeto simbólico disputado. As nomeações passam a se movimentar, deslizando os sentidos e, aos poucos, vão abrindo brechas, acomodando-se, dando espaços para as transformações ao mesmo tempo em que significam essas transformações.

Quando cada uma dessas posições se apropria da reforma agrária, ocorre uma refração semântica, que implica em uma “deformação” da sua realidade, reorientando, produzindo, apagando sentidos, em um constante movimento de mutação e adaptação. Pensar a ressignificação da reforma agrária é, portanto, pensar essa arena de disputa, em que os sentidos de reforma agrária vão significando as mudanças sociais na perspectiva de cada posição sujeito.

O sem-terra busca ao longo da Nova República expandir os sentidos da reforma agrária, começando como desconcentração da terra e passando para projeto de nação. Expansão que ocorre em função da imagem de resistência que essa posição sujeito projeta sobre a reforma agrária. Dessa forma, o sem-terra ressignifica a reforma agrária positivamente, pois amplia seus sentidos para uma pauta maior de resistência que sai do rural e chega ao urbano.

O proprietário rural, por sua vez, ao longo da Nova República, busca continuamente esvaziar a reforma agrária. De política assistencialista a produção de favelas rurais, tal esvaziamento encaminha tanto o sentido de finalização da reforma agrária quanto sua reclassificação como política de geração de terras no mercado econômico, fortalecendo o modelo de agricultura capitalista e proporcionando, indiretamente, a reconcentração de terras. Dessa forma, o proprietário rural ressignifica a reforma agrária negativamente, subtraindo seus sentidos históricos e apagando a memória da terra; dessimbolizando-a, enfim, em função do valor de mercado.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

ANTHONY, L. *AntConc* (Versão 3.5.8) [Software de Computador]. Tóquio, Japão. Universidade de Waseda. 2014. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

AYOUB, A. H. Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de São Paulo. *Revista de Estudos Linguísticos*, Santa Catarina, n. 1, v. 4, p. 79–93, 17 jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1888>. Acesso em: 17 maio 2020.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, [1929] 2014.

BARATS, C.; SITRI, F. Introduction. In: NÉE, E. *Méthodes et outils informatiques pour l'analyse des discours*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017.

BARBOSA, M. O. L. *História da União Democrática Ruralista (UDR) em Goiás: o epicentro da ação ruralista na Constituinte de 1988*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral*. Tradução de Maria da Glória Novak; Luiza Neri. Campinas: Editora da Universidade de São Paulo, p. 163-182, 1976.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

BRUNET, É. Que lemmatise dilemme attise. *Lexicometrica* [on-line], n.1, 2000. Disponível em: <http://lexicometrica.univ-paris3.fr/article/numero2/brunet2000.PDF>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BUTLER, J. *Cuerpos que importam*. Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CAMILO, T. S.; CARMO, C. M. Representações sociais odiosas acerca das mulheres em um corpus de textos midiáticos. In: TELES, T. R. (org.). *Literatura, Linguística e Análise do Discurso: teorias, análises e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mares Editores, 2021.

CAMLONG, A.; ZAPPAROLI, Z. *Do Léxico ao Discurso pela Informática*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2002.

CARMO, C. M. *Uma Análise Crítica dos Discursos sobre o sincretismo em mídia impressa: Um diálogo com as ciências sociais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/campo.pdf>. Acesso em: 20 abr.

2020.

CARTER, M. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. *In*: CARTER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CASIMIRO, F. H. C. *A NOVA DIREITA: Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

CASIMIRO, F. H. C. As lutas simbólicas e a construção da hegemonia neoliberal no Brasil: O Instituto Liberal e o discurso de deslegitimação das propostas de reforma agrária nos anos de 1990. *In*: *Congresso Internacional de História*, V, 2011, Paraná. Anais[...]. Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2011, p. 789– 797. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/147.pdf>. Acesso em: 17 maio 2020.

CHAUÍ, M. Sobre a violência. *In*: ITOKAZU, E. M.; CHAUI-BERLINCK, L. (org.). *Escritos de Marilena Chauí*, V. 5, Belo Horizonte: Editora AUTÊNTICA, 2017.

COELHO, F. *A alma do MST?: A prática da mística e a luta pela terra*. Grande Dourados: Editora UFGD, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2018*. Goiânia, 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campobrasil2018?Itemid=0>. Acesso em: 29 nov. 2019.

DAHLET, P. (Re)produzir o inquestionável: nominalização, generalização e naturalização no discurso neoliberal. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. Ilhéus, n. 8, p. 206-221, jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/613>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. *In*: CARTER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DREIFUSS, R. *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

DUFOUR, D. R. *A arte de reduzir as cabeças: Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Editora Companhia de Freud, 2005.

FALCONE, K. *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7227/1/arquivo3567\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7227/1/arquivo3567_1.pdf). Acesso em: 21 abr. 2020.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. *In*: CARTER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FRANCO, L. M. *O MST na Folha de S. Paulo e no Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Análise das Práticas Discursivas*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, [1929] 2011.

GUILBERT, T. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Tradução de Guilherme Adorno; Luciana Nogueira; Luís Fernando Bulhões Figueira; Mónica Graciela Zoppi Fontana. Campinas: UNICAMP, 2020.

GUILBERT, T. Introduction: articuler les approches qualitatives et quantitatives dans l'analyse de discours. *Corela* [on-line], 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/corela/3545>. Acesso em: 02 jul. 2021.

GUILHAUMOU J.; MALDIDIER D.; ROBIN R. *Discours et archive*. Liège, Mardaga, 1994.

GONÇALVES, E. R. L. *Mídia e movimentos sociais: a representação do MST na revista Istoé*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11174/1/Dissertacao%20Eduardo%20Goncalvesseg.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

INCRA. *Decretos desapropriatórios*. Brasília, 2018. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/pt/?option=com\\_content&view=article&id=220](http://www.incra.gov.br/pt/?option=com_content&view=article&id=220). Acesso em: 10 out. 2019.

INDURSKY, F. *O discurso do/sobre o MST: Movimento social, sujeito, mídia*. Campinas: Pontes, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2017*. Brasília, 2019.

KLEIBER, G. *Dénomination et relations dénominatives*. Langages, p. 76 – 94, 1984.

KUBO, A. T. V. *Aspectos do discurso jornalístico sobre a luta pela terra*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte. 2003.

LOREIRO, V. R.; PINTO, L. J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira II. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 77-98, São Paulo, 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142005000200005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142005000200005). Acesso em: 20 abr. 2020.

MALERBA, J.; TRECCANI, G. D. *Mais proprietários e menos assentados*. Como e por que a atual política fundiária ampliará a concentração de terras. Rio de Janeiro: FASE, 2019. Série Direito à Terra e ao Território. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/mais-proprietarios-e-menos-assentados/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MAZIÈRE, F. *L'analyse du discours. Histoire et pratiques*. Paris: Presses universitaires de France, 2005.

MEDEIROS, L. S. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MENDES, K. T. *A mídia digital e os novos aparelhos privados de hegemonia na luta de classes: Uma análise do sítio do MST*. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MULLER, C. *Initiation aux méthodes de la statistique linguistique*. Paris, Champion, [1973] 1992.

NÉE, E. *Méthodes et outils informatiques pour l'analyse des discours*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017.

NOVAES, R. C. R. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ONDETTI, G.; WAMBERGUE E.; AFONSO J. B. G. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST. In: CARTER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, [1987] 1996.

PAYNE, L. A. *Uncivil Movements: The Armed Right Wing and Democracy in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; T. HAK (orgs.). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, p. 61–105, [1969] 1997.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 19, p. 7–24, ([1982] 2012). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: UNICAMP, [1983] 2015.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: PÊCHEUX, M. *Papel da Memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, p. 43-50, [1984] 2015.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, [1975] 1988.

POLETTI, I. A igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução de

Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

PRIETO, G. F. T. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, *on-line*, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198422012017000100203&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198422012017000100203&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 20 dez. 2020.

RASTIER, F. *L'analyse thématique des données textuelles*. L'exemple des sentiments. Paris, Didier Erudition, 1995.

RIBEIRO, J. O. M. *De sem-terra a assentados*: Exclusão e resistência em discursos de reassentados. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

RODRIGUES, M. L. *MST: Discurso de reforma agrária pela ocupação*: acontecimento discursivo. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SAMPAIO, P. A. O impacto do MST no Brasil de hoje. In: CARTER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social*: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTOS, M. M. *Sentidos deslegitimadores e deslegitimantes do MST no Jornal Nacional*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3356/1/arquivo4585\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3356/1/arquivo4585_1.pdf). Acesso em: 21 abr. 2021.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 28. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, [1913] 2012.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, [1913] 2021.

SEIXAS, N. S. A. *A representação discursiva da questão agrária na grande imprensa*. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 1996.

SIBLOT, P. De la dénomination à la nomination. Les dynamiques de la signifiante nominale et le propre du nom. *Cahiers de praxématique*, v. 36, p. 189-214, 2001. Disponível em: <https://journals.openedition.org/praxematique/368>. Acesso em: 02 dez. 2020.

SIBLOT P. Nomination et production de sens: le praxème. *Langages*, n. 127, 38-55, 1997. Disponível em: [https://www.persee.fr/issue/lgge\\_0458-726x\\_1997\\_num\\_31\\_127](https://www.persee.fr/issue/lgge_0458-726x_1997_num_31_127). Acesso em: 20 dez. 2020.

TOURNIER, M. Français à l'extrême-droite, um mot habité. In: RÉMI-GIRAUD S.; RÉTAT P. *Les mots de la nation*. Presses universitaires de Lyon, Lyon, p. 65 – 81.

WILLIAMS, R. *Keywords*: a vocabulary of culture and society. London: Fontana, 1976.

## **CORPUS MST:**

A LUTA organizada define os sentidos da história. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XV, nº 162, set. 1996, estudos, p. 04. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio de 2021.

A LUTA pela terra e pelo território é legítima, afirma organizações populares em Nota Pública. MST, São Paulo, maio 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/05/05/a-luta-pela-terra-e-pelo-territorio-e-legitima-afirma-organizacoes-populares-em-nota-publica>. Acesso em: 16 maio 2021.

A REAÇÃO à política de FHC. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XVI, n. 167, mar. 1997, editorial, p. 02. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

AS REAIS consequências do agronegócio. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXIII, nº 245, out. 2004, estudos, p. 3. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ACAMPAMENTO resiste na luta pela reforma agrária, *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XX, nº 215, p. 07, out. 2001. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ANTIGO latifúndio de eucalipto vira assentamento agroecológico. MST, São Paulo, abr. de 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/04/30/antigo-latifundio-de-eucalipto-vira-assentamento-agroecologico>. Acesso em: 16 maio 2021.

APRESENTAMOS nossos candidatos. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano V, nº 57, out. 1986, assunto para discussão, p. 3. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ARMAS e alvos na nova ofensiva da burguesia. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXVII, nº 297, p. 08 - 09, out. 2009. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ASSUNÇÃO, V.; MAURO, G. Mobilizações unificadas em todo o país aprofundam o debate sobre a questão agrária. Entrevista. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano VI, , nº 24, p. 4, maio/jun. 2004. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ATÉ quando. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano VI, nº 21, out./dez 2003, editorial, p. 02. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

BOICOTE do boi é feitiço ao avesso. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano V, nº 57, p. 12, out. 1986. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

CARVALHO, H. M. Resistência popular no campo. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XIX, nº 205, nov. 2000, movimentos, p. 13. Disponível em:

<http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

CASSALI, D. O povo com fome está decidindo seu caminho. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano VI, , nº 64, p. 9, jul. 1987. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO MST NA BAHIA. “Os grandes latifundiários nunca compraram terra. Eles usurparam”, afirma dirigente do MST ., *MST*, São Paulo, 14 ago. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/08/14/os-grandes-latifundiarios-nunca-compraram-terra-eles-usurparam-afirma-dirigente-do-mst>. Acesso em: 16 maio 2021.

CONCEIÇÃO, A.2017: MST aponta unidade e necessidade de um projeto popular para derrotar o Golpe. *MST*, São Paulo, jan. de 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/01/27/2017-mst-aponta-unidade-e-necessidade-de-um-projeto-popular-para-derrotar-o-golpe>. Acesso em: 16 maio 2021.

CONTRA a crise, Reforma Agrária Já! *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXVII, nº 296, set. 2009, editorial, p. 02. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

DESAFIO: Superar os problemas de organização. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano V, nº 57, out. 1986, assunto para discussão, p. 15. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

EM NOTA, CPT denuncia prisão do militante do MST em Marabá. *MST*, São Paulo, jun. de 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/06/30/em-nota-cpt-denuncia-prisao-do-militante-do-mst-em-maraba>. Acesso em: 16 maio 2021.

ENROLAÇÃO e violência contra os sem terra. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano V, nº 57, p. 11, out. 1986. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

FILHO, J. J. C. O povo com fome está decidindo seu caminho. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXII, , nº 237, p. 3 – 5, fev. 2004. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

GIOVANAZ, D. A contribuição dos assentamentos rurais para uma região em conflito. *MST*, São Paulo, mar. de 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/02/10/no-maranhao-posseiros-tem-suas-terras-ameacadas-por-latifundiarios>. Acesso em: 16 maio 2021.

GOLPE nos trabalhadores *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano IV, nº 48, out./nov. 1985, suplemento, p. 2. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

GOVERNO Bolsonaro rasga a Constituição ao determinar a paralisação da Reforma Agrária. *MST*, 1º abril 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/04/01/governo-bolsonaro-rasga-a-constituicao-ao-determinar-a-paralisacao-da-reforma-agraria>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GOVERNO deveria priorizar a solução dos problemas agrários. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XV, nº 162, set. 1996, editorial, p. 02. Disponível em:

<http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

JOSÉ Gomes vive! *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XV, nº 156, p. 08, mar. 1996. Homenagem. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

LUTAR não é crime. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXVIII, nº 302, p. 02, abr. 2010. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

MANÇANO, B. Agronegócio: A nova denominação do latifúndio. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXIII, nº 243, p. 03, ago. 2004. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

MEDEIROS, C. Assentados fazem feira com cerca de 60 variedades de feijão orgânico no Rio Grande do Sul. *Brasil de Fato*, São Paulo, maio 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/05/29/assentados-fazem-feira-com-cerca-de-60-variedades-de-feijao-organico-no-rs/>. Acesso em: 16 maio 2021.

MELLO, M. De volta a Brasília. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXVII, nº 295, p. 8-9, ago. 2009. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.  
feijao-organico-no-rio-grande-do-sul. Acesso em: 16 maio 2021.

MINISTRO Papagaio. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XV, nº 163, out/nov. 1996, editorial, p. 02. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

NA LUTA se conquista *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano VII, nº 70, fev. 1988, assunto para discussão, p. 2. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

OLIVIER, R. Sem Terra ocupam 11 latifúndios e engenhos falidos em Pernambuco. *MST*, São Paulo, abr. 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/04/29/sem-terra-ocupam-11-latifundios-e-engenhos-falidos-em-pernambuco>. Acesso em: 16 maio 2021.

OS GRANDES latifundiários nunca compraram terra. Eles usurparam, afirma dirigente do MST. *MST*, São Paulo, ago. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/08/14/os-grandes-latifundiarios-nunca-compraram-terra-eles-usurparam-afirma-dirigente-do-mst>. Acesso em: 16 maio 2021.

PACHECO, I. Congresso debate relação entre educação do campo e reforma agrária. *MST*, São Paulo, ago. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/08/12/congresso-debate-relacao-entre-educacao-do-campo-e-reforma-agraria>. Acesso em: 16 maio 2021.

POR UM MILÊNIO sem exclusões *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XIX, nº 205, nov. 2000, movimentos, p. 9. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

PORQUE Reforma Agrária. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano IV, nº 44,

jun. 1985, editorial, p. 2. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

REFORMA AGRÁRIA: Governo não faz, Nós vamos fazer. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano VI, nº 64, jul. 1987, assunto para discussão, p. 2. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

REFORMA AGRÁRIA, só propaganda. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XVI, nº 170, jul. 1997, conjuntura, p. 2. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

REGIS, M. No Maranhão, posseiros têm suas terras ameaçadas por latifundiários. *MST*, São Paulo, fev. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/02/10/nomaranhaoposseiros-tem-suas-terras-ameacadas-por-latifundiarios>. Acesso em: 16 maio 2021.

SAMPAIO, P. A. Reforma Agrária e o projeto de construção social. *Revista Sem Terra*, São Paulo, ano I, nº 1, jul. 1997, assunto para discussão, p. 13 - 15. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

SÓ MOBILIZAÇÃO mexe com esse governo. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XV, nº 156, mar. 1996, editorial p. 02. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

UM ANO de mentiras. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano V, nº 57, out. 1986, assunto para discussão, p. 2. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

UM COCHILO histórico. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXVII, nº 295, p. 11, ago. 2009. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

VOLTAR às ruas pela reforma agrária e por um Brasil sem latifúndio. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXVII, nº 295, p. 02, ago. 2009. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ZARREF, L. Agronegócio precisa destruir florestas e leis para se reproduzir. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXVIII, nº 305, p. 03, ago. 2010. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

25 ANOS na luta por terra e dignidade. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXVIII, nº 304, p. 06, jun. 2010. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

25 DE JULHO – dia de luta e de mobilização nacional. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano VI, nº 64, p. 10 - 11, jul. 1987. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

25 ANOS na luta por terra e dignidade. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, ano XXVIII, nº 304, p. 06, jun. 2010. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/centros-luta-pela-terra/>. Acesso em: 16 maio 2021.

## **CORPUS NOVA DIREITA:**

BERLANÇA, L. Denúncia: Araupel e Quedas do Iguaçu pedem socorro contra invasões do MST. *IL*, Rio de Janeiro, 06 ago. 2015. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/denuncia-araupel-e-quedas-do-iguacu-pedem-socorro-contrainvasoes-do-mst>. Acesso em: 16 maio 2021.

BOENO, R. S. Considerações sobre o MST e a guerra revolucionária – Retrospectos *União Democrática Ruralista*, São Paulo, fev. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040409055105/http://www.udr.org.br/artigo17.htm/>. Acesso em: 16 maio 2021.

BORDIN, R. Ladrões de gado fazem criadores largarem o campo. E o direito à propriedade privada? *IL*, Rio de Janeiro, 02 ago. 2017. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/ladros-de-gado-fazem-criadores-abandonarem-o-campo-e-o-direito-propriedade-privada>. Acesso 16 maio 2021.

CAIADO, R. A lesma e o sal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 maio 1988. Opinião, p. 03. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituiacaocidadapublicacoes/copy\\_of\\_index.html](https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituiacaocidadapublicacoes/copy_of_index.html). Acesso em: 16 maio 2021.

CAIADO, R. Autoritarismo e covardia, *União Democrática Ruralista*, São Paulo, 13 out. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040820085708/http://www.udr.org.br/artigo28.htm/>. Acesso em: 16 maio 2021.

CAIADO, R. Entrevista concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura. *Memória Roda Viva/ FAPESP*, São Paulo, 06 out. 1986. Disponível em: <https://rodaviva.fapesp.br/>. Acesso em: 16 maio 2021.

CAMPOS, R. É preciso uma pastoral das vítimas. *Think Tank: a revista da livre iniciativa*, São Paulo: Instituto Liberal/SP, ano 2, nº 5, jul. 1998.

CARVALHO, O. Será o MST um legítimo movimento popular pela posse da terra? *Revista Leader Digital*, RS: IEE, nº 8, 15 jul. 2000, editorial. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20010307185911/http://www.iee.com.br/leader/edicao\\_08/debate\\_nao.asp](https://web.archive.org/web/20010307185911/http://www.iee.com.br/leader/edicao_08/debate_nao.asp). Acesso em 16 maio 2021.

CARVALHO, O. Um novo Brasil: O regime deste país mudou e ninguém foi avisado. *União Democrática Ruralista*, São Paulo, 29 out. 2001. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20031104101953/http://www.udr.org.br/artigo2.htm>. Acesso em: 16 maio 2021.

CASTRO, P. R. Reforma Agrária Pacificadora. *Agroanalysis: A revista de economia agrícola da FGV*, São Paulo, v. 16, n. 3, mar. 1996, p. 12-13. Disponível em: <https://www.agroanalysis.com.br>. Acesso em: 16 maio 2021.

DINIZ, A. C. Reforma Agrária? *IL*, Rio de Janeiro, 15 abr. 2015. Disponível em:

<https://www.institutoliberal.org.br/blog/reforma-agraria>. Acesso em: 16 maio 2021.

GARCIA, N. L. O. Espetáculo da anarquia. *União Democrática Ruralista*, São Paulo, 05 ago. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040820085708/http://www.udr.org.br/artigo28.htm/>. Acesso em: 16 maio 2021.

GARCIA, N. L. O. Live da Semana com o Presidente Jair Bolsonaro. *YouTube*, 31 maio 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=7AZP6Az7\\_9o](https://www.youtube.com/watch?v=7AZP6Az7_9o). Acesso em: 16 maio 2021.

GARCIA, N. L. O. Vistorias nos assentamentos rurais. *União Democrática Ruralista*, São Paulo, 17 out. 2003. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040517143958/http://www.udr.org.br/artigo15.htm>. Acesso em: 16 maio 2021.

GRACIANO, F. A reforma agrária baseada na distribuição de terras é eficiente? Não. Reinventar a reforma agrária, *União Democrática Ruralista*, São Paulo, 10 maio 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040625220937/http://www.udr.org.br/artigo20.htm>. Acesso em: 16 maio 2021.

JANK, M. S. Agrofalácias 1: Agricultura Familiar vs Agronegócio. *IMIL*, Rio de Janeiro, 23 jan. 2017. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/indices-de-productividade/>. Acesso em: 16 maio 2021.

JANK, M. S. Agrofalácias 3: O mito do emprego rural. *IMIL*, Rio de Janeiro, 19 mar. 2017. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/indices-de-productividade/>. Acesso em: 16 maio 2021.

JANK, M. S. Sobre Agriculturas e Agricultores. *IMIL*, Rio de Janeiro, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/indices-de-productividade/>. Acesso em: 16 maio 2021.

JÚNIOR COSTA, T. N. A Questão Fundiária. *Revista Leader Digital*, RS: IEE, n. 8, 15 jul. 2000. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20010307190158/http://www.iee.com.br/leader/edicao\\_08/editorial.htm](https://web.archive.org/web/20010307190158/http://www.iee.com.br/leader/edicao_08/editorial.htm). Acesso em: 16 maio 2021.

MAUAD, J. L. Por que Bolsonaro precisa encerrar o programa de reforma agrária? *IL*, Rio de Janeiro, 01 nov. 2018. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/por-que-bolsonaro-precisa-encerrar-o-programa-reforma-agraria>. Acesso em: 16 maio 2021.

MENEZES, F. T. Ata da décima primeira reunião (ordinária) da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, 30 abril 1987, *Assembleia Nacional Constituinte*, Brasília, p. 116-136, jul. 1987. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/subcomissao-da-politica-agricola-e-fundiaria-e-da-reforma-agraria>. Acesso em: 16 maio 2021.

MENEZES, F. T. Há grande número de erros no 1º PNRA. Seminário Nacional de Reforma

Agrária/Justiça Agrária. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, ano LXXXVII, p. 42-44, nov./dez. 1985. Disponível em: <http://www.zebu.org.br/Revistas/ListaRevistasPdf/9002-Revista-A-Lavoura-Memorias-do-Zebu?page=6>. Acesso em: 16 maio 2021.

MENEZES, F. T. Tributação justa aprimora propriedade e a livre iniciativa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jun. 1985. Política, 1º caderno, p. A3. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/copy\\_of\\_index.html](https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/copy_of_index.html). Acesso em: 16 maio 2021.

LEME, O. Reforma Agrária. *Revista Leader Digital*, Porto Alegre/RS: IEE, nº 8, editorial, 15 jul. 2000. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20010307185416/http://www.iee.com.br/leader/edicao\\_08/artigo\\_02.htm](https://web.archive.org/web/20010307185416/http://www.iee.com.br/leader/edicao_08/artigo_02.htm). Acesso em: 16 maio 2021.

LOGEMANN, E. Um lugar ao sol. *Revista Leader Digital*, Porto Alegre/RS: IEE, nº 8, editorial, 15 jul. 2000. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20010307185844/http://www.iee.com.br/leader/edicao\\_08/artigo\\_03.htm](https://web.archive.org/web/20010307185844/http://www.iee.com.br/leader/edicao_08/artigo_03.htm). Acesso em 16 maio 2021.

PAIM, G. MST-FARC: Uma analogia perigosa. *Think Tank: a revista da livre iniciativa*, São Paulo: Instituto Liberal/SP, ano XIV, n. 51, jun/jul./ago 2010, encarte especial, p. 3 -12.

PRUNES, C. M. A lógica da Reforma Agrária no Brasil. *Think Tank: a revista da livre iniciativa*, São Paulo: Instituto Liberal/SP, v. 1, n. 1, jul. 1997, encarte especial, p. 1-18.

PRUNES, C. M. Reforma Agrária: perpetuação da miséria. *Revista Leader Digital*, Porto Alegre: IEE, n. 8, 15 jul. 2000, editorial. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20010307184953/http://www.iee.com.br/leader/edicao\\_08/artigo\\_01.htm](https://web.archive.org/web/20010307184953/http://www.iee.com.br/leader/edicao_08/artigo_01.htm). Acesso em: 16 maio 2021.

ROSENFELD, D. A mudança necessária. *IMIL*, Rio de Janeiro, 08 abr. 2014. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/mudana-necessria/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ROSENFELD, D. Arbítrio. *IMIL*, Rio de Janeiro, 12 out. 2009. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/arbitrio/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ROSENFELD, D. Dupla face. *IMIL*, Rio de Janeiro, 14 set. 2009. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/dupla-face/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ROSENFELD, D. Excesso ou regra. *IMIL*, Rio de Janeiro, 26 out. 2009. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/excesso-ou-regra>. Acesso em: 16 maio 2021.

ROSENFELD, D. Índices de Produtividade. *IMIL*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2009. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/indices-de-produtividade/>. Acesso em 16 maio 2021.

ROSENFELD, D. Reintegração de posse. *IMIL*, Rio de Janeiro, 04 ago. 2010. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/reintegracao-de-posse/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ROSENFELD, D. Viva Marighella. *IMIL*, Rio de Janeiro, 28 abr. 2010. Disponível em:

<https://www.institutomillennium.org.br/viva-marighella>. Acesso em: 16 maio 2021.

SANTOS, R. R. Não Objetivo oculto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 mar. 1997. opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio150308.html>. Acesso em: 16 maio 2021.

SANTOS, R. R. Nova UDR diz que não quer “radicalizar”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 1996. Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/15/brasil/28.html>. Acesso em: 16 maio 2021.

SANTOS, R. R. Ressurge a UDR. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 out. 1996, opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/7/brasil/9.html>. Acesso em: 16 maio 2021.

SANTOS, R. R. UDR quer 4 milhões de fazendeiros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 set. 1996, Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/19/brasil/29.html>. Acesso em: 16 maio 2021.

VIANA, J. MST entra no mercado capitalista. *IL*, Rio de Janeiro, 30 jun. 2014. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/mst-entra-mercado-capitalista-o-governo-comeca-formar-mais-um-campeao-nacional>. Acesso em: 16 maio 2021.

#### **MATÉRIAS DE SÍTIOS JORNALÍSTICOS:**

BRASIL tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU. *GI*, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2020.

CAPETTI, P. Concentração no campo bate recorde e 1% das propriedades tem metade da área no Brasil. *O Globo*, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/concentracao-no-campo-bate-recorde-1-das-propriedades-rurais-tem-quase-metade-da-area-no-brasil-24040134>. Acesso em: 28 fev. 2020.

QUADROS, V. O todo-poderoso Nabhan. *Agência Pública*, 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/o-todo-poderoso-nabhan>. Acesso em: 28 fev. 2020.

PRESIDENTE garante produção e direito de propriedade. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, ano LXXX, 30 maio 1986, p. 02. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>. Acesso em: 28 fev. 2020.

#### **PESQUISAS DE OPINIÃO:**

IBOPE. Pesquisa de Opinião Pública sobre a Imagem do MST e do INCRA. Brasil, 2006. Disponível em: <https://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/antigos/opp025mstfv06.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

**ANEXOS**  
**(link para acesso no GoogleDrive)**

<https://drive.google.com/file/d/19RN4mAZSUFxK3KL0qmo5nf8URSLPI7ro/view?usp=sharing>